

DOCUMENTO DO PROJETO

SEÇÃO 1: IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: GEF Áreas Privadas - Concretização do potencial de conservação da biodiversidade em áreas privadas no Brasil

1.2 Número do Projeto: 9413

1.3 Tipo de projeto:

1.4 Fundo fiduciário: GEF

1.5 Objetivos estratégicos: Objetivo estratégico a longo prazo do GEF: BD-4; LD-2; LD-3; MSF-1, MSF-2

Programa estratégico para o GEF IV:

1.6 Prioridade do meio ambiente da ONU:

1.7 Escala geográfica: Nacional

1.8 Modo de execução: Externo

1.9 Organização Executora do Projeto: Ministério do Meio Ambiente MMA, Instituto Internacional de Sustentabilidade IIS

1.10 Duração do Projeto: 60 meses

Início: Janeiro de 2018 - **Término técnico:** Dezembro de 2022

1.11 Custo do Projeto	USD	%
Custo para o GEF	8.953.425,00	21%
Contrapartida	33.892.917,00	79%
MMA - SFB	16.900.000,00	39%
MMA - SBio	1.836.758,00	4%
SECIMA/GO	13.901.439,00	32%
IIS	1.254.720,00	3%
Total	42.846.342,00	100%

1.12 Resumo do Projeto

Em 2010, a Convenção sobre a Diversidade Biológica estabeleceu 20 Metas da Biodiversidade de Aichi, cuja realização depende de ações que vão além do estabelecimento de áreas protegidas sob responsabilidade dos governos, sociedade civil ou população indígena. O Brasil, um dos países mais biodiversos do mundo, tem dois pilares para a conservação da biodiversidade: um dos maiores sistemas de áreas protegidas do mundo (sob responsabilidade do governo federal ou sociedade civil) e as reservas indígenas protegidas. No entanto, o Brasil não possui um arcabouço de instrumentos que apoiem programas efetivos de conservação da biodiversidade em áreas privadas, nas quais aproximadamente 53% dos remanescentes de vegetação nativa ocorrem. O país tem, portanto, o potencial de liderar iniciativas de conservação e uso sustentável da biodiversidade em áreas privadas, que podem atuar como outras medidas efetivas de conservação baseadas em área, contribuindo com o alcance de algumas Metas da Biodiversidade de Aichi.

Atualmente, as principais ameaças à biodiversidade em áreas privadas com vegetação nativa no Brasil são a agricultura não-sustentável, o manejo não-sustentável da vegetação nativa, a caça ilegal e a propagação de espécies exóticas invasoras. Embora várias iniciativas tenham sido desenvolvidas para superar essas ameaças, existem vários fatores que contribuem para que estas ocorram e que ainda precisam ser abordadas, de modo que a conservação em áreas privadas possa ser efetiva. Os principais fatores são o conhecimento precário sobre o valor de conservação de áreas privadas, baixa capacidade institucional e governança inadequada e subsídios perversos.

Diante desse contexto, o objetivo deste projeto no longo prazo é aumentar a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos, aumentar a conectividade e a cobertura da vegetação nativa, reduzir a degradação ambiental em áreas privadas, melhorar a conservação das espécies ameaçadas e mitigar as mudanças climáticas. O objetivo no curto e médio prazo é ampliar o manejo sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e a provisão dos serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil.

O projeto abrange três componentes que estão interrelacionados. O **Componente 1** tem como principal objetivo implementar áreas-piloto nas regiões biogeográficas da Mata Atlântica e do Cerrado, com o desenvolvimento de atividades que têm como foco reduzir o grau de fragmentação nas paisagens produtivas, aumentar a disponibilidade de habitat para espécies ameaçadas de extinção e desenvolver esquemas de incentivo para a conservação. Já o **Componente 2** buscará estabelecer um acordo com empresas do setor de árvores plantadas para melhorar a conservação da biodiversidade e a recuperação da vegetação nativa em suas áreas. E, por fim, o **Componente 3** tem como foco principal melhorar as capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas, incorporando o valor de conservação em políticas e ferramentas públicas.

O projeto durará 60 meses e será implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS). O projeto está alinhado com o Quadro de Resultados do GEF (6ª Recomposição) sobre Biodiversidade - BD (Objetivo 4, Programa 9, Resultados 9.1 e 9.2); Degradação da terra - LD (Objetivo 2, Programa 3, Resultados 2.1 e 2.2, Objetivo 3, Programa 4, Resultados 3.1 e 3.2); e Manejo Florestal Sustentável - MFS (Objetivo 1, Programa 2, Resultados 1 e 2, Objetivo 2, Programa 5, Resultado 3).

ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
APPs	Áreas de Preservação Permanente
APRPPN	Associação de Proprietários de Reserva Particular do Patrimônio Natural de Goiás e do Distrito Federal
APs	Áreas Privadas
BMUB	Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear
CAB	Cultivando Água Boa
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAT	Centro de Assistência Turística
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDRO	Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas em Agroecologia
CONABIO	Comissão Nacional da Biodiversidade
Conaveg	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa
CRA	Cota de Reserva Ambiental
CSRio	Centro de Ciências da Conservação e Sustentabilidade do Rio

Emater Rio	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
ENREDD+	Estratégia Nacional de REDD+
EPANB	Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade
FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GIZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
Ibá	Indústria Brasileira de Árvores
ICMBio	Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade
ICMS-E	ICMS Ecológico - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IIS	Instituto Internacional para Sustentabilidade
IKI	Iniciativa Climática Internacional
iLPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
iNDC	Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida
INEA	Instituto Estadual do Ambiente – Rio de Janeiro
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
KFW	Banco de Desenvolvimento Alemão
LPVN	Lei de Proteção da Vegetação Nativa
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MSF	Manejo Florestal Sustentável
MSP	Manejo Sustentável da Paisagem
NDC	Contribuição Nacional Determinada
OECSs	Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em área
ONU Meio Ambiente	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PANs	Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico

PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PIF	Programa de Investimento Florestal
PIR	Revisão da Implementação do Projeto
Planaveg	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
Plano ABC	Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PRA	Programa de Regularização Ambiental
Programa Rio Rural	Programa da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Proveg	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PSS	Plano de Suprimento Sustentável
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
RL	Reserva Legal
RPPNs	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF	Sistema Agroflorestal
Secima/GO	Secretaria de Meio Ambiente. Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SiBBR	Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira
SiCAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TDR	Termo de Referência
TEEB	Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade
TFCA	Ato de Conservação de Florestas Tropicais
UD	Unidades Demonstrativas
UnB Cerrado	Universidade de Brasília – Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
VCAP	Valor de Conservação em Áreas Privadas

TERMOS E DEFINIÇÕES

Termo	Definição
Eficácia da conservação da biodiversidade	Considera ações que permitem que populações e espécies sejam viáveis e persistam a longo prazo.
Setor Florestal	Empresas privadas que fornecem produtos obtidos a partir de árvores plantadas, com menção especial aos painéis de madeira e pisos laminados, polpa, papel, florestas de energia e biomassa.
Zona-tampão	Zona que margeia todas as áreas protegidas (exceto APAs e RPPNs), na qual atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o objetivo de minimizar os impactos negativos sobre a biodiversidade presente nas áreas protegidas.
Corte	Cortes de espécies de plantas do sub-bosque da floresta para produção agrícola ou para construir casas de veraneio.
Mudança climática	Variações climáticas em escala global ou regional no planeta ao longo do tempo
Valor de Conservação	Importância da exuberância de organismos vivos (individuais e de espécies), comunidades, ecossistemas, suas complexidades ecológicas e provisão de serviços ecossistêmicos
Sistemas convencionais	Cultivo com técnicas tradicionais de preparação do solo e controle fitossanitário usando máquinas e pesticidas específicos.
Corredores ecológicos	O total de vegetação nativa remanescente espalhada na paisagem que permite o fluxo biológico. Não é, necessariamente, conexão estrutural de áreas remanescentes da vegetação nativa. Ocorre em escala regional.
Incentivos econômicos	Uma série de políticas econômicas (diretas e indiretas) que facilitam a entrada de capital em uma determinada atividade.

Serviços ecossistêmicos	Benefícios diretos e indiretos obtidos de ecossistemas.
Efeito de borda	Mudanças bióticas e abióticas devido a mudanças na composição original da vegetação nativa em torno de remanescentes nativos.
Corredores florestais	Faixas de vegetação que interligam estruturalmente duas áreas de vegetação nativa remanescente, que foram separadas por áreas que não eram consideradas vegetação nativa. Isso ocorre em escala local.
Disponibilidade do habitat	É uma métrica para medir a quantidade de habitat disponível para uma espécie. Esta métrica explica a quantidade e a configuração da cobertura da vegetação nativa em uma paisagem, bem como a dispersão das espécies.
Manejo integrado da paisagem	Uma forma de manejo da paisagem que considera diferentes elementos na paisagem (por exemplo, diferentes proprietários de terras) para um propósito específico.
Manejo integrado da propriedade	Uma forma de manejo da propriedade que alinha a conservação e uso sustentável de recursos naturais renováveis.
Conectividade da paisagem	Capacidade da paisagem para facilitar ou dificultar o fluxo biológico.
Cadeia de restauração da vegetação nativa	Considera todas as etapas, agentes econômicos, insumos e serviços ligados à recuperação da vegetação nativa.
Áreas privadas	As áreas privadas consideradas legalmente são todas as terras rurais de propriedade privada, bem como assentamentos e outros que não estão no registro público de terras.
Cadeia de produção	Considera todas as etapas e agentes econômicos envolvidos na produção de um produto ou serviço específico.
Área produtiva	Área explorada por atividades econômicas que visam produtividade e geração de renda.
Áreas protegidas	Espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, visando assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis de diversas populações, habitats e

	ecossistemas no território nacional e águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.
Savana	Região biogeográfica que ocorre em regiões planas cuja vegetação predominante são plantas herbáceas com árvores dispersas e arbustos isolados ou em pequenos grupos. Ocorrem em regiões de clima tropical sazonal com uma estação seca bem marcada.
Corte seletivo	Exploração parcial de porções focais de vegetação nativa.
<i>“Stepping stones”</i>	Blocos de vegetação que conectam (não estruturalmente) dois ou mais restos de vegetação nativa, que foram separados por áreas não consideradas como vegetação nativa. Pode ocorrer em escala local ou regional.
Sustentabilidade	Ações e atividades humanas apoiadas por um sistema de condições sociais, ambientais e economicamente justas.
Manejo sustentável	Manejo que permite a exploração racional com técnicas de impacto ambiental mínimo sobre os recursos naturais.
Uso sustentável	Exploração do meio ambiente para garantir a sustentabilidade de recursos ambientais renováveis e processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e outros atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável.

SEÇÃO 2: ANTECEDENTES E ANÁLISE DA SITUAÇÃO (AÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL)

2.1. Experiência e contexto

Contexto internacional e nacional

- 1. Em 2010, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) estabeleceu 20 Metas da Biodiversidade de Aichi (CBD, 2010).** Algumas dessas metas, previstas para 2020, são: i) as pessoas estão conscientes do valor da biodiversidade e das medidas que podem tomar para conservá-la e usá-la de forma sustentável (Meta 1); ii) a taxa de perda de todos os habitats naturais, incluindo florestas, é pelo menos reduzida pela metade e, quando possível, aproximada de zero, e a degradação e fragmentação são significativamente reduzidas (Meta 5); iii) as áreas sob agricultura e silvicultura são gerenciadas de forma sustentável, garantindo a conservação da biodiversidade (Meta 7); iv) pelo menos 17% das áreas terrestres e águas continentais e 10% das áreas costeiras e marinhas, especialmente as áreas de particular importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, são conservadas através de sistemas de áreas protegidas ecologicamente representativas e bem conectadas de maneira efetiva e equitativa, e através de outras medidas efetivas de conservação baseadas em área (OECMs), e integradas nas paisagens mais amplas terrestres e marinhas (Meta 11); v) os ecossistemas que prestam serviços essenciais, incluindo serviços relacionados à água e que contribuem para a saúde, os meios de subsistência e o bem-estar são restaurados e salvaguardados, levando em consideração as necessidades das mulheres, comunidades indígenas, locais, pobres e vulneráveis (Meta 14); e vi) a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para os estoques de carbono são melhoradas, através da conservação e restauração, incluindo a restauração de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, contribuindo assim para mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para combater a desertificação (Meta 15). No Brasil, o cumprimento de muitas dessas metas depende de ações que vão além das áreas protegidas supervisionadas pelo governo, sociedade civil ou população indígena. Portanto, para alcançar essas Metas, é crucial reconhecer a importância, no nível da paisagem, da biodiversidade em áreas privadas e incentivar sua conservação e uso sustentável. Essas áreas podem atuar como OECMs.
- 2. O termo OECMs foi adicionado à Meta 11, em reconhecimento ao fato de que algumas áreas atualmente não reconhecidas e relatadas como áreas protegidas também contribuem para a conservação efetiva *in-situ* da biodiversidade.** As OECMs são um espaço geograficamente definido, não reconhecido como uma área protegida, que é governado e gerenciado a longo prazo de forma a oferecer a conservação efetiva e duradoura da biodiversidade *in-situ*, com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais e espirituais. A definição de uma OECM na Meta 11 tem fortes semelhanças com a definição da UICN de uma área protegida (Dudley, 2008): "*um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meio de meios legais ou outros meios efetivos, conservação a longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados*". A principal diferença é que, embora as áreas estritamente protegidas tenham o objetivo primário de conservação (ou seja, visam promover a conservação *in situ* da biodiversidade), o critério definidor de uma OECM é que deve oferecer a efetiva e duradoura conservação *in-situ* de biodiversidade, independentemente dos seus principais objetivos de gestão. Portanto, a conservação da biodiversidade deve ser estrategicamente planejada, considerando não apenas as áreas protegidas formais, mas também

incluindo as OEEMs. No entanto, até então, falta a quantificação da efetividade das OEEMs para a conservação da biodiversidade.

- 3. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) formalizou recentemente uma força-tarefa para estabelecer terminologia de conservação, metas e políticas formais para as OEEMs.** Ao mesmo tempo, alguns países também começaram a definir instrumentos e ferramentas legais que ajudem a preservar áreas privadas. As estratégias para a preservação em áreas privadas incluem ferramentas obrigatórias, como restrições ou regulamentos legais, e instrumentos voluntários (por exemplo, estabelecimento de áreas protegidas com governança privada; Kamal et al., 2015). Portanto, essas estratégias variam entre apoiar a conformidade legal até a conceder incentivos econômicos diretos aos proprietários. No entanto, não há consenso sobre as melhores estratégias, e seu uso pode variar de acordo com os tomadores de decisão e / ou legislação de cada país. A maioria dos países, no entanto, não possui um conjunto abrangente de instrumentos jurídicos que apoiem programas eficazes de conservação da biodiversidade, manejo sustentável da paisagem e redução da degradação da vegetação nativa em áreas privadas.

- 4. O Brasil é um dos países mais biodiversos e tem uma das maiores taxas de sequestro de carbono no mundo (consulte a subseção de Significado Global), tendo assim um papel crucial na conservação da biodiversidade e na provisão de serviços ecossistêmicos.** O país tem dois pilares para a conservação da biodiversidade no âmbito federal: i) um dos maiores sistemas de áreas protegidas do mundo (o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, Lei n.º 9.985 / 2000; Crouzeilles et al., 2013a), que considera principalmente a proteção das áreas públicas e ii) as reservas indígenas protegidas (áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e utilizadas para atividades produtivas sustentáveis e preservação de recursos naturais). Embora mais de 30% da Amazônia seja protegida por áreas protegidas, esse número é muito menor nas outras cinco regiões biogeográficas brasileiras: 9% da Mata Atlântica, 8% do Cerrado, 7% da Caatinga, 5% do Pantanal e 3 % de Pampas (Brasil, 2016a; Fig. 1). Uma vez que cerca de 53% da cobertura de vegetação nativa remanescente no Brasil está dentro de áreas privadas (Soares-Filho et al., 2014), o país tem potencial para liderar iniciativas de conservação e manejo sustentável em tais áreas, contribuindo com o alcance das Metas de Biodiversidade.

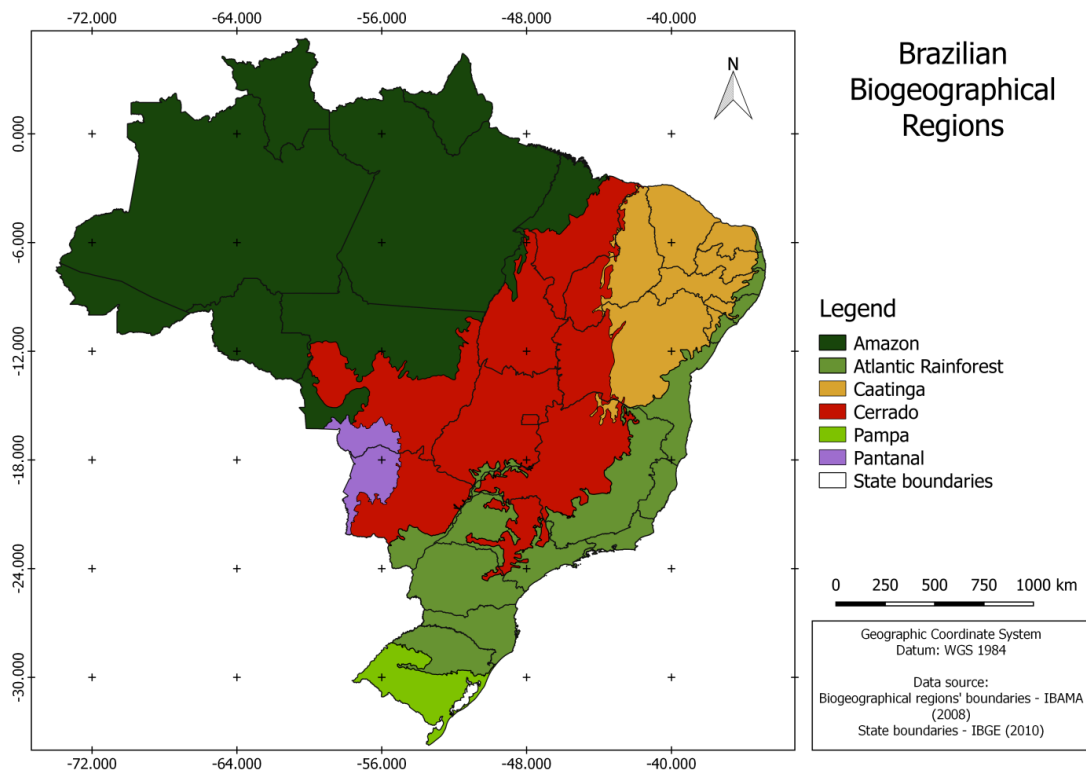


Figura 1. Regiões biogeográficas brasileiras e fronteiras estaduais

5. **Esse enorme potencial de conservação e manejo sustentável de remanescentes nativos em áreas privadas no Brasil é apoiado pela recente Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012, LPVN).** Esta é a parte central da legislação que regula o uso e o manejo da terra em propriedades privadas (detalhes nas subseções *Contexto institucional, setorial e político e análise de lacunas e linha de base*). A lei considera como áreas privadas todas as terras rurais privadas, bem como assentamentos e outros que não estão no registro público de terras¹. Também exige que os proprietários rurais conservem a vegetação nativa em suas propriedades rurais, reservando: i) uma Reserva Legal (RL) que ocupa 80% da área de propriedade na Amazônia e 20% em outras regiões biogeográficas e ii) Área de Preservação Permanente (APP) que ocorre na beira de corpos d'água, encostas íngremes e topos de morro.
6. **Quando as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 foram estabelecidas, a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) no Brasil considerou que as áreas de vegetação nativa dentro de APPs e RLs poderiam ser contabilizadas como contribuição para atingir a Meta 11 (CONABIO, 2013).** O papel potencial de APPs e RLs para o valor de conservação nas cinco regiões biogeográficas no Brasil (exceto para a Amazônia) é mostrado na Tabela 1. A última coluna resume a quantidade de APPs e RLs estimada como legalmente protegida pela LPVN (Sparovek et al., 2011). Essas áreas totalizam aproximadamente 88 milhões de hectares, ou seja, são quase duas vezes e meia maiores do que a área dentro de áreas protegidas públicas e privadas (34,4 milhões de hectares). Além disso, outros 15 a 27 milhões de hectares de áreas degradadas devem ser recuperados pelos proprietários de áreas privadas para alcançar o cumprimento da LPVN (Soares-Filho et al., 2014).

¹ Como a regularização do título é um processo complexo no Brasil, muitos proprietários rurais não realizam ações formais na terra que ocupam e são classificados como "posseiros".

Consequentemente, a conservação efetiva da biodiversidade em áreas privadas tem potencial para ampliar os atuais sistemas de conservação (áreas protegidas e reservas indígenas) no contexto nacional e internacional.

Tabela 1. Área (ha) de reservas indígenas, áreas protegidas e áreas privadas (Reservas Legais - RL - e Áreas de Preservação Permanente - APP) nas cinco regiões biogeográficas brasileiras (RB) incluídas no projeto.

RB	Reservas indígenas	% da área na RB	Áreas protegidas (ha)	% da área na RB	RL e APP com vegetação nativa	% da área na RB
Cerrado	9.440.000	4,62	16.819.900	8,22	49.018.770	23,97
Mata Atlântica	682.900	0,52	10.088.100	7,67	14.234.207	10,82
Caatinga	267.800	0,32	6.269.700	7,38	18.028.834	21,21
Pampa	2.623	0,01	483.000	2,74	3.061.732	17,35
Pantanal	266.900	1,78	694.800	4,62	3.307.551	22,00
TOTAL	10.660.223		34.355.300		87.651.094	

Fonte: Brasil (2016a), Sparovek et al. (2011).

7. **É crucial notar, no entanto, que as RLs, APPs e outras áreas de vegetação nativa que excedem a quantidade requerida pelo LPVN não são necessariamente efetivas para melhorar o valor de conservação.** Nem todas essas áreas possuem alto valor de conservação, e por outro lado, nem todas são desertos de biodiversidade, abrangendo diferentes níveis de valor de conservação. Tais áreas podem variar de grandes espaços, bem conectadas e ligeiramente degradadas, até pequenos fragmentos, isolados e muito degradados. Por exemplo, o setor florestal brasileiro (empresas privadas que fornecem produtos obtidos de árvores plantadas), que detém mais de 7,8 milhões de hectares produtivos, tem 5 milhões de hectares em APPs e RLs (Ibá, 2016). Além disso, duas empresas do setor de energia (Vale e Votorantim) somam mais de 60 mil hectares em reservas privadas não incluídas nas categorias do SNUC (Scarano et al., em preparação). Este fato, no entanto, não é regra no Brasil, uma vez que boa parte dos remanescentes de vegetação nativa em áreas privadas brasileiras não são suficientemente grandes para manter populações a longo prazo (por exemplo, Ribeiro et al., 2009). Por outro lado, esses pequenos remanescentes de vegetação nativa podem complementar as redes de áreas protegidas e reservas indígenas, atuando como corredores ecológicos e zonas-tampão que aumentam a proteção ambiental e a conectividade paisagística (Crouzeilles et al., 2013b).
8. **As RLs, APPs e áreas de vegetação nativa que excedem os requisitos da LPVN são cercadas por áreas produtivas.** Essa é a realidade da maioria das propriedades rurais, onde as áreas de potencial valor de conservação são consideradas pela maior parte do setor produtivo (proprietários de terras, agentes de assistência técnica e extensão rural - ATER, bancos, entre outros) adjacentes a áreas produtivas e de baixo valor de conservação.

9. O setor florestal também atua fortemente na economia brasileira. O Brasil é uma referência mundial na produção de monoculturas de espécies florestais exóticas (*Eucalyptus* e *Pinus*), especialmente devido a fatores biofísicos. Além disso, o país possui mais de 40 anos de pesquisa nesse campo. Atualmente, esse setor cobre uma área de 7,8 milhões de hectares, em que 74,9% são plantados com *Eucalyptus*, 20,8% com *Pinus* e 4,3% com outras espécies (IBGE, 2015). As maiores plantações estão nos estados de Minas Gerais (1,8 milhões de hectares), Paraná (1,6 milhões de hectares), Rio Grande do Sul (1,1 milhões de hectares), São Paulo (1,1 milhão de hectares) e Santa Catarina (0,9 milhões de hectares). As plantações de eucalipto estão localizadas principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. As plantações de *Pinus* cobrem 2 milhões de hectares e estão concentradas no Paraná e Santa Catarina. Assim, as maiores áreas plantadas estão dentro das regiões biogeográficas da Mata Atlântica e do Cerrado. O setor contribuiu com 1,2% do PIB brasileiro e 6% do PIB industrial em 2015, com 21,6 bilhões de dólares, o que representa um crescimento de 3,0% em relação ao ano anterior (Ibá, 2016). Com esses resultados, o setor se destacou com um desempenho de crescimento superior a outros setores da economia brasileira, como agricultura e pecuária (+ 1,8%), indústria (-6,2%) e serviços (-2,7%), entre 2014 e 2015. Além disso, em 2015, o setor empregava diretamente 540 mil pessoas. Estima-se que, no total, o número de empregos nas atividades florestais (direta, indireta e resultante do efeito da renda) foi de cerca de 3,8 milhões (Ibá, 2016). Na esfera social, as atividades da cadeia produtiva das plantações florestais promovem o emprego e a renda na área rural, ajudando na redução do êxodo rural (Júnior & Ahrens, 2010).

Contexto subnacional

10. A Mata Atlântica tem uma longa história de desmatamento com vários ciclos de exploração de recursos naturais desde o século XVI, como plantação de madeira, cana-de-açúcar e café. Atualmente, apenas 22% da cobertura original de vegetação nativa permanece, espalhada em formações florestais e ecossistemas associados a restingas, manguezais e campos de altitude (Brasil, 2016b). No entanto, esta é uma das regiões mais ricas em biodiversidade com uma grande quantidade de espécies endêmicas no mundo, considerado um *hotspot* de biodiversidade (Myers et al., 2000). Em 2006, foi promulgada a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428 / 2006), que regula a supressão de remanescentes de vegetação nativa nessa região biogeográfica (ver *Contexto institucional, setorial e político e análise e lacunas e linha de base*). Com uma população de mais de 145 milhões de pessoas (72% da população), distribuída entre 3.429 municípios (61% dos municípios brasileiros), a região pode ser considerada o centro socioeconômico brasileiro, responsável por mais de 80% da renda interna bruta. A região abrange a maior parte das terras cultivadas no Brasil, com uso predominante de terras para a agropecuária em grande escala, particularmente a cana-de-açúcar e a pecuária.

11. A Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado (doravante designada APA de São João), uma das áreas-piloto deste projeto, está localizada na Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (Fig. 2). As APAs são áreas protegidas para uso sustentável (categoria VI da UICN), que permitem um certo grau de ocupação humana para áreas públicas e privadas, cujos objetivos básicos são proteger a diversidade biológica, organizar o processo de ocupação e garantir o uso sustentável dos recursos naturais (Lei nº 9.985/2000). Uma APA deve ter um conselho presidido pelo órgão ambiental responsável por sua gestão e composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e população residente. Além disso, deve ter um plano de manejo com diretrizes/regras sobre o uso e zoneamento do território. A APA de São João

está localizada na planície costeira do Estado do Rio de Janeiro com uma área de 150.700 hectares e engloba parte dos municípios de Silva Jardim (91,2%), Casimiro de Abreu (70,8%), Rio Bonito (20,9%), Araruama (14,6%), Cabo Frio (13,8%), Cachoeiras de Macacu (6,5%) e Rio das Ostras (5,6%). A criação da APA em 2002 destinava-se a proteger os recursos hídricos e os remanescentes florestais, bem como várias espécies ameaçadas de extinção na região, entre as quais: o Mico Leão dourado (*Leontopithecus rosalia*), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) e o jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*). Na APA, existem duas áreas de proteção integral (categorias I-IV da UICN): Reserva Biológica de Poço das Antas (1974) e Reserva Biológica União (1998). Além disso, há partes de um grande fragmento florestal do Parque Estadual de Três Picos (outra área de proteção integral), o Parque Municipal Natural de Mico Leão Dourado e Reservas Privadas de Patrimônio Natural (RPPNs - área protegida privada para uso sustentável, categoria IV da UICN, que também precisa de um plano de gestão). Destes, 31 estão localizados em Silva Jardim, município com o maior número de RPPNs no Brasil. Aproximadamente 30% da APA é formada por pastagens degradadas (maior uso da terra na região seguido pela agricultura). No entanto, a maioria das propriedades está sendo vendida para pessoas que não realizam atividades produtivas. Apesar das baixas taxas de desmatamento, a região tem uma paisagem altamente fragmentada devido ao uso histórico da terra, desenvolvimento de atividades agropecuárias e construção de rodovias e ferrovias.

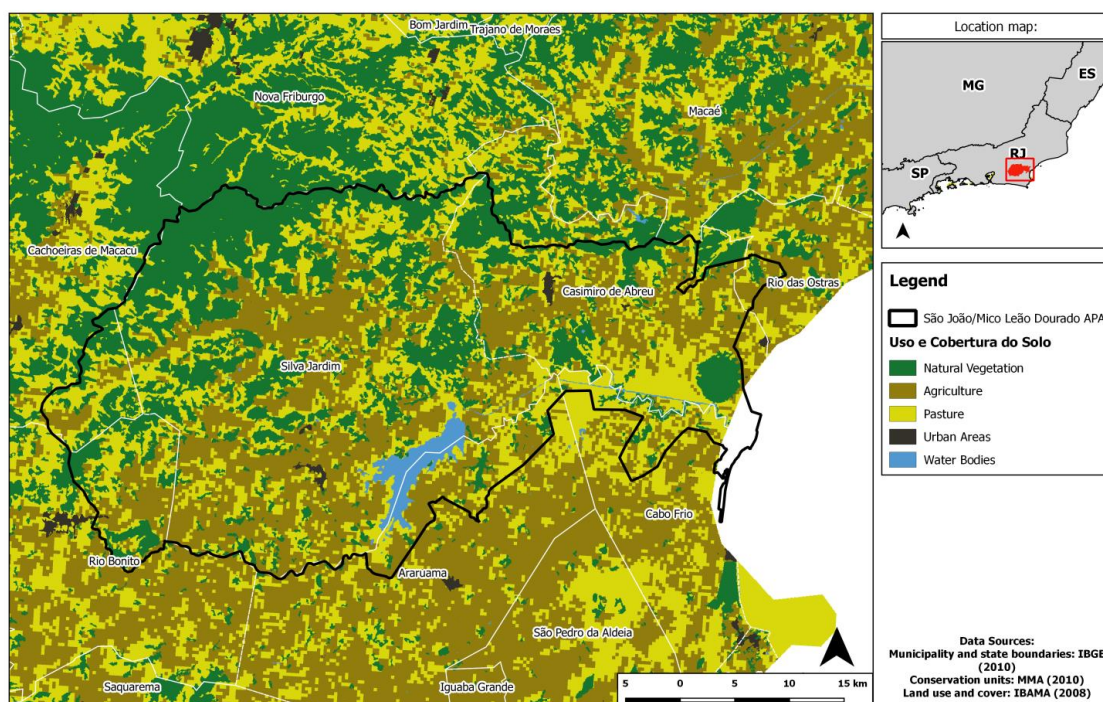


Figura 2. Mapa de localização e uso e cobertura da terra em toda a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João / Mico Leão Dourado, Rio de Janeiro, Brasil.

12. O Cerrado perdeu cerca de 50% de sua cobertura vegetal nativa, principalmente com o estabelecimento da nova fronteira agrícola brasileira (Brasil, 2016c). Esta é a segunda maior região biogeográfica brasileira, com 2.036.448 km² (~22% do território nacional) que engloba 5% da biodiversidade do planeta; a área mais biodiversa do mundo também é um *hotspot* de biodiversidade (Myers et al., 2000). Além disso, os portos da região ocorrem nas três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazonas / Tocantins, São Francisco e Prata). Atualmente, o principal uso da terra

é a agropecuária, particularmente a pecuária (a região mais importante da produção de carne no Brasil, com as pastagens mais extensas e cerca de 50% do rebanho nacional de gado), soja e outros cultivos de grãos comerciais. A substituição significativa do Cerrado por campos de soja nas últimas duas décadas foi um dos principais fatores que contribuiu para a expansão das áreas cultivadas totais no Brasil (Brasil, 2016d). Outras atividades associadas à degradação da vegetação nativa ocorrem paralelamente ao progresso das fronteiras agrícolas, como a produção de carvão para a indústria siderúrgica, cujos polos tecnológicos estão centrados nessa região biogeográfica.

13. A APA de Pouso Alto (a seguir denominada APA Pouso Alto), a outra área-piloto deste projeto, está no Cerrado, no nordeste do estado de Goiás (Fig. 3). Com uma área de 872 mil hectares, abrange parte dos municípios do Alto Paraíso de Goiás (28,46%), Cavalcante (44,65%), Colinas do Sul (15,64%), Nova Roma (3,67%), São João D'Aliança (2,94%) e Teresina de Goiás (4,64%). A criação da APA em 2001 destinada a promover o desenvolvimento sustentável e a preservação da flora e fauna (com 45 espécies ameaçadas de extinção), recursos hídricos, fisiografia, geologia e paisagens da região. A APA está incluída na Reserva da Biosfera do Cerrado, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) devido à sua importância biológica, alta taxa de biodiversidade e endemismo, presença de diversas fitofisionomias (de campos a florestas densas) e processos ecológicos únicos. Nessa APA, existem três áreas de proteção integral de nível municipal (Parque Municipal de Lavapés, Parque Municipal de Abílio Herculano Szervimskis e Parque Municipal de São Jorge), uma área protegida federal (Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros) e 21 RPPNs. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961 com 625 mil hectares, mas após sucessivos decretos, tanto de redução (em 1972 e em 1981) quanto de aumento (em 2017), o Parque abrange, atualmente, cerca de 240 mil hectares. Nos últimos anos, conservacionistas e ambientalistas agiram fortemente para aumentar seu tamanho em três a quatro vezes, o que ocorreu em 2017, , mas isso gerou conflito com alguns produtores rurais da região. A região possui uma grande variedade de produtores rurais e, embora pequenas propriedades ocorram em maior número, a soma da área coberta por grandes propriedades é maior do que as pequenas em toda a APA.

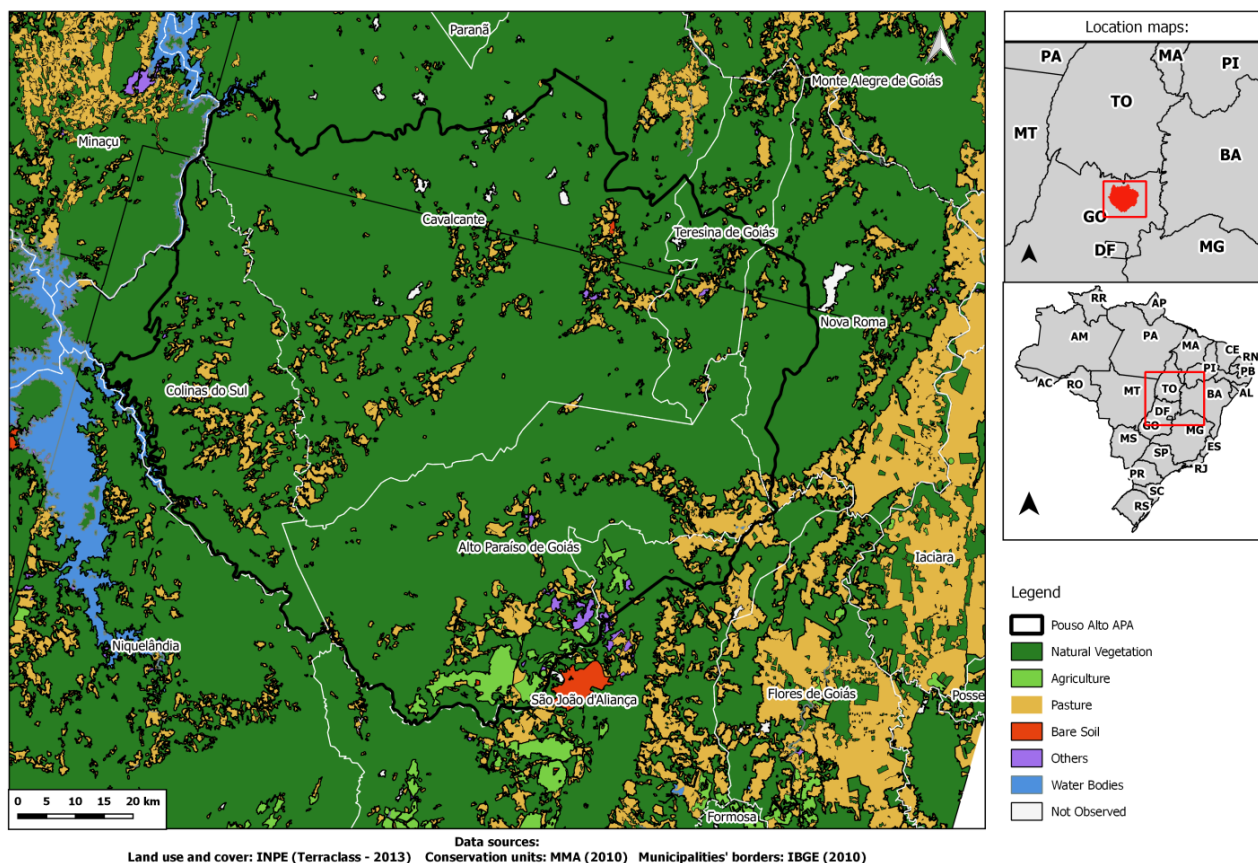


Figura 3. Mapa de localização e uso do solo de toda a Área de Proteção Ambiental (APA) de Poço Alto, localizada no estado de Goiás, Brasil.

14. A Caatinga tem uma longa história de ocupação humana e estima-se que 80% de sua cobertura de vegetação nativa já tenha sido desmatada (Brasil, 2016c). Esta é a única região biogeográfica exclusivamente brasileira, que abrange uma área de 84.445.300 ha (~11% do território nacional). Esta é a região biogeográfica semiárida mais diversa do mundo. No entanto, 95% das áreas suscetíveis à desertificação no Brasil estão na Caatinga, e uma grande parte dessas áreas já está extremamente degradada. Assim, a sua preservação está intimamente associada ao combate da desertificação. Aproximadamente 21 milhões de pessoas vivem na região, 44% delas nas áreas rurais. A vegetação da Caatinga apoia a economia local através da lenha e do carvão como fontes de energia e através de uma grande quantidade de produtos florestais não-madeireiros (Brasil, 2016d). Entre as atividades com grande impacto ambiental, a extração de carvão vegetal cobre parte das necessidades industriais e domésticas. A exploração dos recursos naturais, no entanto, não foi seguida pelo desenvolvimento humano. Os índices socioeconômicos mostram a distribuição mais desigual do país, com elevadas taxas de analfabetismo, baixo nível de saneamento básico e menor expectativa de vida.

15. O Pampa cobre 17.824.300 ha (~ 2% do território nacional) e é restrito ao Estado do Rio Grande do Sul (~ 63% do estado). Atualmente, há apenas 63% de sua cobertura original de vegetação nativa (Brasil, 2016c). O principal uso da terra é a pecuária extensiva (leite e carne bovina), uma atividade

tradicional na região, que desempenha um papel crucial na economia nacional (Brasil, 2016d). A agricultura também resulta em um grande impacto nessa região biogeográfica, com a expansão da soja e culturas comerciais de arroz, trigo, milho, tabaco e uvas. As práticas de silvicultura são o mais novo setor de transformação nas paisagens do Pampa, com a plantação de *Eucalyptus* e *Pinus* para produção de madeira e celulose.

16. O Pantanal é a maior planície alagada do mundo e também é declarado como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO. Essa região biogeográfica abrange uma área de 15.131.300 ha (~ 2% do território brasileiro) e é a mais preservada no Brasil: ainda possui 83% de sua vegetação remanescente (Brasil, 2016c). As maiores taxas de conversão ocorrem nas terras altas, na parte norte da região biogeográfica, onde a pecuária e a agricultura extensiva são os usos predominantes da terra. As principais atividades socioeconômicas são a pesca (que gera a maioria dos empregos e renda), pecuária, turismo, extração de minério e, em pequena escala, agricultura.

2.2. Significado Global

17. O Brasil é um dos países mais mega-diversos do mundo. Existem 120 mil espécies de invertebrados e aproximadamente 8.930 espécies de vertebrados. Existem 734 mamíferos (dos quais 153 são endêmicos e 110 estão em perigo), 1.982 espécies de aves (222 endêmicas e 234 em extinção), 732 espécies de répteis (147 endêmicas e 80 em extinção), 973 anfíbios (584 endêmicos e 41 em perigo) e 4.509 peixes espécies (409 em perigo) (MMA 2016, ICMBio 2017a e b; Tabela 2). Quanto à flora, o país é o mais rico em todo o mundo, com 46.223 espécies, das quais 19.503 são endêmicas e 2.953 estão em perigo (Tabela 2, CNCFlora 2017). O Brasil abriga dois dos *hotspots* globais de biodiversidade: a Mata Atlântica e o Cerrado, ambos abrangendo 72% das espécies ameaçadas de extinção no país.

18. Na Mata Atlântica, existem 20 mil espécies de plantas vasculares, sendo 8.000 endêmicas. Entre os animais vertebrados, a região biogeográfica abriga 263 espécies de mamíferos (71 endêmicas), 936 espécies de aves (148 endêmicas), 306 espécies de répteis (94 endêmicas), 475 anfíbios (286 endêmicos) e 350 espécies de peixes (133 endêmicas) (Mittermeier et al., 2004). Uma vez que esta região biogeográfica já perdeu grande parte de sua cobertura vegetal original e tem grande biodiversidade e endemismo, foi referido como o "mais quente dos *hotspots*" (Laurance, 2009). Dos fragmentos de floresta remanescentes, menos de 20% são maiores que 50 hectares (Ribeiro et al., 2009). A fragmentação, além de ter consequências dramáticas para a oferta de serviços de biodiversidade e ecossistemas, também torna a região altamente suscetível às mudanças climáticas.

19. O Cerrado, também um *hotspot* global da biodiversidade (Myers et al., 2000), abriga 10.000 espécies de plantas, dos quais 4.400 são endêmicas. Entre os vertebrados, 195 são espécies de mamíferos (14 endêmicas), 605 espécies de aves (16 endêmicas), 225 espécies de répteis (33 endêmicas), 251 espécies de anfíbios (26 endêmicas) e 800 espécies de peixes (200 endêmicas, Mittermeier et al., 2004). Além da conservação da biodiversidade, a conservação do Cerrado também

é importante para o equilíbrio climático global, uma vez que a conversão do habitat é responsável por 26% das emissões de desmatamento no Brasil. Do mesmo modo, o Cerrado é crucial para os recursos hídricos, abrigando 43% das águas superficiais do Brasil, fora da Amazônia. No entanto, apenas 19,8% da área original do Cerrado pode ser considerada relativamente intacta (Brasil, 2015a). De 2002 até 2011, a taxa de conversão da vegetação nativa no Cerrado foi três vezes maior do que na Amazônia (Strassburg et al., 2017). Nos últimos anos, o Cerrado tornou-se a região biogeográfica com maior conversão em números absolutos no Brasil. De acordo com as projeções, o alto grau de endemismo juntamente com a conversão acelerada pode levar à extinção de espécies de escala sem precedentes (Strassburg et al., 2017).

20. O Brasil também tem relevância global no combate às mudanças climáticas, pois é o maior repositório de carbono florestal do planeta (Zomer et al., 2016). De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro, estima-se que o Brasil armazene 80.813 milhões de toneladas métricas de carbono em suas florestas naturais, onde a maior parte desse estoque está na região biogeográfica da Amazônia (68.571 milhões de toneladas, Brasil, 2017). A segunda região biogeográfica com o maior estoque é o Cerrado (5.503), seguido da Mata Atlântica (3.295), da Caatinga (2.475), do Pantanal (703) e da Pampa (266). Este carbono está localizado em compartimentos diferentes: biomassa acima do solo, biomassa subterrânea, biomassa morta, lixo e solo. Considerando todo o país, mais da metade do estoque está na biomassa acima do solo (47.998), seguido do solo (20.711). No entanto, desconsiderando a Amazônia, a ordem inverte: o maior estoque de carbono é o solo, seguido da biomassa acima do solo. As culturas também podem contribuir para o estoque de carbono, onde o Brasil também é líder mundial com o maior estoque total (Zomer et al., 2016). Estima-se que, no ano 2000, essas áreas abasteciam 6,8 bilhões de toneladas de carbono; em 2010, esse volume aumentou quase 14%, atingindo 7,7 bilhões de toneladas. Parte do ganho pode ser associado a incentivos de políticas públicas para implementação de boas práticas agrícolas (adoção de abordagens agroflorestais) e práticas de pecuária. Além disso, pode ser associado ao abandono ou uso de períodos de pousio em pastagens degradadas. Por isso, é importante encorajar a gestão adequada das áreas dedicadas à agricultura e pecuária, contribuindo para o aumento dos estoques de carbono e mitigação das mudanças climáticas.

2.3. Ameaças, causas e análise de barreira

21. Para desenvolver esta seção, utilizamos a abordagem metodológica *Open Standards* (<http://cmp-openstandards.org>). Essa é uma das metodologias mais modernas e robustas, reconhecidas e adotadas por muitas organizações de conservação em todo o mundo. De acordo com a Foundation of Success - FOS (2009), essa abordagem permite a construção de um modelo conceitual geral que seja uma ferramenta conveniente para ajudar uma equipe do projeto a entender e, logicamente, ilustrar as circunstâncias que ocorrem na área do projeto (Fig. 4). A abordagem permite descrever explicitamente a inter-relação entre os fatores que afetam a biodiversidade de um determinado local.

22. Após a definição do *escopo do projeto* (parâmetros amplos ou limites aproximados, geográficos ou temáticos, que circunscrevem o foco do projeto), são estabelecidas os *alvos de conservação* (espécies, habitats e / ou comunidades ecológicas que se estão tentando conservar e / ou gerenciar na área do projeto). A equipe do projeto deve inicialmente identificar as *principais ameaças diretas*: ações

humanas ou usos insustentáveis que degradam imediatamente um ou mais objetivos de conservação (por exemplo, colheita, poluição, aquecimento global, barragens, desmatamento etc.). Pode ser necessário, em alguns casos, incluir estresses que descrevem o impacto biofísico da ameaça no alvo da biodiversidade (por exemplo, destruição do habitat, degradação do habitat). A última fase é distinguir os **fatores contribuintes** (econômicos, políticos, institucionais, sociais ou culturais) das ameaças diretas até o modelo ser razoavelmente completo. Tais fatores podem ser uma **ameaça indireta - causa-raiz** -, um fator que leva a ameaças diretas, ou uma **oportunidade**, fator que potencialmente tem um efeito positivo em um ou mais alvos, direta ou indiretamente. A abordagem *Open Standards* pode ser atualizada de acordo com as mudanças no cenário e na coleta de informações. Assim, é possível compreender e projetar claramente a lógica atual dos processos que afetam os objetivos do projeto.

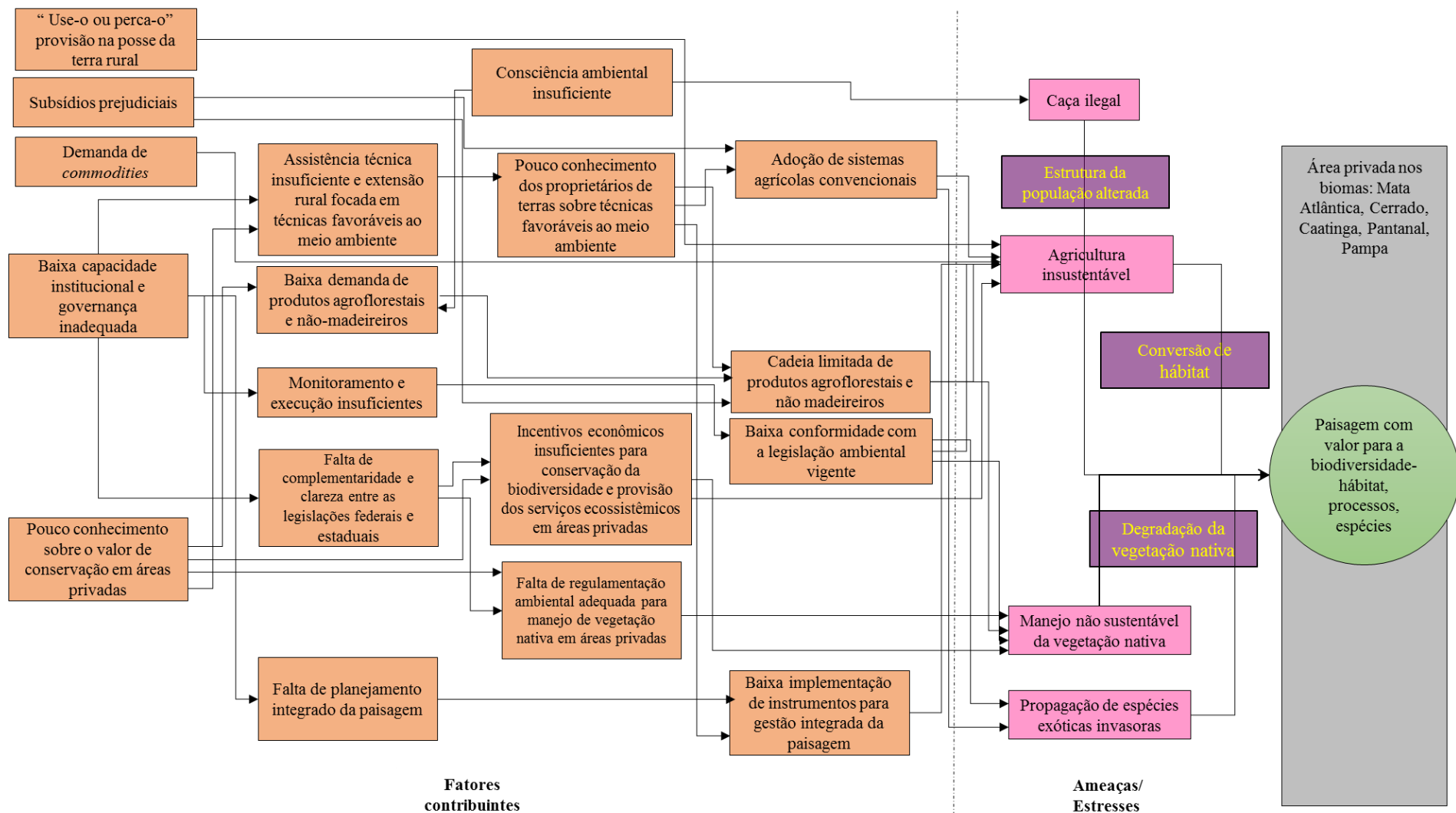


Figura 4. Modelo conceitual que analisa e resume o contexto da região do projeto. O alvo de conservação está em verde; as ameaças diretas estão em rosa; os estresses estão em púrpura; e os fatores contribuintes (causas ou oportunidades) estão em laranja.

- 23. O modelo conceitual geral foi preparado com base em uma abordagem participativa que levou em consideração as diferentes partes interessadas (ver subseção 2.5. *Mapeamento e análise das partes interessadas* e subseção 3.1 *Lógica do projeto, conformidade política e benefícios ambientais globais esperados*). Na fase preparatória foram desenvolvidas oficinas de dois dias nas duas áreas-piloto do projeto (APA de São João e APA de Pouso Alto), juntamente com reuniões com partes interessadas do governo em Brasília (DF) e a Indústria Brasileira de Árvores - Ibá (a associação responsável institucionalmente representando a cadeia de produção de árvores plantadas) em São Paulo (SP). Várias iniciativas em curso em cada área-piloto foram apresentadas pelas partes interessadas, de modo que as principais ameaças para a biodiversidade e a vegetação nativa fossem levantadas, juntamente com suas causas e barreiras. Finalmente, foram discutidas possíveis estratégias para reduzir tais ameaças de acordo com o contexto de cada local. Além disso, reuniões com vários órgãos públicos e com o setor florestal melhoraram a comunicação entre instituições. Este processo aumentou a apropriação do projeto pelas partes interessadas locais, aumentando seu impacto, diminuindo seus riscos e favorecendo sua sustentabilidade a longo prazo.**
- 24. Como o objetivo do projeto é o de ampliar o manejo sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços de ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil, o alvo de conservação do projeto é a conservação de paisagens com valor para biodiversidade, habitat, processos e espécies. As principais ameaças a esses objetivos são: 1) agricultura insustentável, 2) manejo insustentável da vegetação nativa, 3) caça ilegal e 4) disseminação de espécies exóticas invasoras. A caça ilegal e a propagação de espécies exóticas invasoras são abordadas pelo projeto GEF "Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas" (PROSPECIES, GEF Project ID 9271), e não devem ser abordados neste projeto. Os impactos biofísicos - estresses - da agricultura insustentável e do manejo insustentável da vegetação nativa são a **degradação da vegetação nativa** (com exceção da última ameaça), e a **destruição de habitat**. Ao lidar com algumas dessas ameaças e seus fatores contribuintes, poderemos alcançar o objetivo do projeto, conforme descrito mais adiante neste documento (ver Seção 3, especialmente a *Teoria da Mudança*).**
- 25. Os principais fatores contribuintes que levam a 1) agricultura insustentável e / ou 2) manejo de vegetação nativa insustentável são: conhecimento insuficiente sobre o valor de conservação de áreas privadas; baixa capacidade institucional e governança inadequada; demanda de commodities; e subsídios perversos (figura 4).** Cada um desses fatores leva a uma série de ameaças diretas (agricultura insustentável e / ou manejo de vegetação nativa insustentável) ao nosso alvo de conservação (paisagem com valor para biodiversidade, habitat, processos, espécies) (ver figura 4). As propriedades rurais são percebidas não apenas pelos proprietários, mas também por várias outras partes interessadas como áreas exclusivamente produtivas, nas quais a produção e a conservação são mutuamente exclusivas. A cobertura da vegetação nativa é atualmente vista como um impedimento para o desenvolvimento de atividades produtivas e como área sem valor econômico. As partes interessadas geralmente não percebem o valor da floresta ou seu potencial como oportunidade de negócio. Consequentemente, ainda há conhecimento limitado sobre como essas áreas podem

contribuir para a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos. O pequeno conhecimento sobre o valor de conservação de áreas privadas leva a outro fator que leva à agricultura insustentável e / ou manejo insustentável da vegetação nativa: **incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e prestação de serviços ecossistêmicos em áreas privadas**. A falta de conhecimento sobre o valor de conservação das áreas privadas, juntamente com a baixa capacidade institucional e governança inadequada, são causas da **assistência técnica insuficiente e extensão rural insuficiente focada em técnicas favoráveis ao meio ambiente**.

26. Os programas de incentivo econômico para a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas são muitas vezes afetados pelo conhecimento que os proprietários de terra e os agentes desenvolvedores dos programas possuem sobre a biodiversidade. Dessa forma, são projetados programas inadequados, que subestimam processos de biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos. Atualmente, não há modelos focados em adequação socioeconômica ambiental de propriedades privadas rurais que possam integrar ganhos ambientais e melhoria das atividades econômicas. Considerando a necessidade de recursos financeiros para desenvolver atividades para as propriedades cumprirem com a LPVN, esses aspectos devem estar conectados. Além disso, poucas linhas de crédito que têm tais conexões são difíceis de acessar (ver **Seção 2.6 - Análise de lacunas e linha de base**).
27. Além do conhecimento insuficiente sobre o valor de conservação das áreas privadas, a baixa capacidade institucional, a governança inadequada, a insuficiente assistência técnica e a baixa extensão rural focada em técnicas favoráveis ao meio ambiente impedem que os proprietários adquiram conhecimento a respeito dessas técnicas. Existem poucos projetos de educação ambiental, oficinas de conscientização e materiais sobre legislação aplicável. Por exemplo, o conflito entre desenvolvedores do plano de manejo da APA de Pouso Alto e da sociedade civil tem sido em grande parte causado pela falta de difusão de informações sobre as especificações propostas no plano.
28. Com **pouco conhecimento sobre técnicas favoráveis ao meio ambiente, os proprietários rurais provavelmente adotarão sistemas de cultivo convencionais insustentáveis**. Na APA de Pouso Alto, por exemplo, a conversão de capim nativo para cultivo (principalmente soja) é comum na região e não requer permissão/licença, resultando em um uso agressivo da terra para a biodiversidade. O manejo inapropriado das pastagens naturais é uma ameaça recorrente na região biogeográfica do Cerrado. Além disso, o fogo é usado em várias regiões biogeográficas como um sistema tradicional para melhorar a qualidade do solo em áreas produtivas. No entanto, se o manejo não for feito de forma adequada, pode atingir a vegetação, plantações e pastagens nativas próximas (Lara et al., 2007). A falta de conhecimento sobre algumas técnicas modernas implica em problemas nos ciclos de produção, aumentando os custos e, conseqüentemente, diminuindo o lucro, além de aumentar a resistência dos proprietários em participar de projetos sustentáveis. Alguns estudos focados na percepção de diferentes partes interessadas relacionados à agricultura e pecuária no Brasil indicaram a necessidade de um aumento na força de trabalho qualificada, bem como da propagação do conhecimento técnico (Alacorn et al., 2010; Latawiec et al., 2017), especialmente para pequenos e médios proprietários (Chiavani & Lopes, 2015).
29. O manejo integrado da paisagem também é crucial para que as atividades produtivas e de conservação não sejam conflitantes. No entanto, esse conhecimento técnico está ausente para boa parte de agentes

de ATER e proprietários rurais, o que leva à **baixa implantação de instrumentos para manejo integrado de paisagens**. Em muitos lugares, o principal problema é a falta de pessoal e força de trabalho qualificado para desenvolver atividades. A falta de agentes de ATER abre espaço para as empresas privadas recomendarem o uso de fertilizantes e pesticidas (Latawiec et al., 2017). Uma vez que as fazendas apoiadas com ATER aumentam sua produtividade (Latawiec et al., 2017), é necessário não só aumentar o número de agentes de ATER, mas também treinar, agentes e proprietários de terras, levando em consideração práticas de manejo integrado de propriedade e considerando o contexto da paisagem. A necessidade e a vontade dos produtores em aprender novas práticas - que frequentemente unem produção e proteção ambiental - manifesta-se em muitas regiões do Brasil (Latawiec et al., 2017).

30. Além disso, os proprietários não costumam reconhecer que os produtos agroflorestais e não-madeireiros, por exemplo, podem ser atividades lucrativas. Assim, o conhecimento insuficiente dos proprietários de terras sobre técnicas favoráveis ao meio ambiente também é uma das causas da existência de uma **cadeia limitada de produtos agroflorestais e não-madeireiros**
31. Outro resultado do conhecimento escasso sobre o valor de conservação de áreas privadas - dessa vez, dos consumidores - é **uma baixa demanda de produtos agroflorestais e não-madeireiros** (produtos amigáveis à biodiversidade). A maioria desses produtos são mais caros do que os produtos da agricultura convencional, e há uma falta de interesse do consumidor em pagar preços mais altos - **consciência ambiental insuficiente**. Conseqüentemente, a cadeia de produção de produtos agroflorestais e não-madeireiros está insuficientemente estruturada, e esses produtos têm baixo valor de mercado. Entre os produtores com condições adequadas para desenvolver a agricultura familiar com técnicas de agro-extratativismo sustentável, muitos abandonam devido a dificuldades com a venda de seus produtos. Existe uma infraestrutura limitada para saída. Os mercados, mesmo quando existem, estão em regiões distantes, uma vez que o mercado local está mal desenvolvido. As cooperativas locais, por exemplo, não são nem sólidas nem expressivas para assegurarem a compra e venda de produtos.
32. O baixo conhecimento sobre o valor de conservação das áreas privadas é, por fim, uma das razões para a **falta de regulação ambientalmente saudável para o manejo da vegetação nativa em áreas privadas**. A LPVN, por exemplo, permite a exploração econômica de RL. Isso deve acontecer através do manejo sustentável da vegetação nativa, sujeito à permissão agenciado órgão ambiental estadual. No entanto, as lacunas nas técnicas de manejo e a falta de conhecimento sobre os impactos dessas técnicas impedem que as áreas RL sejam gerenciadas de forma sustentável de maneira a gerar receitas para os proprietários de terras e contribuir para a conservação da biodiversidade. Não há regulamentos ou diretrizes federais que detalhem técnicas de manejo da vegetação nativa sustentável que possam ser usadas em RL. Além disso, enquanto alguns regulamentos estaduais são muito rígidos, outros são muito permissivos ou até inexistentes.
33. Com relação à **baixa capacidade institucional e governança inadequada**, estas podem ocorrer em diferentes escalas, nas esferas federais a municipais. A falta de comunicação entre as iniciativas públicas dificulta o compartilhamento de estratégias, o que as torna menos sinérgicas e eficazes. Isso

mantém projetos isolados em seus campos de conhecimento e cobertura. Os tomadores de decisão não têm entendimento sobre a forma como os proprietários de terras reagem à adoção das leis ambientais. Compreender as múltiplas causas de descumprimento dessa legislação é certamente um dos principais desafios na luta contra a degradação da vegetação nativa no país. De acordo com Alacorn et al. (2010), as leis ambientais inibiram a conversão da vegetação nativa, mas não por completo, e além disso desconsideraram estratégias que permitem aos agricultores integrarem a conservação ou recuperação de recursos naturais com atividades agrícolas. As experiências demonstraram que a falta de compreensão sobre o que impulsiona os proprietários de terra a preservar a biodiversidade pode levar a políticas simplistas, comprometer a eficácia de ações e programas e, possivelmente, alienar potenciais interessados quanto à adoção de práticas sustentáveis (Langpap 2006, Selinke et al., 2015).

34. A baixa capacidade institucional e a governança inadequada, além de resultarem em insuficiente ATER focada em técnicas amigáveis ao meio ambiente (como descrito acima) ainda leva a: **falta de complementaridade e clareza entre as legislações federais e estaduais; monitoramento e execução insuficientes; e falta de planejamento integrado de paisagem.**
35. A falta de complementariedade entre legislações na mesma esfera pode ocorrer, porque há desalinhamento ou falta de sinergia em determinados níveis (federal e estadual). Muitos regulamentos ocorrem apenas na esfera estadual, como o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o licenciamento para o manejo da vegetação nativa. Assim, os regulamentos estaduais podem variar em cada estado. No caso de concessão de licenças para o manejo da vegetação nativa, os regulamentos estaduais são muito diversos e refletem a **falta de regulação ambientalmente saudável para o manejo da vegetação nativa em áreas privadas.** Alguns regulamentos são inadequados porque são demasiado permissivos, enquanto outros são difíceis de implementar. No último caso, a dificuldade pode ser devido a altos custos, complexidade e dificuldades de acesso ao crédito, impedindo o proprietário de atuar em sua propriedade - um caso de incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e prestação de serviços ecossistêmicos em áreas privadas. Nesse contexto, os proprietários acabam preferindo outra atividade, como desmatamento legal, para o qual o licenciamento é mais barato e mais rápido. A licença para manejo da vegetação nativa também varia de acordo com a região biogeográfica. Na Mata Atlântica, os regulamentos são muito rigorosos, enquanto no Cerrado eles não existem.
36. Às vezes, diferentes legislações implementadas em diferentes escalas se contradizem. Um exemplo, é a definição de pousio no LPVN (Lei nº 12.651/2012) e na Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006). No primeiro, o pousio é definido como a prática de interrupção temporária de atividades agrossilvipastoris por um máximo de cinco (anos) para a recuperação da capacidade de uso da terra ou estrutura física do solo. No entanto, de acordo com a Lei nº 11.428, o pousio é a prática que prevê a interrupção de atividades agrossilvipastoris do solo por até 10 (dez) anos para recuperar sua fertilidade. Essa incoerência leva à incerteza jurídica em relação às áreas em pousio, uma vez que pode haver interpretações equivocadas das leis. Esse é também o caso da silvicultura de espécies nativas, uma vez que os proprietários têm medo de plantar e, futuramente, não poderem usar as espécies economicamente.

37. Diversas interpretações das leis existem muitas vezes por falta de clareza no conteúdo. Um exemplo é a LPVN com relação à recuperação de RL (artigo 66, parágrafo 3). De acordo com o parágrafo 3º do artigo 66 dessa lei, a recuperação pode ocorrer através do plantio intercalado de espécies nativas e espécies exóticas e frutíferas em um sistema agroflorestal. Além disso, as espécies exóticas devem ser combinadas com espécies nativas locais (item I, parágrafo 3), e a área recuperada com espécies exóticas não pode exceder 50% (cinquenta por cento) da área total recuperada (item II, parágrafo 3). Há, no entanto, controvérsias que podem levar a diversas interpretações. O parágrafo 3 do artigo 66 trata do plantio intercalado de espécies nativas com espécies exóticas, mas não define o número mínimo de espécies, podendo levar a interpretação de que não se pode alocar as nativas e exóticas separadamente, mas permite a interpretação de uma infinidade de outros arranjos, incluindo alguns muito próximos de 50% / 50%. Além disso, não possui uma definição de "sistema agroflorestal". Estes são apenas alguns casos, mas a barreira existe em diferentes legislações e regulamentos que afetam a conservação da biodiversidade em áreas privadas.
38. No que se refere ao acompanhamento e à fiscalização da legislação ambiental, a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), por exemplo, depende da capacidade dos Estados de analisar o enorme volume de dados registrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR; referir-se à subseção 2.4). No entanto, os recursos humanos e financeiros são insuficientes para processar esses dados, deixando de ser um **incentivo para os proprietários de terras cumprirem a legislação ambiental**. Além disso, apesar dos avanços na luta contra o desmatamento, o Brasil ainda enfrenta um desafio para a sua redução. Isso, porque as manchas desmatadas são cada vez menores e, dessa forma, mais dificilmente detectadas pelos radares (Godar et al., 2015). Por exemplo, na APA de São João, espécies de plantas do sub-bosque são cortadas para construção de casas, e essa supressão não é detectada. Além disso, o corte seletivo de espécies nativas geralmente ocorre sem licenças adequadas e planos de manejo, o que pode contribuir para a redução súbita de indivíduos de uma espécie-alvo em uma região (potencialmente levando à extinção local) devido ao corte indiscriminado e ilimitado.
39. A baixa capacidade institucional e a governança inadequada levam à falta de planejamento integrado da paisagem que, por sua vez, leva à **baixa implementação de instrumentos para o manejo integrado de paisagens**. Para cumprir com a LPVN, os proprietários devem planejar suas atividades produtivas em conjunto com a conservação e recuperação da biodiversidade considerando o contexto da paisagem. Atualmente, não há ferramentas que integrem áreas para produção e para conservação, tanto na escala de propriedades como na escala de paisagem. Por exemplo, a busca da conformidade com a LPVN por um proprietário rural (por exemplo, por meio da recuperação da vegetação nativa formando corredores florestais), se considerar a vegetação nativa nas propriedades circundantes, pode contribuir com o aumento de conectividade da paisagem e, conseqüentemente, permitir o fluxo biológico. Essa abordagem pode aumentar a eficácia na conservação e na produtividade da biodiversidade, uma vez que os serviços ecossistêmicos ajudam a aumentar a produtividade.
40. A **demanda por commodities** é outro fator importante que impulsiona a agricultura insustentável. A matriz econômica brasileira é fortemente dependente de produtos agrícolas. Em 2015, esse setor era responsável por 23% do Produto Interno Bruto brasileiro, e o Brasil era o segundo maior exportador mundial de produtos agropecuários. Na próxima década, espera-se que seja o principal fornecedor,

respondendo à demanda global, que vem aumentando (OCDE / FAO, 2015). A produção de *commodities* representou 83% (USD 84 bilhões) do valor bruto da produção agrícola em 2011 no Brasil. De 1990 a 2011, a área cultivada no Brasil cresceu de aproximadamente 53 milhões de hectares para 68 milhões de hectares, e mais de 80% dessa expansão ocorreu na Amazônia e no Cerrado. A produção em grande escala focada na exportação (soja, cana-de-açúcar e milho) foi a principal responsável por esse crescimento em área. De 1990 a 2011, essas culturas foram ampliadas de 53 para 70% de todas as áreas cultivadas no país. Embora algumas culturas e áreas de pecuária tenham sido sujeitas à intensificação agrícola, uma grande parte ainda tem baixas taxas de produtividade. Por exemplo, no caso da pecuária, a capacidade média é de aproximadamente uma cabeça de gado por hectare (Lapola et al., 2014).

41. A agricultura insustentável também é uma consequência de **subsídios perversos**. As políticas de crédito agrícola financiam atividades que utilizam técnicas de manejo sustentáveis e insustentáveis dentro de propriedades. Em geral, as linhas de crédito não consideram os aspectos socioambientais ou o sistema de produção adotado, mas apenas critérios relacionados à produção, na determinação de seus critérios de aceite. Por exemplo, a análise de risco e viabilidade considera apenas o fluxo de caixa e patrimônio da propriedade, mas ignora as externalidades positivas e negativas das atividades, como resiliência, conformidade com a lei e impacto nos serviços ecossistêmicos. Existem muitos programas que incentivam o agronegócio, como linhas de crédito rural e redução de impostos. Dessa forma, há uma concorrência desleal entre a agricultura convencional e a mais sustentável (por exemplo, espécies frutíferas e óleos) - os subsídios perversos são, portanto, outra causa para uma **cadeia limitada de produtos agroflorestais e não-madeireiros**. Cadeias bem estruturadas, como a pecuária ou a agricultura, apresentam menor risco e maior liquidez do que outras, permitindo a expansão dessas atividades. O mercado florestal de produtos de espécies exóticas, já bem estabelecido, também aumenta a dificuldade de se valorizar produtos amigáveis à biodiversidade.
42. Finalmente, no Brasil, a agricultura insustentável é beneficiada pelo paradigma de **"use ou perca"** que ocorre na posse da terra rural. Esse processo direciona os proprietários de terras a usarem suas terras ativamente para a agricultura ou pecuária (desmatamento da vegetação nativa), já que seu não-uso aumentaria o risco dos proprietários de perderem-na para o Estado, que poderia redistribuí-la para aqueles sem posse de terra (Buckley & Pegas, 2015).

2.4. Contexto institucional, setorial e político

43. A CDB exige que os países preparem uma **estratégia nacional sobre biodiversidade (ou documento equivalente) e assegurem que essa estratégia seja integrada ao planejamento de todos os setores cujas atividades possam ter impacto (positivo ou negativo) na biodiversidade**. Consequentemente, o Brasil produziu sua "Estratégia e Plano de Ação Nacionais de Biodiversidade" (EPANB), que oferece uma contribuição para alcançar a Meta de Aichi 17. O documento² mostra brevemente o rico processo participativo para elaborar a Estratégia Nacional de Biodiversidade com a consolidação das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 (CONABIO, 2013) e do 1º Módulo do Plano de Ação de Biodiversidade. O documento aborda as informações, ações e projetos coordenados pela Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (órgão responsável

² Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/world/br/br-nbsap-v3-en.pdf>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2017.

pela criação de políticas públicas sobre biodiversidade na esfera federal). Outros compromissos devem ser desenvolvidos em sequência, bem como outros assinados por diferentes setores, originando o 2º módulo do Plano de Ação para Biodiversidade. Para isso, a Secretaria de Biodiversidade está conduzindo um processo de reunir secretarias do Ministério do Meio Ambiente, outros Ministérios, Estados e instituições relevantes para a EPANB, a fim de obter um compromisso formal com ações e iniciativas que contribuam para alcançar as Metas Nacionais de Biodiversidade em 2020, a serem incluídos na segunda versão do EPANB.

- 44. A EPANB inclui várias ações que contribuem para alcançar o objetivo do presente projeto.** Em primeiro lugar, os Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), alinhados com as listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção, são um dos instrumentos do Programa Nacional de Conservação de Espécies Ameaçadas, criado pela Portaria MMA 43/2014 (foco do projeto financiado pelo GEF intitulado 'Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas - PROSPECIES' - ID do Projeto GEF 9271). Os PANs definem, através de um processo participativo, estratégias para melhorar a conservação das espécies ameaçadas de extinção estabelecendo pactos com várias partes interessadas. Uma das prioridades atuais é a produção de uma estratégia nacional para implementar o Programa Pro-Espécies, conforme previsto pela Portaria MMA 162/2016.
- 45. A EPANB também trata do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros,** através da Portaria MMA 380/2015, para mapear e monitorar a vegetação e o uso da terra no país. Os mapeamentos a serem lançados em 2020 centram-se na conversão da vegetação nativa, na extração seletiva, na cobertura vegetal e na avaliação do uso da terra, no monitoramento de incêndio e na recuperação da vegetação. Esses mapeamentos são fundamentais ao fornecimento de informações e suporte para políticas públicas relacionadas à biodiversidade e ao clima.
- 46. Além disso, a EPANB reconhece o desenvolvimento de um Sistema de Informação sobre Biodiversidade Brasileira (SiBBr), o primeiro passo para o Brasil estabelecer uma sólida infraestrutura nacional de dados e conteúdo sobre biodiversidade.** O SiBBr foi uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), desenvolvido com suporte técnico da ONU Meio Ambiente e apoio financeiro do GEF (ID do Projeto GEF: 3722). O SiBBr é uma plataforma online que pretende coletar dados e informações sobre biodiversidade no Brasil. No âmbito do SiBBr, o MCTIC, em parceria com a Secretaria de Biodiversidade (SBio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), está investindo atualmente no desenvolvimento de um sistema de apoio à tomada de decisões. O objetivo deste sistema é automatizar, sempre que possível, processos e tarefas para aumentar a agilidade e a qualificação e diminuir os custos das análises para implementar políticas públicas sobre biodiversidade. Alguns exemplos são o processo de identificação de áreas prioritárias e ações para conservação, conectividade e análise de fragmentação, avaliação de espécies em extinção, identificação de áreas potenciais para provisão de serviços ecossistêmicos e localização de áreas para recuperação da vegetação nativa. Tais ações contribuem para minimizar o descumprimento das leis ambientais, uma das causas da conversão do habitat, decorrente do monitoramento insuficiente da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Além disso, as ações no âmbito do SiBBr ajudam a superar barreiras, como o conhecimento limitado sobre o valor da biodiversidade e o fornecimento de serviços ecossistêmicos em áreas privadas, o que também leva ao desenvolvimento de diretrizes de

manejo de propriedades rurais que podem não incorporar técnicas ambientalmente saudáveis e eficientes.

47. O Brasil estabeleceu sua Política Nacional de Meio Ambiente quase quatro décadas atrás através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com o objetivo de preservar, melhorar e restaurar a qualidade ambiental para garantir condições para o desenvolvimento socioeconômico, para a segurança nacional e para a proteção da dignidade da vida humana. Alguns dos instrumentos estabelecidos pela Política Nacional de Meio Ambiente são ferramentas econômicas, como concessão florestal, servidão ambiental e seguro ambiental. Esses instrumentos podem ser usados para lidar com outra causa de conversão de habitat mencionada acima, a falta de ferramentas econômicas para avaliação da biodiversidade. Essas ferramentas econômicas podem ser elaboradas por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, que constituem o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), criado pela Lei nº. 6.938/1981.

48. Em 2012, a principal lei ambiental brasileira (Código Florestal) foi revisada e deu lugar à LPVN (Lei nº 12.651/2012). A APP é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com o objetivo de preservar recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica e biodiversidade, possibilitando o fluxo de genes da fauna e flora, protegendo o solo e assegurando o bem-estar das populações humanas (veja mais na subseção 2.1 - *contexto nacional*). A intervenção ou supressão da vegetação nativa nas APPs só pode ocorrer na hipótese de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental. A RL visa garantir o uso econômico sustentável dos recursos naturais da propriedade rural, possibilitando a conservação e reabilitação de processos ecológicos, promovendo a conservação da biodiversidade e protegendo a fauna selvagem e a flora nativa. O manejo sustentável da RL é permitido de duas maneiras: sem fins comerciais (para consumo próprio), ou com fins comerciais. O manejo com finalidade comercial depende da permissão de uma agência competente e deve atender às seguintes diretrizes e protocolos: I - mantenha as características originais da cobertura vegetal e preserve a conservação da vegetação nativa na área; II - garantir a preservação da diversidade de espécies; e III - manejar espécies exóticas, adotando medidas que permitam a regeneração de espécies nativas. O manejo sustentável para a exploração casual da floresta sem fins comerciais, para o consumo local na propriedade, não precisa da autorização dos órgãos competentes, mas deve ser previamente informado ao órgão ambiental sobre a motivação da exploração e o volume explorado, limitando-a a 20 (vinte) metros quadrados por ano.

49. A LPVN introduziu novos mecanismos para facilitar sua aplicação, cumprimento e monitoramento. Criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que exige que todos os proprietários ou "possuidores"³ de propriedades rurais registrem suas terras, delineando a RL e a APP georreferenciadas em imagens de satélite. Neste contexto, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), um sistema georreferenciado baseado na rede que permite a documentação de todas as propriedades rurais brasileiras. Replicado aos Estados, o sistema é operado *on-line* e calcula automaticamente os passivos ambientais, simplesmente enviando os limites das propriedades georreferenciadas e demarcando os corpos d'água e os remanescentes das

³ Como a regularização do título é um processo complexo no Brasil, muitos proprietários rurais não detêm ações formais na terra que ocupam e são classificados como "possuidores".

florestas. Espera-se que essa ferramenta sinalize as mudanças no uso da terra, reduzindo assim os custos de monitoramento e execução. Proprietários com déficit de RL ou APP no SiCAR teriam que estipular como planejam cumprir com a lei ambiental. Isso servirá de base para o monitoramento da conformidade com a lei. Então, tais proprietários devem corrigir ou "regular" seus déficits em 20 anos através do desenvolvimento do Programa de Regularização Ambiental (PRA) supervisionado por cada Estado brasileiro. Neste contexto, há uma questão-chave temporal: quando o Cadastro Ambiental Rural (CAR) seria suficientemente avançado e validado para servir como um instrumento (pré-condicionado) para uma regularização ambiental em escala? A velocidade de implementação e validação do CAR é desigual em todos os estados federais.

50. A LPVN determina que as propriedades privadas supram seus déficits de APP e RL. Para as áreas de APP ao longo de cursos d'água ilegalmente desmatados antes de 22 de julho de 2008, a área a ser restaurada é especificada de acordo com o tamanho da propriedade e da largura do rio. Para a RL ilegalmente desmatada antes de 22 de julho de 2008, apenas as propriedades maiores que quatro módulos fiscais⁴ precisam compensar esses déficits. No entanto, após essa data, todos os proprietários que suprimiram a vegetação nativa (APP e RL) além dos limites legais são obrigados a recuperar essas áreas.

51. Um dos mecanismos de flexibilização incluído na lei de 2012 é a opção que os proprietários têm de "compensar" por quaisquer déficits de RL incorridos antes de 22 de julho de 2008 com excedentes de RL em outros imóveis, através da aquisição de Cotas de Reserva Ambiental (CRA). Pequenos proprietários (propriedades menores que quatro módulos fiscais), no entanto, são autorizados a emitir uma CRA em 100% de qualquer vegetação nativa remanescente (fora das APPs), mesmo que essa área não exceda os requisitos legais. A CRA também pode ser emitida para regularizar a propriedade pública em áreas protegidas (ou seja, "unidades de conservação"). Os proprietários de áreas privadas dentro de áreas que o governo designou como unidades de conservação são, em teoria, sujeitos a receber uma compensação por sua perda, mas esse processo tem sido lento (May et al., 2015). O potencial de vender a CRA dessas áreas anteriormente privadas poderia gerar receitas que permitem ao governo limpar suas dívidas de compensação relacionadas a essas terras e regularizar seu status como parte de unidades de conservação. O sistema das CRAs permitiria que os proprietários de terra da mesma região biogeográfica façam a troca por reservas excedentes entre eles.

52. De acordo com a LPVN (Capítulo VII), a exploração com fins comerciais de vegetação nativa de domínio público ou privado é submetida a licenças por um órgão do Sisnama com base na aprovação de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Aborda técnicas de condução, exploração, restauração e manejo de florestas em tais áreas.

53. Além disso, o Capítulo VII da Lei nº 12.651 / 2012 exige que pessoas ou empresas que detêm permissão para cortar a floresta ou extrair matérias-primas devem reflorestar. As empresas industriais que utilizam uma grande quantidade de matéria-prima da floresta também são obrigadas a elaborar e implementar o Plano de Suprimento Sustentável (PSS), a serem submetidos à aprovação do órgão ambiental do Sisnama.

⁴ O módulo fiscal é definido pela área de terra conceitualmente necessária para atender às necessidades básicas de uma casa rural, que varia em tamanho em todos os municípios brasileiros. Na região amazônica, por exemplo, este módulo varia na maioria dos municípios entre 60 a 100 ha de tamanho

- 54. Outra lei central para uso e proteção da vegetação nativa, mas aplicável apenas à região biogeográfica da Mata Atlântica, é a Lei nº 11.428/2006, conhecida como "Lei da Mata Atlântica".** Essa lei estabelece que o corte e a exploração da vegetação da Mata Atlântica são especificadas de acordo com o estado da vegetação: primário ou secundário. O corte da vegetação primária ou em estágios avançados e médios de regeneração é proibido em alguns casos e, em outros, é permitido somente sob o consentimento do órgão ambiental e compensação ambiental. Mesmo quando é vegetação secundária na fase inicial de regeneração, o corte e a exploração devem ocorrer apenas sob a permissão do órgão estadual ambiental. A Lei nº 11.428/2006 também estabeleceu incentivos de crédito para a conservação da Mata Atlântica, priorizando linhas de crédito agrícola para pequenos produtores rurais e populações tradicionais com vegetação primária ou secundária em estágios avançados ou médios de regeneração.
- 55. A Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC), estabelecida pela Lei nº 12.187/2009, tornou oficial o compromisso voluntário do Brasil com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) para reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36, 1% e 38,9% até 2020.** Alguns instrumentos dessa política são: o Plano Nacional de Mudanças Climáticas; Planos de Ação de Prevenção e Controle de Desmatamento em Regiões Biogeográficas; medidas fiscais destinadas a incentivar a redução das emissões e a remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas especiais, isenções, compensações e incentivos; e linhas de crédito específicas e financiamento por agentes financeiros públicos e privados.
- 56. A PNMC também determinou que o governo federal deve estabelecer planos setoriais para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, que visam reforçar a economia de baixo consumo de carbono para que as emissões antrópicas sejam gradualmente reduzidas. Para o setor agrícola e pecuário, foi criado o Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixo em Carbono na Agricultura (Plano ABC).** O objetivo principal é trazer a transição da agricultura convencional para um modelo de produção que minimiza as emissões de GEE no Brasil (de 2010 até 2020). Alguns dos objetivos do Plano ABC são recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; aumentar a adoção de sistemas de Integração de Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em 4 milhões de hectares; ampliar o uso do plantio direto em 8 milhões de hectares; ampliar o uso da fixação biológica de nitrogênio em 5,5 milhões de hectares; e promover ações de reflorestamento no país para expandir áreas com florestas plantadas, atualmente utilizadas para produção de fibra, madeira e celulose, em 3 milhões de hectares.
- 57. O Plano ABC tem uma linha de crédito, o Programa ABC, que visa proporcionar condições para que os agricultores realizem os investimentos necessários para incorporar alternativas tecnológicas de baixa emissão de carbono no processo produtivo.** Para candidatar-se a ele, o produtor rural deve apresentar um projeto técnico que demonstre o que será usado para mitigar as emissões de GEE. Esta é uma inovação na história das linhas de crédito rural brasileiras, já que outras linhas apenas apoiam itens financiáveis, enquanto o Programa ABC financia itens que garantirão um objetivo ambiental (OBSERVATÓRIO ABC, 2016). A recuperação das pastagens tem sido ponto emblemático do Programa ABC, que compunha 48% dos recursos desembolsados, e, no ano passado, foi seguida por plantio direto, que consumiu 27% dos recursos desembolsados. O Programa ABC

também possui uma linha de crédito especificamente orientada para financiar a recuperação florestal de APPs e RLs (conhecido como "ABC ambiental").

- 58. No final de 2015, o Brasil estabeleceu a ENREDD + (Estratégia Nacional de Redução das emissões do desmatamento e da degradação florestal e do papel da conservação, manejo sustentável das florestas e fortalecimento dos estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento).** O objetivo geral estabelecido pelo ENREDD + é contribuir com a mitigação das mudanças climáticas através da eliminação do desmatamento ilegal, conservação e recuperação de ecossistemas florestais e desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono para gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais.
- 59. Em setembro de 2015, o Brasil também apresentou à Secretaria da UNFCCC a Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida (iNDC), no âmbito do Acordo de Paris.** Com o depósito do instrumento que ratifica o acordo em setembro de 2016, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil deixou de ser "pretendida". No acordo, que entrou em vigor no dia 4 de novembro de 2016, o Brasil se comprometeu a implementar ações e medidas para apoiar o cumprimento das metas estabelecidas na NDC - redução de emissões em 37% até 2025, em relação aos níveis de 2005 e 43 % até 2030. Em relação às mudanças no uso da terra, dentro das ações previstas no setor florestal, o país visa fortalecer o cumprimento do LPVN nas esferas federais, estaduais e municipais para restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas para múltiplos propósitos até 2030, e aumentar a escala de sistemas de manejo sustentáveis de florestas nativas através de sistemas de referência geográfica e de rastreamento para desencorajar práticas ilegais e insustentáveis. No setor agrícola, o Brasil pretende fortalecer o Plano ABC como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável da agricultura.
- 60. Em dezembro de 2016, durante a Conferência das Partes na CBD (COP 13), o governo brasileiro se juntou ao Desafio de Bonn⁵ e à Iniciativa 20x20⁶.** No âmbito do Desafio de Bonn, o país estabeleceu uma contribuição voluntária para restaurar, reflorestar e induzir a regeneração natural de 12 milhões de hectares de florestas para múltiplos usos e implementar 5 milhões de hectares de sistemas integrados que se somariam a sistemas mistos de agricultura-pecuária -floresta no contexto do Plano ABC até 2030. A contribuição voluntária do Brasil para a Iniciativa 20x20 inclui a recuperação de 5 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2020, bem como outras tecnologias visando elevar a resiliência da agricultura brasileira às mudanças climáticas.
- 61. Finalmente, o governo federal estabeleceu recentemente a Política Nacional de Recuperação da Vegetação nativa (Proveg; Decreto 8.972/2017) para integrar e promover políticas, programas e ações indutivas para a recuperação de florestas e outras formas de vegetação nativa, e para impulsionar regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras no contexto da Lei 12.651/2012, em uma área total de pelo menos 12 milhões de hectares até 2030.** A Proveg será

⁵ <http://www.bonnchallenge.org/>.

⁶ <http://www.wri.org/our-work/project/initiative-20x20/>

implementado através do Plano Nacional de Recuperação de Vegetação nativa (Planaveg), cujos pilares devem ser: sensibilização da sociedade; disponibilidade de sementes e mudas; mercados; cooperação institucional; financiamento; serviços de ATER; planejamento monitoramento espaciais; e pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Decreto 8.972 / 2017 também implementou a Comissão Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa - Conaveg, cujos membros são representantes do MMA; da Presidência da República do Brasil através da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; do Ministério das Finanças; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e do MCTIC. Representantes dos Estados, Municípios e sociedade civil também têm assentos na Conaveg.

2.5. Mapeamento e análise das partes interessadas

62. O Projeto foi desenvolvido através de um processo participativo envolvendo um amplo grupo de partes interessadas relacionadas à conservação da biodiversidade, manejo sustentável da vegetação nativa e degradação ambiental em áreas privadas atuando em vários escopos e escalas.

No processo, as partes interessadas e seus esforços foram identificados, permitindo a detecção de sinergias entre diferentes iniciativas. Assim, o projeto conseguiu construir uma rede de partes interessadas e iniciativas que se complementam para alcançar os objetivos estabelecidos. Em alguns casos, essas partes interessadas também podem se beneficiar direta ou indiretamente do projeto. A tabela abaixo mostra as partes interessadas identificadas durante a preparação do projeto, os detalhes de seus papéis/ações e sua participação e interesse no projeto (Tabela 2).

63. Além disso, uma análise de gênero apropriada foi realizada na preparação do projeto para determinar os diferentes papéis, necessidades e conhecimento entre mulheres e homens.

64. A inclusão de mulheres pode aumentar a força de trabalho, produzir riqueza e fomentar o empreendedorismo, expandir as oportunidades de negócios da família e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Em 2010, quase metade das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. As mulheres aumentaram sua participação na renda das famílias brasileiras: cerca de 40% das mulheres contribuem para o rendimento das famílias no país - nas áreas rurais, a proporção atinge 42,4% (IBGE, 2010). Quando se trata de acesso à terra, 72% das propriedades da reforma agrária estão hoje registradas em nome da mulheres.

65. Mesmo assim, elas ainda representam a minoria da força economicamente ativa: enquanto 72% dos homens são ativos, apenas 50% das mulheres são ativas. No Brasil, as mulheres representam apenas 18% no Senado e 9,9% na Câmara dos Deputados. Além disso, a diferença salarial é uma realidade: as mulheres ganham cerca de 30% menos do que os homens.

66. No que diz respeito ao restabelecimento das paisagens florestais, existe um enorme potencial de crescimento para o papel das mulheres que merece ser promovido: nos países em desenvolvimento, as mulheres representam 43% da força de trabalho nas áreas rurais e podem crescer em 20-30% se elas tiverem o mesmo acesso a insumos que os homens. Em atividades como produção de sementes e mudas, as mulheres já representam 50% da força de trabalho. O trabalho com sementes e mudas está historicamente ligado às mulheres, porque, enquanto os homens trabalhavam na agricultura, as

mulheres estavam envolvidas em atividades ligadas à natureza. Outras atividades produtivas, como a confecção de joias e artesanato, também estão ligadas às mulheres.

67. Ao contrário dos homens, cuja renda da floresta atinge um terço do total, os negócios florestais representam 50% da renda das mulheres rurais e é de grande importância para sua subsistência.
68. As mulheres tendem a trabalhar em grupos e reconhecem facilmente plantas nativas e medicinais, que são fundamentais para o sucesso de projetos complexos de avaliação de valor de conservação e restauração da vegetação nativa. A capacidade das mulheres para trabalhar com as pessoas e gerar empatia é um meio a ser aproveitado em desafios globais. Na cadeia de restauração, a mulher tem a capacidade de trabalhar da base para o topo, especialmente por sua capacidade de se comunicar com os outros.
69. Esta análise de gênero foi um primeiro passo crítico para definir a linha de base e desenvolver o design do projeto com uma abordagem responsiva de gênero para ações e resultados (consulte a Subseção 3.11 e Apêndice 4).

Tabela 2. Participantes/Instituições, setor, função e participação/funções no projeto.

Parte interessada, setor e função	Participação no projeto
-----------------------------------	-------------------------

<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p> <p>Setor público. O MMA é o órgão federal que lida com o meio ambiente, entre outros temas em sua agenda. Rege as políticas públicas ambientais em conservação e restauração da biodiversidade, áreas protegidas e planos e ações para espécies ameaçadas de extinção.</p>	<p>Uma das agências executoras do projeto.</p> <p>I) Departamento de Ecossistemas:</p> <p>Ajudará na coordenação geral do projeto, na melhoria do procedimento para aprovar o manejo da vegetação nativa sustentável em áreas de RL existente e em recuperação (por exemplo, diagnóstico de dificuldades, identificação de possíveis soluções, formulação da proposta de regulamentação e advocacia), no desenvolvimento de incentivos para valorizar a biodiversidade/vegetação nativa em áreas privadas e no acordo setorial com empresas florestais.</p> <p>Participará em todos os componentes do projeto.</p> <p>II) Departamento de espécies ameaçadas:</p> <p>Desenvolve o PRODOC para a Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas do GEF (PROSPECIES, GEF Project ID 9271).</p> <p>III) Departamento de áreas protegidas:</p> <p>Desenvolve o PRODOC para o GEF 'Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Proteção de Flora e Fauna Avançada' (TERRESTRE, GEF Project ID 4859).</p>
<p>Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)</p> <p>Setor privado. Instituição não governamental sem fins lucrativos que auxilia na tomada de decisão de organizações governamentais e não governamentais sobre o uso sustentável da paisagem</p>	<p>Uma das agências executoras do projeto.</p> <p>Coordenará a execução técnica e a implementação de todo o projeto com o MMA, o meio ambiente da ONU e outros parceiros do projeto.</p> <p>Participará em todos os componentes do projeto.</p>
<p>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio</p> <p>Centro de Ciências da Conservação e Sustentabilidade do Rio (CSRio)</p> <p>Setor privado. Instituição sem fins lucrativos, acadêmica e científica em</p>	<p>Fornecerá suporte técnico a todos os componentes do projeto</p>

<p>ciência da sustentabilidade e conservação.</p>	
<p>A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)</p> <p>Setor privado. Instituição não governamental sem fins lucrativos que pensa e estrutura projetos e parcerias no tema de desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Ajudará no estabelecimento de um acordo setorial com o setor florestal, reunindo os dados da biodiversidade disponibilizados pelas empresas deste setor; ele co-desenvolverá protocolos para a recuperação de espécies nativas e protocolos para monitoramento da biodiversidade nas áreas arrendadas por empresas florestais.</p> <p>Participará do componente 2 do projeto.</p>
<p>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente)</p> <p>Agência das Nações Unidas com o mandato de manter o meio ambiente em avaliação e assessorar os países na política ambiental com base em ciência sólida.</p>	<p>A <i>UN Environment</i> é a Agência de Implementação do GEF que fornecerá assistência técnica durante o ciclo completo do projeto. Como tal, apoia o desenvolvimento de projetos e supervisão de implementação, incluindo monitoramento e avaliação, garantindo padrões fiduciários.</p> <p>Participará em todos os componentes do projeto.</p>
<p>Serviço Florestal Brasileiro (SFB)</p> <p>Setor público. Ligado ao MMA, promove conhecimento, uso sustentável e expansão da cobertura nativa (particularmente florestas), tornando esta agenda estratégica para a economia do país. O SFB gerencia o SiCAR, apoia a implementação do Registro Rural Ambiental e dos Programas de Regularização Ambiental nos estados e administra a emissão dos Certificados de Reserva Ambiental.</p>	<p>Instituição federal governamental</p> <p>Eles são responsáveis pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) e seu sistema <i>on-line</i> (SiCAR), além de atuar na área de manejo florestal. Portanto, será um parceiro vital para o projeto. Eles fornecerão treinamento aos contratados pelo projeto para validar o CAR e iniciar os Programas de Regularização Ambiental com os proprietários na APA de São João. Eles criarão um módulo dentro do SiCAR, onde será adicionada uma base de dados espaciais sobre o valor da biodiversidade em áreas privadas. Eles ajudarão no treinamento das partes interessadas sobre o uso desse banco de dados espaciais no SiCAR. Além disso, eles também ajudarão a acelerar/melhorar o procedimento para aprovar o manejo florestal sustentável em áreas de RL existentes ou em recuperação (por exemplo, diagnóstico de dificuldades, identificação de possíveis soluções, formulação da</p>

	<p>proposta de regulamentação e <i>advocacy</i>). Eles ajudarão potencialmente no desenvolvimento/implementação de mecanismos para avaliar a biodiversidade/florestas nativas em áreas privadas. Por exemplo, usando uma base de dados espaciais sobre o valor da biodiversidade em áreas privadas para negociar as CRAs.</p> <p>Participará dos componentes 1 e 3 do projeto.</p>
<p>Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio)</p> <p>Setor público. Agência ligada ao MMA que oferece, implementa, gerencia, protege, controla e monitora áreas protegidas federais; promove e realiza programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade de tais áreas protegidas; e atua como força policial ambiental para preservar áreas protegidas federais.</p>	<p>O ICMBio conta com pessoal em sua sede e nos locais de áreas federais protegidas localizadas nas áreas piloto do projeto (por exemplo, APA de São João, APA Pouso Alto e Parque Nacional Chapada dos Veadeiros). O ICMBio auxiliará no desenvolvimento de atividades para promover a valorização da biodiversidade/florestas nativas em áreas privadas e com incentivos para criar e fortalecer Reservas Privadas do Patrimônio Natural na APA de Pouso Alto.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)</p> <p>Setor público-privado. Instituição que atua para informar, agregar e espalhar esforços de conservação em todo o mundo, impulsionando e facilitando a troca de informações e a implementação de soluções para desafios globais de conservação.</p>	<p>A IUCN recentemente formou uma força-tarefa para estabelecer terminologia, metas e políticas formais de conservação das OECMs.</p> <p>Esta instituição é uma parceira que ajudará na divulgação do projeto, especialmente internacionalmente. As lições aprendidas no projeto sobre conservação da biodiversidade em áreas privadas apoiarão a força-tarefa da UICN, que ajudará a divulgar os resultados internacionalmente.</p> <p>Participará do componente 3 do projeto.</p>
<p>Conselho Consultivo da APA São João</p> <p>Setor público. Criado pela Ordem (nº 87 de 12/07/05), é composto por 39 membros de órgãos federais, estaduais e municipais e entidades governamentais, e pela sociedade civil.</p>	<p>Apoiará o desenvolvimento de atividades, na área piloto de implantação de São João, de práticas de manejo integrada de paisagens, promoção de restauração e desenvolvimento de incentivos para avaliar florestas nativas/biodiversidade em áreas privadas.</p>

<p>Tem como objetivo contribuir para o arranjo e implementação de ações destinadas a atingir os objetivos da área protegida. Atualmente, não é muito ativo, pois essas atividades estão sendo realizadas pelo Mosaico do Mico Leão Dourado.</p>	<p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Mosaico do Mico Leão Dourado</p> <p>Setor público. Está incluído em uma ação do governo federal para fortalecer os mosaicos de áreas protegidas (uma série de áreas protegidas que estão próximas ou sobrepostas). A lei (Ordem do MMA nº 418/2010) reconhece o Mosaico e sua estrutura de gestão. Atualmente, atua como APA do Conselho de São João. O Mosaico está em 75% da APA e é composto por 19 instituições governamentais e não governamentais, além da sociedade civil.</p>	<p>Conselho para fortalecer Mosaicos de áreas protegidas (neste caso específico, na região da APA de São João).</p> <p>Apoiará o desenvolvimento de atividades, na área piloto da APA de São João, implementando práticas de manejo integrado da paisagem, promovendo a restauração e desenvolvendo incentivos para avaliar florestas nativas/biodiversidade em áreas privadas.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Organização não governamental Mico Leão Dourado</p> <p>Setor privado. Instituição não governamental sem fins lucrativos que promove a conservação, principalmente do Mico-leão-dourado (espécie endêmica da Mata Atlântica e ameaçada de extinção).</p>	<p>Trabalhando desde 1992 na APA de São João, esta ONG é extremamente envolvida com proprietários e instituições rurais ativos na região da APA. Além disso, monitora uma espécie simbólica endêmica e ameaçada na região - o Mico Leão Dourado. Portanto, a ONG será parceira do projeto na implementação de práticas de manejo integrado da paisagem, além de monitorar o Mico-leão-dourado na área piloto da APA de São João.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA)</p> <p>Setor público. Instituição estadual governamental que visa proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental do Estado do Rio de Janeiro através de uma agenda de desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Esta instituição ajudará, entre outras coisas: i) no planejamento de restauração de pequenas propriedades com mudas nativas, ii) no monitoramento em tempo real das mudanças de uso do solo (Projeto Olho Verde) e iii) na criação de RPPNs. O INEA será um parceiro no projeto que auxilia o desenvolvimento de atividades na APA de São João, particularmente com a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na APA e com subsídios para o desenvolvimento da restauração.</p>

	Participará do componente 1 do projeto.
<p>Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro - Programa Rio Rural</p> <p>Setor público. Este programa estatal visa financiar o desenvolvimento rural sustentável em micro bacias no estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>O Programa Rio Rural já realizou um projeto GEF em que o objetivo era melhorar a proteção da biodiversidade e aumentar a sustentabilidade das áreas produtivas em propriedades privadas em algumas partes do estado do Rio de Janeiro (principalmente no nordeste do estado). Uma vez que o objetivo do projeto GEF Rio Rural foi alinhado com o proposto no presente projeto, o Programa Rio Rural ajudará com a negociação com a EMATER (ver abaixo) sobre assistência técnica e cursos de treinamento para implementar o MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa na APA de São João.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER</p> <p>Setor público. É responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Emprega os agentes de extensão que atuarão na área piloto da APA de São João. Assim, a empresa aprovará, no plano de trabalho anual dos agentes de extensão, a participação nos programas de treinamento para implementar MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Empresa de Pesquisa Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO)</p> <p>Setor público. Permite soluções tecnológicas e financia políticas públicas de desenvolvimento rural no Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Devido à sua experiência na execução de projetos sobre práticas produtivas sustentáveis com os proprietários, será parceiro da implementação do MSP e MSF na área piloto da APA de São João.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>União Rural de Silva Jardim e Casemiro de Abreu</p> <p>Setor privado. Associação de produtores rurais interessados em melhorar sua produtividade e formar cooperativas.</p>	<p>Uma vez que o projeto será desenvolvido em áreas privadas, é vital a participação desta associação para implementar o projeto na área piloto da APA de São João. A União será um dos principais elementos para conectar o projeto com os proprietários da região.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Pequenos, médios e grandes proprietários</p> <p>Setor privado. Proprietários privados com interesses nas regiões</p>	<p>Estes irão participar em dois níveis diferentes</p> <p>Nacionalmente:</p>

<p>biogeográficas contempladas pelo projeto, mas particularmente das APA Pouso Alto e São João.</p>	<p>Os proprietários de terras participarão e se beneficiarão das lições aprendidas nas áreas piloto (APA de São João e Pouso Alto) e da melhoria no procedimento de aprovação de um manejo florestal sustentável em áreas RL existentes ou em recuperação.</p> <p>Áreas piloto:</p> <p>Os proprietários de terras participarão e se beneficiarão com a assistência técnica, conscientização e capacitação para recuperação de vegetação natural, MSF e vegetação nativa, além de um melhor conhecimento sobre o valor da biodiversidade na APA de São João e Pouso Alto.</p> <p>Participará dos componentes 1 e 3 do projeto.</p>
<p>Universidades e instituições de pesquisa</p> <p>Setor público e privado. Fazem pesquisas científicas e acadêmicas.</p>	<p>Colaborarão com a criação de redes de pesquisa, síntese de dados e desenvolvimento da base de dados espacial de valor de conservação da biodiversidade de áreas privadas para cada um dos cinco biomas contemplados pelo projeto. <u>Além disso, universidades específicas e institutos de pesquisa colaborarão no monitoramento da biodiversidade nas áreas piloto.</u></p> <p>Eles participarão e se beneficiarão com:</p> <p>i) dados de campo coletados, que auxiliem na tomada de decisões relacionadas a políticas públicas ambientais; ii) publicação de artigos internacionais de alto impacto; e iii) a criação de uma rede de ecologia e síntese de sustentabilidade paisagística.</p> <p>Participarão dos componentes 2 e 3 do projeto.</p>
<p>Indústria Brasileira de Árvore (Ibá)</p> <p>Setor privado. A associação responsável pela representação institucional da cadeia de produção de árvores plantadas. A associação representa 60 empresas (por exemplo, Fibria, Klabin, Suzano, Eldorado, <i>International Paper</i>, etc.) e nove entidades estatais que fornecem</p>	<p>Neste projeto, a Ibá será um parceiro no desenvolvimento de um acordo setorial com as empresas do setor florestal e ajudará a desenvolver e implementar ações de conservação e restauração nas áreas privadas administradas pelas empresas do setor florestal.</p> <p>Participará do componente 2 do projeto.</p>

<p>produtos obtidos a partir de árvores plantadas, com menção especial a painéis de madeira e pisos laminados, polpa, papel, florestas de energia e biomassa. A Ibá intercede em nome dos interesses da indústria com o objetivo de agregar valor aos produtos obtidos de pinheiros plantados e eucaliptos, bem como outras espécies utilizadas para fins industriais.</p>	
<p>Painel de consultoria da APA de Pouso Alto</p> <p>Setor público. Criado pelo Decreto (No. 5.419, de 05/07/01), é formado por membros de órgãos e entidades governamentais federais, estaduais e municipais e pela sociedade civil. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e preservar a flora, fauna, nascentes, geologia e paisagem na região de Pouso Alto, localizado na Chapada dos Veadeiros.</p>	<p>Depois de muitos anos, criou o plano de manejo da APA de Pouso Alto, no entanto ainda não foi implementado. Assim, o conselho irá auxiliar as atividades do projeto relacionadas à implementação do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto e a criação de pacotes de incentivos para apreciar a biodiversidade/vegetação nativa.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Parque Nacional Chapada dos Veadeiros</p> <p>Setor público. Área protegida federal administrada pelo ICMBio.</p>	<p>Ele ajudará com contatos com os proprietários locais, associações e comunidades vizinhas, uma vez que o Parque é a principal atração turística da APA de Pouso Alto. Também atua diretamente na implementação do plano de manejo da APA e colabora com a comunidade local (por exemplo, treinamento de voluntários para trabalhar no Parque). Ajudará ainda no contato com a organização das cadeias de produtos agrícolas familiares (por exemplo, Sistemas Agroflorestais e atividades extrativistas) e o fortalecimento das redes das Reservas Privadas do Patrimônio Natural na área piloto da APA de Pouso Alto.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima / MARH) do Estado de Goiás</p>	<p>Um dos principais parceiros do projeto, que oferecerá apoio técnico e político à implementação do piloto na APA de Pouso Alto.</p> <p>Está interessada em mudar os critérios para receber o Imposto de Vendas</p>

<p>Setor público. Secretaria estadual responsável por questões ambientais no estado de Goiás.</p>	<p>Ecológicas (ICMS-E), uma vez que não é proporcional às áreas protegidas dentro do município. Além disso, está interessada em auxiliar projetos que integram a conservação da biodiversidade e práticas produtivas sustentáveis na APA de Pouso Alto. Assim, a Secima/MARH será um parceiro vital na criação e fortalecimento das Reservas Privadas do Patrimônio Natural e na implementação do plano de manejo.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Governos municipais da APA de Pouso Alto</p> <p>Setor público. Gestão municipal, incluindo a agenda da conservação da biodiversidade.</p>	<p>Os Governos Municipais ajudarão na negociação para permitir que os agentes de extensão se inscrevam nos programas de treinamento planejados para a APA de Pouso Alto. Além disso, alguns estão interessados em aumentar o incentivo para criar Reservas Privadas do Patrimônio Natural na APA de Pouso Alto, apoiando algumas das atividades dos Projetos.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Universidade de Brasília (UNB Cerrado)</p> <p>Setor público. Instituição educacional e de pesquisa focada em estudos de biodiversidade no Cerrado.</p>	<p>Esta instituição será vital para o projeto auxiliando no monitoramento da biodiversidade na área piloto da APA de Pouso Alto e ajudando a disseminar atividades e resultados.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Associação de Proprietários de Reserva Privada do Patrimônio Natural de Goiás e Distrito Federal (APRPPN)</p> <p>Setor privado. Organização social que representa os proprietários de RPPNs na região da APA de Pouso Alto.</p>	<p>O APRPPN procurou fortalecer as iniciativas para criar Reservas Privadas do Patrimônio Natural e seu turismo. No entanto, essa associação é fraca e não comprometida. Por isso, a APRPPN será um parceiro fortalecido pelo projeto. Isso ajudará a aumentar a valorização da biodiversidade/florestas nativas em áreas privadas através de incentivos para criar e fortalecer as Reservas Privadas do Patrimônio Natural na área piloto da APA de Pouso Alto.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Secretaria de Meio Ambiente de Silva Jardim</p> <p>Setor público. Instituição municipal que visa proteger, conservar e recuperar o</p>	<p>Este parceiro pode oferecer apoio político à implementação do piloto na APA de São João.</p>

<p>patrimônio ambiental do município de Silva Jardim</p>	<p>Está interessado em auxiliar projetos que integram a conservação da biodiversidade e práticas produtivas sustentáveis na APA de São João.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Reserva do Estado da Reserva da Biosfera do Cerrado</p> <p>Setor público. O Conselho encarrega-se de elaborar diretrizes políticas e aprovar o Plano de Ação na área designada como Reserva da Biosfera.</p>	<p>O plano de gestão da APA de Pouso Alto ainda não foi implementado. Assim, este conselho irá auxiliar nas atividades do projeto relacionadas à implementação do plano de manejo da APA e à criação de pacotes de incentivos para apreciar a biodiversidade / vegetação nativa.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Mandato coletivo do Alto Paraíso</p> <p>Setor público-privado. Organização coletiva de administração municipal que ocupa o cargo de vereador no município de Alto Paraíso.</p>	<p>Este conselho irá auxiliar nas atividades do projeto relacionadas à implementação do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto no município de Alto Paraíso. Também é importante devido à boa relação com os proprietários rurais, facilitando a implementação do plano de manejo.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Fundação Pró-natureza (FUNATURA)</p> <p>Setor privado. Desenvolve redes e projetos com o objetivo de conservação da natureza e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais nas regiões biogeográficas do Cerrado e do Pantanal.</p>	<p>Esta fundação pode apoiar os dados de campo coletados para monitorar a conservação da biodiversidade e pode ajudar a criar/melhorar a rede de RPPNs na APA de Pouso Alto.</p> <p>Participará do componente 1 do projeto.</p>
<p>Observatório do Código Florestal</p> <p>Rede de algumas instituições da sociedade civil focadas em monitorar a implementação da LPVN no Brasil.</p>	<p>O grupo está envolvido em várias discussões relacionadas à implementação da LPVN, criando bases de dados, desenvolvendo pesquisas e discussões em grupo para assegurar uma implementação mais transparente e efetiva da Lei.</p> <p>Uma colaboração com o grupo apoiará o projeto, contribuindo para informações atualizadas sobre a implementação da LPVN. Além disso, contribuirá para a implementação correta do CAR e sua validação, reduzindo os riscos que possa ter.</p>

	Participará do Componente 1 do projeto.
<p>Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).</p> <p>Setor privado. Promove, incentiva e estimula a implementação de projetos de extensão rural com foco nas melhores práticas, considerando instrumentos inovadores e eficazes.</p>	<p>A Agência foi criada para reconhecer a importância da assistência técnica para os proprietários rurais e desenvolver vários projetos para a implementação de instrumentos sólidos e inovadores para a melhoria das técnicas rurais que são benéficas para o meio ambiente.</p> <p>A ANATER pode contribuir para a área piloto do Estado do Rio de Janeiro, particularmente para a implementação de Unidades Demonstrativas, bem como no desenvolvimento do Curso de Treinamento.</p> <p>Participará do Componente 1 do projeto.</p>

Mais informações sobre a participação das partes interessadas no projeto são fornecidas na *Seção 5* abaixo.

2.6. Análise de lacunas e linha de base

70. O projeto será implementado em territórios com alto valor de conservação, mas também alta conversão e degradação do habitat. Existem várias iniciativas em andamento no Brasil que visam, direta ou indiretamente, melhorar as ações de conservação no país, mas muitas ainda não superaram barreiras como baixa capacidade institucional e governança inadequada, conhecimento limitado sobre o valor de conservação de áreas privadas (ver *Seção 2.3*). A subseção a seguir descreve a linha de base e as lacunas em relação à conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos nas duas áreas piloto do projeto, no setor florestal e em algumas políticas ambientais nacionais, com base no status de diferentes tipos de mecanismos implementados.

Iniciativas em andamento nas áreas piloto (APA de São João e Pouso Alto) [USD 11.386.460,96]

71. Existem várias iniciativas implementadas tanto nas APAs de São João quanto na de Pouso Alto. Estes estão relacionados ao aumento dos incentivos para a conservação e restauração da vegetação nativa e a participação das partes interessadas locais em tais iniciativas. **No entanto, ainda existem lacunas em relação a essas iniciativas, e que este projeto visa superar.**

72. Na APA de São João existem algumas iniciativas desenvolvidas, tais como: o estabelecimento de uma rede de assistência técnica da sociedade civil pela Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade (CEDRO), a criação do Centro Estadual de Pesquisas em Agrofloresta (CEPA) pela Corporação de Pesquisa Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO), a promoção

da certificação orgânica participativa pela Associação de Agricultores Orgânicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a disseminação e difusão de conhecimentos sobre sistemas agroflorestais pela Agenda Götsch e a recuperação da vegetação nativa (principalmente através de corredores florestais) para aumentar a quantidade e conectividade dos habitats pela Associação Mico Leão Dourado. O último, além de criar corredores florestais, tem sido conduzido para apoiar a agricultura familiar, promover práticas agroecológicas, encorajar a implementação de viveiros de mudas nativas e a adoção de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas degradadas desde 2004. É uma das maiores e mais reconhecidas iniciativas na região e é desenvolvida em parceria com uma rede de partes interessadas locais (ICMBio, associações de agricultores dos assentamentos para reforma agrária, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente dos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu).

- 73. Muitas das iniciativas na APA de São João são baseadas na implementação de sistemas agroflorestais sucessivos, que atuam como sistemas produtivos que auxiliam na conservação da biodiversidade.** Esses sistemas apresentam maior permeabilidade do que pastagens e agroecossistemas simplificados, o que aumenta a conectividade da paisagem, os recursos alimentares da vida selvagem e, possivelmente, o número de habitats para espécies como o Mico Leão Dourado (*Leontopithecus chrysomelas*, Oliveira et al., 2011). Além disso, as práticas agroflorestais também podem ser incorporadas na restauração ecológica através do método de restauração agro-sucessional (Vieira et al., 2009). A restauração agro-sucessional pode aumentar a renda e o envolvimento dos proprietários rurais no processo de restauração e favorece a segurança alimentar e a resiliência sócio-ecológica (Altieri et al., 2015).
- 74. No entanto, a descontinuidade dos projetos, as mudanças na administração pública ou dos financiadores, a falta de colaboração ou o difícil envolvimento com as partes interessadas são alguns dos problemas relacionados à baixa capacidade institucional e à governança inadequada na APA de São João.** Projetos que enfrentaram esses desafios foram coordenados pela Prefeitura de Casimiro de Abreu, que incentivou os sistemas agroflorestais de 2004 até 2009, mas interrompeu o trabalho desde a mudança de governo. Da mesma forma, a ONG Mico Leão Dourado investiu na implementação de sistemas agroflorestais, mas não expandiu essa atividade. O comitê de bacia hidrográfica já realizou um programa de PSA que encorajou boas práticas socioambientais sem pagamento direto, mas teve que interrompê-lo. Outra questão é que a legislação federal e estadual sobre manejo florestal e agroflorestal não é clara, especialmente no que diz respeito à poda de árvores em RL – evidenciando a **falta de complementaridade e clareza entre as legislações federais e estaduais e falta de regulação ambientalmente saudável para o manejo da vegetação nativa em áreas privadas.**
- 75. Além disso, não há mercado estabelecido para produtos orgânicos na região da APA de São João e a saída de mercadorias ainda é muito difícil na APA de Pouso Alto (cadeia limitada de produtos agroflorestais e não-madeireiros).** Na APA de São João existem dois grupos que produzem produtos orgânicos: Grupo Juturnaíba e Grupo Serramar II. O principal desafio enfrentado por ambos os grupos é a venda de produtos, pois não há mercado estabelecido para produtos orgânicos na região. Atualmente, os produtos são vendidos no mesmo mercado de agricultura familiar convencional, o que limita seus preços. Assim, um dos pedidos desses agricultores diz respeito à disseminação da produção orgânica. A APA Pouso Alto tem iniciativas para produção e certificação orgânica, mas a saída de mercadorias ainda é muito difícil, o que também dificulta o aumento de escala.

- 76. Dentro do APA de Pouso Alto**, o turismo (ecológico, de aventura e cultural), é uma das principais atividades econômicas locais. Além disso, existem algumas atividades e projetos experimentais na região relacionados à educação ambiental, rótulos verdes, certificação ambiental e agroecologia. Além disso, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente está desenvolvendo o programa Cultivando Água Boa (CAB), que pretende capacitar agentes ambientais para melhorar o manejo do solo para uso e reutilização de água. **No entanto, dentro da APA de Pouso Alto, existem alguns problemas relacionados às atividades e iniciativas desenvolvidas. Para começar, há pouca capacidade institucional e governança inadequada em relação às tais iniciativas.** Por exemplo, o conselho da APA de São João, que trabalha com manejo e planos de ação, está atualmente inativo e o Mosaico da APA é o principal promotor de atividades no local (consulte a subseção *Mapeamento e análise das partes interessadas* para as diferenças entre o conselho e o Mosaico da APA de São João). Da mesma forma, a APA de Pouso Alto levou mais de uma década para desenvolver seu plano de manejo, que ainda depende da aprovação em muitos tópicos. Divergências entre as partes interessadas relacionadas principalmente com o setor produtivo no Conselho da APA em 2012 causaram tal atraso. A baixa participação das partes interessadas ou o desenvolvimento de iniciativas não baseadas em processos participativos também podem ser um obstáculo para a execução efetiva do projeto, pois pode resultar em uma implementação fraca, oposição de atores locais ou falta de conformidade (por exemplo, Langpap 2006, Guimarães & Almeida 2007, Brito 2009, Lima et al. 2011, Rajão et al., 2012, Stickler et al., 2013).
- 77.** Além disso, embora Cavalcante, um dos municípios pertencentes à APA, tenha mais de 150 cachoeiras catalogadas, ainda há uma falta de políticas públicas para incentivar o turismo através do investimento em infraestrutura e logística para permitir o acesso ao município (estradas não são pavimentadas) - **incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas.** O Centro de Assistência Turística (CAT) existe, mas não é funcional devido à falta de funcionários. A prática agrícola na APA de Pouso Alto tem uma estrutura fundiária marcada pela concentração de terras e baixa responsabilidade ambiental - **baixo cumprimento da legislação ambiental vigente.** Por exemplo, o Estado de Goiás (onde a APA está localizada) lidera o ranking nacional em relação ao consumo de pesticidas com toxicidade classe I (altamente tóxico, Goiás, 2016) - **adoção de sistemas agrícolas convencionais (insustentáveis).** A maioria das iniciativas mencionadas acima está sendo ainda desenvolvida com má articulação, não gerando melhorias na prática. Em muitos casos, a probabilidade de que tais iniciativas permaneçam, a longo prazo, é baixa. Isso também é **devido à insuficiente assistência técnica e extensão rural focada em técnicas favoráveis ao meio ambiente**, como técnicas de manejo que integram a agricultura e conservação e restauração da biodiversidade.

Iniciativas em andamento do setor florestal [USD 52.329.771,57]

- 78.** O setor florestal brasileiro desenvolveu e aplicou práticas amigáveis à biodiversidade em seus negócios. Várias empresas manejam suas áreas plantadas em uma matriz de vegetação nativa que funcionam como corredores ecológicos. Essas empresas também desenvolvem tecnologias para restaurar, monitorar e prever os efeitos das mudanças climáticas. Essas práticas têm grande cobertura em áreas privadas: 13 milhões de hectares são administrados por essas empresas florestais e 5 milhões delas estão em APP e RL. Além disso, este setor também tem uma participação nacional (por exemplo, é membro da Coalizão Brasileira sobre Clima, Florestas e Agricultura) e internacional (ao anunciar compromissos para combater as mudanças climáticas durante a conferência de Paris da UNFCCC em

2015) sobre problemas ambientais.

- 79.** No entanto, as boas práticas do setor em relação à biodiversidade precisam de maior visibilidade e melhoramento de sua alocação espacial. As contribuições do setor florestal em relação à conservação e restauração da biodiversidade não foram consideradas nos objetivos nacionais e internacionais relacionados à biodiversidade - dado o pouco conhecimento sobre o valor de conservação em suas áreas privadas. As Metas de Aichi, e a Estratégia Global para Conservação de Plantas, por exemplo, são compromissos assinados pelo Brasil, cujos índices e métricas estão incompletos se não consideram o esforço do setor florestal. Assim, há espaço para que este setor assine compromissos para identificar áreas de alto valor de conservação entre suas terras e melhorar seu monitoramento de biodiversidade.
- 80. Além disso, como uma parcela da área administrada por empresas florestais é arrendada, essas empresas interagem com proprietários em escala local que têm déficits ambientais (APP ou RL).** Impulsionados pelos esquemas de certificação ambiental, as empresas florestais estão interagindo com os proprietários de terras, de modo que estes busquem alternativas para compensar o não cumprimento com a legislação ambiental vigente. Outro desafio para as empresas florestais é otimizar a realização desse cumprimento, superando a falta de planejamento integrado da paisagem. Isso faz com que o setor florestal seja um aliado da causa em relação à conservação da biodiversidade em áreas privadas.

Iniciativas em escala nacional contínuas [US \$ 183.100.000]

- 81. Existem várias iniciativas nacionais e subnacionais focadas no aumento do valor de conservação em todo o Brasil.** No entanto, muitos não possuem regulamentos e mercados, ou existem outros obstáculos em relação à sua implementação e aplicação correta. Exemplos são o ICMS-E (imposto sobre o valor ecológico acrescentado ou IVA ecológico), certificados ambientais / rótulos sustentáveis, pagamento por serviços ambientais (PES), REDD +, linhas de crédito agrícola condicionadas à adoção de boas práticas ambientais e CRAs.
- 82. O ICMS-E é uma transferência fiscal ecológica intergovernamental que redistribui as receitas do IVA dos estados (cobrados de impostos sobre bens e serviços) para os municípios e é usada hoje na maioria dos estados brasileiros (Sauquet et al., 2014; Brasil, 2015b).** O mecanismo visa reduzir a perda de biodiversidade estimulando iniciativas de conservação, p. ex. a criação e manejo de áreas protegidas. Por exemplo, quanto mais municípios incentivarem ou criarem áreas protegidas em terras privadas (por exemplo, Reserva Privada do Patrimônio Natural), maior será a recompensa que eles receberão. No entanto, ainda há falta de consciência dos tomadores de decisão (prefeitos, governadores, assembleias legislativas) para garantir que a recompensa recebida pelos municípios seja retornada às áreas protegidas ou orientada para novas atividades de conservação. Muitas vezes, esse dinheiro é usado em atividades degradantes ou não sustentáveis, o que é reflexo também do pouco conhecimento sobre o valor de conservação de áreas privadas. Assim, ainda não existe um mecanismo legal obrigatório que assegure compensação, por exemplo, aos proprietários da RPPN, ou que encoraje diferentes atores a tomarem outras ações de conservação. Existem poucos exemplos em que o fundo é obrigatoriamente convertido para promover atividades de conservação da biodiversidade (por exemplo, no município de Varre-Sai, no norte do Rio de Janeiro). Na APA de São João, existem municípios com alta coleta de ICMS-E, como é o caso de Silva Jardim, município brasileiro com a maioria das Reservas Privadas do Patrimônio Natural. No entanto, as receitas não apoiam

necessariamente atividades de conservação.

83. O PSA é uma ferramenta econômica em que o provedor de serviços ecossistêmicos recebe incentivos econômicos diretos ou indiretos de quem se beneficia desses serviços. Existem várias iniciativas para a criação e desenvolvimento de PSA no Brasil, como o “Projeto Conservador das Águas”⁷. O projeto foi implementado no início dos anos 2000 na cidade de Extrema (MG), na Mata Atlântica (mas fora da APA de São João), e atualmente está bem estabelecido, contribuindo com um aumento de renda para os produtores locais. Apesar da resistência no início, hoje os próprios agricultores buscam aderir ao programa. Muitos dos programas de PSA implementados no Brasil, no entanto, não cobrem os custos de oportunidade dos agricultores, o que muitas vezes leva a baixa adesão ou a desistências. Os proprietários de terras acabam considerando o custo de oportunidade de suas atividades em primeiro lugar, em vez de reconhecer o valor da biodiversidade, uma vez que os benefícios são difusos e desconhecidos, o que também impede a cobrança de tais serviços. **Este é um caso típico de incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e prestação de serviços ecossistêmicos em áreas privadas.** Finalmente, a proposta nacional de PSA ainda não foi aceita: está em andamento desde 2007 no Congresso Nacional, mas ainda não foi finalizada.

84. Há também no Brasil várias iniciativas de REDD + em desenvolvimento em escalas nacionais e subnacionais, particularmente na região biogeográfica amazônica. Apesar da existência de muitos programas e de uma Estratégia Nacional (ENREDD+), ainda existem obstáculos para o desenvolvimento de tais iniciativas. Por exemplo, algumas recebem pagamento por toneladas de carbono não emitido, mas não consideram o valor de conservação nas áreas preservadas, outro exemplo de incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas. Além disso, uma discussão ainda feita dentro da agenda nacional REDD + é se este programa deve ser implementado somente em áreas com maior estoque de carbono e maior risco de desmatamento, o que traria mais adicionalidade ao projeto.

85. Em relação às linhas de crédito, o Programa ABC é uma das poucas linhas de crédito robustas em termos econômicos, com recursos direcionados para a implementação de uma agricultura sustentável. No entanto, o Programa ABC nunca apresentou 100% de desempenho (montante total contratado em relação ao total disponível). No programa 2015/16, foram contratados 68% do valor disponível, enquanto o melhor desempenho (90%) foi observado em 2012/13 (Observatório ABC, 2017). Quando criado (em 2010), o Programa ABC apresentou baixas taxas de juros como diferencial competitivo; no entanto, essa taxa aumentou gradualmente para o nível atual (safra 2016/17), impulsionada pela situação econômica do país (Observatório ABC, 2017). Consequentemente, as taxas de juros do Programa ABC perderam a sua atratividade e, para os pequenos proprietários de terras, as linhas de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram a melhor opção, porque tiveram as taxas de juros mais baixas no mercado (Observatório ABC, 2017). Os valores disponibilizados (limites) através do Pronaf, no entanto, são inferiores aos disponibilizados pelo Programa ABC. Outras linhas de crédito consideradas menos burocráticas ofereceram taxas de juros equivalentes às do Programa ABC, fato que reduziu significativamente o apelo econômico do programa (Observatório ABC, 2017).

⁷ <http://extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/>

- 86. O ABC Ambiental (orientado para a recuperação de APPs e RLs) foi pouco acessado** (0,38% dos recursos desembolsados foram contraídos em 2015, Observatório ABC, 2016). A baixa atratividade do ABC Ambiental refere-se ao fato de que esta linha de crédito financia atividades que não geram feedback financeiro imediato, como os produtos agrícolas e pecuários (grãos, carne, etc. Observatório ABC, 2014). À medida que o CAR, o PRA e o comércio das CRA crescem, a tendência é que o desembolso para o ABC Ambiental aumente. Além disso, uma vez que a Lei nº 12.651 / 2012 permite a exploração econômica da RL, o governo federal pretende incentivar a produção de açaí, óleo de palma (dendê) e cacau através do ABC Ambiental (Observatório ABC, 2016). No entanto, é necessário que o ABC esteja ligado ao monitoramento do carbono para que seja efetivo, o que ainda não aconteceu (Observatório ABC, 2014).
- 87. A Pronaf também fornece linhas de crédito que suportam técnicas agrícolas sustentáveis e recuperação de APPs e RLs (Pronaf Agroecology, Pronaf Eco e Forest Pronaf).** Novamente, as linhas de crédito focadas neste último têm baixa demanda, porque os proprietários consideram que a recuperação de APPs e RLs não só não tem retorno financeiro direto, como também faz com que eles percam área já utilizada para agricultura ou gado (Cardoso, 2011).
- 88. Esta questão das linhas de crédito ilustra, mais uma vez, os problemas de conhecimento deficiente sobre o valor de conservação de áreas privadas e de incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos nestas áreas.** Neste contexto, é necessário melhorar as linhas existentes criando incentivos, como recompensa financeira e mitigação de riscos de investimentos focados em proprietários que se juntaram ao processo de regularização ambiental (Cardoso, 2011).
- 89. O mecanismo de emissão de CRAs, previsto na LPVN, ainda deve ser regulado a nível federal.** Os CRAs podem criar um mercado florestal agregando valor monetário à vegetação nativa (Soares-Filho et al., 2014). A implementação de um mercado de CRA será fundamental para compensar os custos frequentemente proibitivos da restauração da vegetação nativa em algumas regiões (Soares-Filho et al., 2014), e pode ser a melhor opção econômica para proteger áreas importantes para a biodiversidade que poderiam ser legalmente desmatadas. Um ponto chave para o sucesso do mercado de CRAs é o equilíbrio entre oferta e demanda de cotas. Neste contexto, de acordo com modelos feitos por Soares-Filho et al. (2016), existe o risco de que o excesso de oferta (de cotas relacionadas a áreas de vegetação nativa de RL em pequenas propriedades e de propriedades rurais localizadas em áreas protegidas de domínio público ainda não expropriadas) possam inundar muitos dos mercados regionais de CRA. O estudo aponta que quanto mais restrito o mercado, maior é o seu potencial econômico e menor a perda líquida de CO₂ entre o possível sequestro por restauração que seria compensada e as emissões da conversão de vegetação nativa legal evitada negociando CRAs. Uma oferta maior de CRAs de uma área geográfica mais ampla desvalorizam o preço do CRA e, portanto, o valor de mercado total, apesar dos maiores volumes de negociação.
- a. **A regra legal que regula o mercado de CRA deve, em primeiro lugar, considerar todas as áreas excedentes como tendo o mesmo valor para a conservação da biodiversidade, dado o conhecimento precário sobre o valor de conservação das áreas privadas.** Portanto, o conhecimento sobre o valor da biodiversidade de tais áreas permite que os tomadores de

decisão tornem os incentivos econômicos mais efetivos para a conservação. Para que o mercado de CRA considere o valor da biodiversidade, o SiCAR deve incorporar informações sobre o valor da biodiversidade dentro das áreas privadas. Atualmente, apenas o centro de coleta de banco de dados e os módulos centrais estão operando no SiCAR (Fig. 5). O módulo de análise e o módulo do PRA estão em desenvolvimento e devem ser lançados em breve. Em dezembro de 2016, mais de 400 milhões de hectares foram registrados na SiCAR, o que corresponde a 3,2 milhões de propriedades rurais.

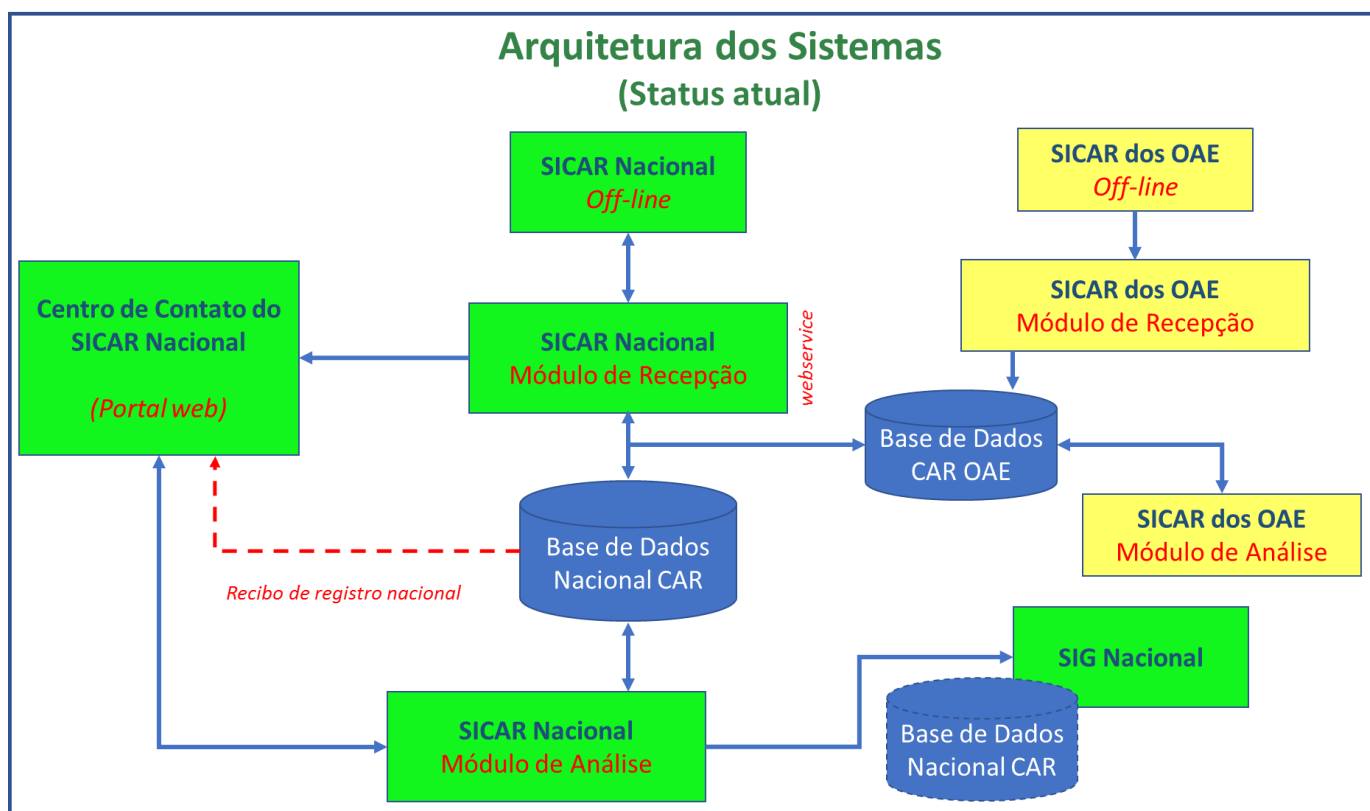


Figura 5. Esquema que mostra o processo de registro, recepção, centro de contato, análise e módulos do Programa de Regularização Ambiental (PRA). OEMAS – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

- 90. O Brasil já adotou um objetivo nacional para a biodiversidade, que inclui áreas privadas como parte do esforço para atingir a Meta de Aichi 11.** O objetivo nacional 11 considera não apenas as áreas protegidas (áreas protegidas no caso brasileiro), mas também as OECMs. No entanto, não existe uma definição ou orientação clara para classificar áreas privadas como OECMs em termos de valor da biodiversidade (**conhecimento deficiente sobre o valor de conservação de áreas privadas**). Alguns argumentam que as OECMs devem visar exclusivamente preservar a biodiversidade. No entanto, outros alegam que incluir as RL e as APPs como parte do alvo pode dificultar a conservação da biodiversidade, pois as OECMs podem abranger diferentes níveis de proteção, desde áreas completamente protegidas até áreas com poucas restrições para atividades de uso do solo.
- 91. Finalmente, existem programas nacionais focados no manejo e restauração de propriedades integradas, p.ex. aqueles que estimulam a produção de produtos não-madeireiros.** O Plano Nacional de Promoção da Cadeia de Produção de Socio-biodiversidade, criado em 2008, é um deles.

Este programa tem um alcance nacional envolvendo 500 mil famílias com o principal objetivo de fortalecer cadeias produtivas para produtos não-madeireiros em locais estratégicos. Entre os produtos contemplados pelo programa está o pequi (*Caryocar brasiliense*), uma fruta típica do Cerrado. O Brasil produziu 5.786 toneladas de semente de pequi em 2010, o que gerou R\$ 10,6 milhões. Embora exista uma ampla estrutura de programas e planos sobre o assunto, ainda não existe uma política que avalie efetivamente os produtos de biodiversidade socioeconômica, incluindo os que podem vir da vegetação nativa em RL (**a falta de regulação ambientalmente saudável para o manejo da vegetação nativa em áreas privadas**). Além disso, é necessário fortalecer as instituições que promovem e controlam esse assunto, esclarecem os papéis e coordenam ações - **dada a existência de baixa capacidade institucional e governança inadequada**. Por exemplo, a menos que intermediários da cadeia de pequi na região norte do estado de Minas Gerais estejam envolvidos no planejamento de ações do processo produtivo, a cadeia como um todo pode ser comprometida.

2.7. Relações com outras intervenções do GEF e não-GEF

92. O presente projeto mostra uma conexão com muitos outros projetos do GEF e não-GEF.

Projetos GEF

93. O projeto "**Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas - PROSPECIES**" (Projeto GEF ID9271), cujo objetivo é promover iniciativas para reduzir ameaças e fortalecer o estado de conservação de espécies ameaçadas em todas as regiões biogeográficas brasileiras, tem dois componentes que contribuirão para a realização do objetivo do nosso projeto. O primeiro componente foca em integrar a conservação das espécies ameaçadas com políticas setoriais, ex. agricultura, que pode orientar o estabelecimento de parcerias com universidades e instituições para monitorar espécies ameaçadas nas áreas piloto do presente projeto e priorização espacial (considerando a conectividade da paisagem para espécies ameaçadas de extinção) para recuperação florestal em uma delas, a APA de São João (Componente 1, consulte a Subseção 3.3). O segundo componente da PROSPECIES tem um resultado relacionado ao treinamento de pelo menos 200 agentes de execução para aplicar inteligência e capacidade relacionados ao combate ao comércio ilegal de animais selvagens e à caça. Uma vez que tais agentes treinados podem disseminar informações em áreas onde o presente projeto atua, o segundo componente de PROSPECIES complementa este projeto.

94. Alinhado com o presente projeto, o objetivo do projeto '**Conservação, Restauração e Estratégias de Manejo Sustentável para melhorar a Caatinga, a Pampa e a Biodiversidade Pantanal - GEF Terrestre**' (ID do Projeto GEF 4859) é contribuir para a sobrevivência de espécies prioritárias ameaçadas, evitar emissões de carbono e aumentar as áreas florestais e não florestais sob práticas de manejo sustentável. Existe também um componente para a recuperação de áreas degradadas em áreas prioritárias que envolve a formulação de planos e protocolos para monitorar tais áreas. O processo de formulação dessas atividades pode ser uma valiosa fonte de informação quando o presente projeto desenvolve o protocolo de monitoramento da biodiversidade em áreas retida por empresas florestais (Componente 2, ver seção 3.3).

95. O projeto regional "**Paisagens Sustentáveis da Amazônia** " (ID do Projeto GEF 9272) visa proteger a biodiversidade e implementar políticas para incentivar o uso sustentável da terra e a recuperação da

vegetação nativa. O projeto realizado pelo Brasil e focado na Amazônia brasileira também contribuirá para o projeto atual, embora a Amazônia não seja abordada neste. O componente integrado de manejo de paisagens do projeto regional visa incentivar a restauração de ecossistemas para aumentar a conectividade ecológica em meio às áreas protegidas e, conseqüentemente, a resiliência dos serviços prestados pelos ecossistemas. As atividades deste componente promoverão práticas que reduzem o desmatamento, melhoram a recuperação florestal e geram renda para agricultores. Esse componente pode dar informações para realizar algumas atividades na APA de São João (Componente 1 do presente projeto) em relação à implementação em larga escala de MSP e MSF e recuperação de vegetação nativa (Resultado 1.1, ver a subseção 3.3). O outro componente do projeto regional concentra-se no fortalecimento das habilidades dos governos federal e estadual para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros que visam reduzir o desmatamento e promover a recuperação florestal. As atividades deste componente priorizarão a capacidade de monitorar a recuperação florestal e a melhoria dos incentivos financeiros para os proprietários de terras para investir na recuperação da vegetação nativa. Este componente também pode contribuir para o inventário de biodiversidade e os dados de monitoramento retidos pelas empresas florestais (Resultado 2.1) e a melhoria dos esquemas de incentivo para MSL e MSF e recuperação da vegetação nativa em ambas as áreas piloto do presente projeto (Resultado 1.3; subseção 3.3).

96. O presente projeto se beneficiará dos resultados do projeto "**Melhorar a Capacidade Brasileira de Conservar e Usar a Biodiversidade através do Gerenciamento e Uso da Informação**" (ID do Projeto GEF 3722), cujo objetivo é facilitar e integrar a informação sobre a biodiversidade (através do SiBBr) na tomada de decisão. O presente projeto pretende usar um módulo de SiBBr para apoiar a tomada de decisões, que orientará muitas atividades e estudos em áreas geográficas específicas relacionadas à conservação da biodiversidade.
97. Além disso, outro projeto que se relaciona com o projeto atual é o intitulado "**Integração da conservação da biodiversidade e uso sustentável nas práticas de produção de PFNM [Produtos Florestais Não-madeireiros] e SAF [Sistemas Agroflorestais] em paisagens florestais de uso múltiplo de alto valor de conservação**" (GEF Project ID 5091). Este projeto, focado na Amazônia, Caatinga e Cerrado, tem uma abordagem dupla. O primeiro inclui a definição de limites de colheita para evitar o uso de recursos selvagens além dos limites sustentáveis, melhorando a compreensão sobre o valor de produção dos PFNM e sua contribuição para a economia e os meios de subsistência, fortalecendo o sistema de apoio à decisão para agregar valor à produção de PFNM e SAF. A segunda abordagem visa aumentar a rentabilidade e os incentivos para os PFNM e SAF, disseminando informações sobre níveis de produção para acessar diferentes mercados, melhorando a qualidade de tais produtos e acesso ao financiamento. As lições aprendidas com a implementação de ambas as abordagens podem iluminar o processo de construção de uma rede de associações comunitárias na APA de Pouso Alto para promover o extrativismo sustentável (Resultado 1.2, referente à subseção 3.3).
98. Finalmente, existe uma convergência potencial entre o projeto atual e o projeto "**Uso sustentável, acessível e inovador de recursos de biodiversidade e conhecimento tradicional associado em cadeias de valor fitoterápico promissoras no Brasil**" (ID do projeto GEF 9449). O presente projeto pode se beneficiar do ID do Projeto GEF 9449 no que diz respeito ao fortalecimento das cadeias de

valor fitoterápico dentro dos arranjos produtivos locais⁸. Esta ação contribuiria para o Resultado 1.3 - A recuperação de vegetação natural, MSF e vegetação nativa em áreas privadas desenvolvidas e melhorada por meio de esquemas de incentivo (ver seção 3.3).

Outros projetos

99. O presente projeto também possui sinergias com vários projetos não-GEF. Um deles é o projeto '**Biodiversidade e Mudança Climática na Mata Atlântica**'. Este projeto é coordenado pelo MMA e financiado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha, com suporte técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e apoio financeiro da KfW (Banco de desenvolvimento alemão), no âmbito da *International Climate Initiative (IKI)*⁹. O projeto visa promover a conservação da biodiversidade e a recuperação da vegetação em alguns mosaicos de áreas protegidas da Mata Atlântica e contribuir para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Em seu primeiro componente, há atividades como prioridade de áreas para conservação e recuperação de biodiversidade que podem iluminar a priorização espacial para recuperação florestal na área piloto do Mata Atlântica no presente projeto (Resultado 1.1, referente à subseção 3.3). Também apoia a inscrição do proprietário em CAR e sua validação por estados, o que pode dar informações para apoiar o uso do CAR na APA de São João (Resultado 1.1, referente à subseção 3.3). O segundo componente se concentra no aumento da disponibilidade de recursos financeiros para a recuperação da vegetação nativa em larga escala, o que se relaciona com a melhoria dos esquemas de incentivo para MSL e MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas (Resultado 1.3, consulte a subseção 3.3).

100. O Projeto "**Conservação da Biodiversidade através da integração dos serviços ecossistêmicos nas políticas públicas e na atividade comercial**" (**TEEB Regional-Local**) visa integrar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos nos processos de tomada de decisão por parte dos agentes públicos e das empresas. Uma das atividades realizadas neste projeto é incentivar os proprietários do Distrito Federal (dentro da região biogeográfica do Cerrado) que aderirem ao PRA e cujas propriedades estejam em conformidade com o LPVN. O processo de desenvolvimento de um esquema de incentivo à conservação na APA de Pouso Alto (Resultado 1.2, referente à subseção 3.3) pode aprender com essa experiência.

101. O Projeto "**TEEB Regional-Local**" tem como objetivo integrar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos nos processos de tomada de decisão por parte dos agentes públicos e empresas interessados do Distrito Federal (dentro da região biogeográfica do Cerrado). Entre as atividades realizadas, promoverá prêmios por serviços ambientais originados em propriedades rurais aderentes ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) que possuem pelo menos 20% de sua área coberta por vegetação nativa e que não tenham área rural consolidada que afeta APP ou RL. Isso acontecerá com o estabelecimento de regras específicas visando dois benefícios: participação preferencial desses

⁸ Local productive arrangements are clusters of businesses located in the same territory, which present a profile of productive specialization and maintain joint linkages, interaction, cooperation and learning from each other and with other stakeholders, as a means of promoting local development.

⁹ https://www.international-climate-initiative.com/en/projects/projects/details/biodiversity-and-climate-protection-in-the-mata-atlantica-363/?no_cache=1?b=4,4,30,0,1,0&kw=.

prestadores de serviços ambientais no Programa de Aquisição de Produção Agrícola, com vendas de produtos a preços até 30% maiores que os preços de referência e nas vendas de produtos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar com vendas de produtos a preços até 20% maiores do que os preços de referência, e as vendas individuais limitadas a até 50% mais do que os outros produtores.

102. O "TFCA - Tropical Forest Conservation Act", estabelecido em 1998 pelo Departamento de Tesouraria dos Estados Unidos da América, apropriou-se de USD 95 milhões em financiamento do Congresso através de bolsas e acordos de dívida por natureza para doze países em desenvolvimento, principalmente na América Latina e o Caribe. Embora a maioria do dinheiro da TFCA seja transformada em trocas de dívidas para a proteção das florestas tropicais, uma parcela substancial - mais de USD 18 milhões - foi convertida em "Fundos de Conservação Tropical" bilaterais para apoiar bolsas de manejo sustentável de florestas tropicais¹⁰. No Brasil, o TFCA está focado nas regiões biogeográficas da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Uma das ações de tal iniciativa está intrinsecamente relacionada ao presente projeto porque promove o CAR na APA de Pouso Alto, apoiando diretamente o aprimoramento e implementação de seu plano de manejo (Resultado 1.2) e melhorando os esquemas de incentivo para recuperação de vegetação natural, MSF e vegetação nativa em áreas privadas na área piloto do Cerrado (APA de Pouso Alto) (Resultado 1.3).

103. O Componente 1 beneficiará de projetos em andamento que se concentram no aumento da capacidade das instituições federais, estaduais e locais para implementar a LPVN, particularmente com foco na implementação do CAR, bem como o desenvolvimento do PRA. O primeiro projeto, intitulado "**Gestão da terra e do meio ambiente (Cadastro Ambiental Rural)**" é desenvolvido pela GIZ e financiado pelo BMZ e executado pelo Setor Florestal Brasileiro (SFB). O segundo, "**Registo ambiental rural na Amazônia**", é financiado pelo BMZ e implementado pela KfW, em parceria com o governo brasileiro. Embora ambos estejam focados na região biogeográfica da Amazônia, e desenvolvidos especificamente na APA de São João, onde serão desenvolvidos os programas de treinamento e a implementação de acordos legalmente vinculantes (PRA), as experiências desses projetos podem contribuir para uma melhor implementação do Componente 1 (Resultado 1.1) deste projeto.

104. Finalmente, os Resultados 1.2 e 1.3 do presente projeto se beneficiarão do projeto "**CAR-FIP no Cerrado**", incluído nos projetos do Plano de Investimentos do Brasil, financiado pelo governo brasileiro no âmbito do FIP (*Forest Investment Program*), vinculado ao Fundo de Investimento Climático. Atualmente desenvolvido pelo MMA em parceria com agências ambientais estaduais, visa apoiar a implementação do CAR no Cerrado como uma estratégia para promover a redução da conversão e degradação da vegetação nativa e a melhoria do manejo sustentável das florestas para que as emissões de CO₂ sejam reduzidas, e os estoques de carbono da floresta sejam protegidos.

105. O projeto proposto coordenará seus esforços com todas as iniciativas acima mencionadas em diferentes níveis e através de diferentes estratégias. O projeto terá uma estratégia de coordenação e comunicação, que incluirá atividades de coordenação do projeto com outras iniciativas. A primeira atividade de coordenação já foi desenvolvida no PPG, durante a qual várias partes interessadas responsáveis por esses projetos participaram da elaboração do projeto. Na fase inicial do projeto, será

¹⁰ <http://www.tropicalforestgroup.org/tfca-2/>

realizado um workshop com os coordenadores dos projetos relacionados para maximizar sinergias e minimizar sobreposições entre os projetos. Nesta reunião, será desenvolvida uma estratégia de coordenação entre projetos. Este e outros projetos estarão em constante comunicação através da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e, em termos práticos, através de reuniões entre as equipes de coordenação e de gestão. Além disso, o projeto terá um protocolo para estabelecer reuniões regulares para comunicação de desenvolvimento de projetos para parceiros e a agenda do projeto será disseminada para outros parceiros, facilitando a coordenação. Finalmente, de acordo com a estratégia de comunicação do projeto, vários documentos serão divulgados com notícias e resultados do projeto. Todos serão divulgados a parceiros e outras instituições.

SEÇÃO 3: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO (ALTERNATIVO)

3.1. Lógica do projeto, conformidade política e benefícios ambientais globais esperados

- 106.** A lógica do projeto se baseia em dois desenvolvimentos recentes: primeiro, como parte de uma tendência global, o governo brasileiro decidiu concentrar mais esforços na conservação da biodiversidade em áreas privadas para complementar o papel das áreas protegidas e as reservas indígenas. Como 53% dos remanescentes de vegetação nativa no Brasil estão em áreas privadas, tal esforço pode trazer benefícios substanciais para a conservação da biodiversidade. Em segundo lugar, o governo brasileiro realizou investimentos consideráveis para identificar espacialmente as propriedades privadas e registrá-las no SiCAR. Este esforço é componente chave para permitir uma mudança de paradigma na capacidade do governo brasileiro de planejar, implementar e monitorar políticas de conservação da biodiversidade e incorporá-las em paisagens produtivas mais amplas. Embora o CAR seja um componente chave, barreiras adicionais devem ser superadas para que o potencial de valor de conservação de áreas privadas no Brasil possa ser percebido.
- 107.** Uma vez que definimos o escopo do projeto, assim como o nosso objetivo de conservação, identificamos as principais ameaças diretas e as tensões, e distinguimos os principais fatores que contribuíram para as ameaças diretas (ver a Seção 2 para mais detalhes), pudemos enfim identificar os **principais pontos de intervenção do projeto (os fatores selecionados para a intervenção do projeto**, Figura 6). Para identificar os principais pontos de intervenção, avaliamos todos os fatores incluídos em nosso modelo conceitual e identificamos quais são os mais cruciais para que possamos atingir o objetivo do projeto. Em tal avaliação, consideramos a contribuição para a redução da ameaça, a capacidade de influenciar múltiplos fatores no modelo e a urgência de abordar o fator (ou fatores relacionados).
- 108.** Com base nesse procedimento, definimos **as estratégias para abordar tais pontos de intervenção chave** (Figura 6). Uma estratégia é considerada aqui como um conjunto de ações com foco comum que trabalham para atingir metas e objetivos específicos, visando pontos de intervenção chave, integrando oportunidades e limitando restrições. **Resultados do projeto, produtos e atividades do projeto foram definidos a partir dessas estratégias.**

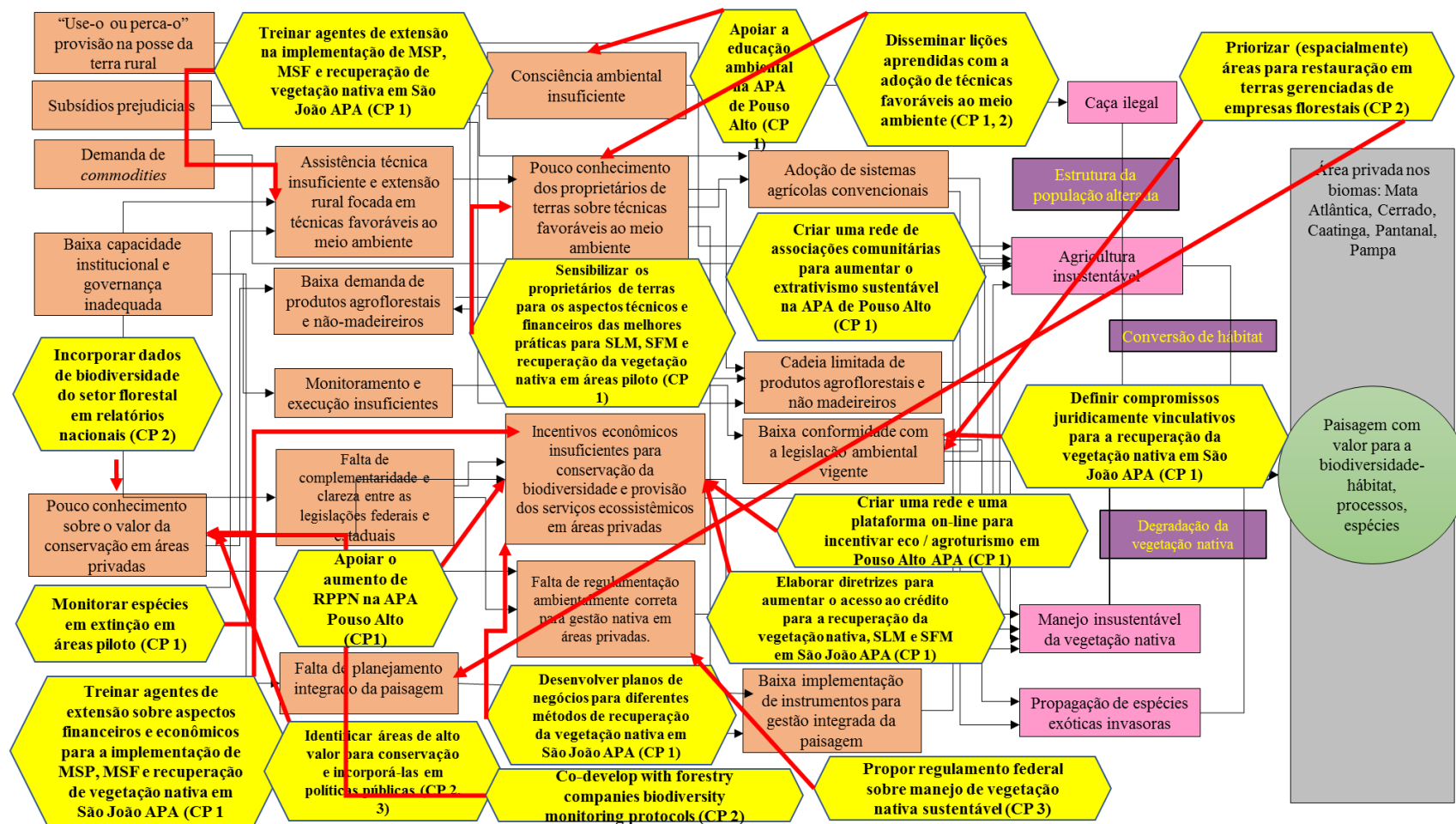


Figura 6. Modelo conceitual com pontos de intervenção chave (caixas de laranja dentro das quais o texto está em negrito) - fatores selecionados para intervenção do projeto - e estratégias de projeto (hexágonos amarelos). CP = Componente. O alvo de conservação está em verde; as ameaças diretas estão em rosa; os estresses estão em roxo; e os fatores contribuintes (causas básicas ou oportunidades) estão em laranja.

109. Este projeto foi desenvolvido considerando três componentes principais, cada um deles com caminhos de impacto complementares. A Teoria da Mudança (ver Fig. 8, 9, 10 e 11) apresenta a estrutura lógica do projeto para os três componentes, mostrando como os *outputs* irão levar a resultados intermediários (*outcomes intermediários*), resultados (*outcomes*) e, finalmente, aos impactos esperados do projeto, considerando os fatores e pressupostos. A combinação de atividades derivadas de cada produto (produtos e serviços entregues diretamente pela intervenção) levará aos resultados ou resultados pretendidos (mudanças na capacidade das partes interessadas resultantes de produtos). Os resultados intermediários são estágios de transição entre os produtos e resultados. O processo entre os produtos e o resultado dependem dos fatores e pressupostos levantados. Os fatores são considerados condições externas que devem ocorrer para permitir que os resultados aconteçam, ao qual o projeto tem algum controle. Os pressupostos também são condições externas, mas o projeto não tem controle sobre eles.

110. O projeto possui três principais caminhos de impacto ou componentes (ver seção *Componentes do projeto e resultados esperados*): **i) implementação de áreas piloto com abordagem *bottom-up*, ii) acordo com as empresas do setor florestal (empresas de papel e celulose), e iii) melhoria das capacidades públicas em planejar e implementar políticas de conservação da biodiversidade em áreas privadas.** Cada componente atacará mais de um dos fatores citados na Seção 2, e dois ou mais componentes podem atuar no mesmo fator. O componente 1 tratará de um precário conhecimento dos proprietários de terras sobre técnicas rurais favoráveis ao meio ambiente, assistência técnica e extensão rural focada em técnicas favoráveis ao meio ambiente insuficientes, baixa conformidade com a legislação ambiental em vigor, pouco conhecimento sobre o valor de conservação em áreas privadas, consciência ambiental insuficiente, cadeia limitada de produtos agrofloretais e não madeireiros, e incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e prestação de serviços ecossistêmicos em áreas privadas. O componente 2 atuará sobre o conhecimento precário sobre o valor de conservação em áreas privadas, o baixo cumprimento da legislação ambiental em vigor e o baixo conhecimento dos proprietários sobre técnicas rurais favoráveis ao meio ambiente. Finalmente, o componente 3 abordará a falta de regulação ambientalmente adequada para o manejo da vegetação nativa em áreas privadas, um conhecimento precário sobre o valor de conservação em áreas privadas.

111. Os resultados esperados desses três componentes estão descritos na Tabela 3. Além disso, o projeto complementarará outras políticas, iniciativas e projetos desenvolvidos em áreas privadas no Brasil. Por exemplo, o projeto irá auxiliar a implementação da LPVN em uma área piloto e está alinhado (de forma complementar e sem sobreposição) com outros três grandes projetos que estão sendo submetidos ao GEF (ver seção 2.7). Portanto, os resultados esperados desse projeto gerarão não apenas benefícios locais, mas também benefícios globais, como os listados abaixo (Tabela 3).

Tabela 3: Benefícios locais e globais relacionados aos resultados esperados do projeto.

Resultados do projeto	Benefícios locais	Benefícios globais
<p>1.1. Aumento da cobertura vegetal, redução do grau de fragmentação em paisagens produtivas e maior disponibilidade de habitat para o "Mico Leão Dourado" na área piloto da Mata Atlântica, a APA de São João (área-chave para biodiversidade (KBA) no Estado do Rio de Janeiro).</p>	<p>Aumento de renda para proprietários rurais.</p> <p>Aumento do conhecimento sobre manejo integrado de propriedade (agentes de extensão e proprietários rurais).</p> <p>As práticas agrícolas e pecuárias desenvolvidas de forma mais sustentável com práticas de recuperação da vegetação nativa.</p> <p>Maior conformidade com a LPVN.</p> <p>Maior conhecimento sobre e treinamento em recuperação florestal e seus métodos (agentes de extensão e proprietários rurais).</p> <p>Áreas com potencial de regeneração natural (recuperação de floresta de baixo custo) identificadas.</p> <p>Técnicas testadas de recuperação da vegetação nativa.</p>	<p>Conservação da biodiversidade.</p> <p>Aumento da adoção de práticas de manejo para redução de emissões de GEE e sequestro de carbono [1.399.200 tCO₂eq].</p> <p>Maior provisão de bens e serviços de agro-ecossistemas e ecossistemas florestais.</p> <p>Aumento do sequestro de carbono em paisagens produtivas.</p> <p>Redução da perda e degradação florestal.</p> <p>Manutenção da provisão de serviços ambientais e produtos derivados de florestas.</p>
<p>1.2. Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas, e ações de conservação melhoradas para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção na área piloto de Cerrado, a APA de Pouso Alto (KBA no Estado de Goiás).</p>	<p>Maior conhecimento e educação sobre meio ambiente e conservação da biodiversidade.</p> <p>Maior implementação de atividades de extrativismo sustentável.</p> <p>Aumento das áreas protegidas através da criação de RPPNs.</p>	<p>Conservação da biodiversidade.</p> <p>Maior provisão de bens e serviços de agro-ecossistemas e ecossistemas florestais.</p> <p>Redução das emissões de gases com efeito de estufa [44.635.758 tCO₂eq].</p> <p>Redução da perda de vegetação nativa e degradação florestal.</p> <p>Manutenção da provisão de serviços ambientais e</p>

		produtos derivados da vegetação nativa.
1.3. Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto, aumentada pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos.	<p>Maior conformidade com a LPVN.</p> <p>Aumento da renda para produtores rurais através de melhores práticas de manejo, recuperação de vegetação nativa com fins comerciais ou pacotes de incentivos.</p> <p>Linhas de crédito para a recuperação florestal acessada pelos proprietários rurais.</p>	<p>Conservação da biodiversidade globalmente significativa.</p> <p>Maior sequestro de carbono [46 milhões de tCO₂eq].</p> <p>Maior conservação dos recursos hídricos.</p> <p>Redução da perda e degradação florestal</p> <p>Manutenção da provisão de serviços ambientais e produtos derivados de florestas</p>
2.1. A conservação da biodiversidade, a provisão de serviços ecossistêmicos, o MSP e o MSF em áreas de maior valor de conservação gerenciadas pelas empresas do setor florestal melhorados através de um acordo para a implementação de diretrizes aprimoradas de conservação e restauração.	<p>Disseminação da importância das terras do setor florestal para a conservação da biodiversidade.</p> <p>Melhoria no monitoramento da biodiversidade.</p> <p>Melhoria na tomada de decisões em áreas prioritárias para restauração que forem gerenciadas pelas empresas do setor florestal.</p>	<p>Conservação da biodiversidade.</p> <p>Maior provisão de bens e serviços de agroecossistemas e ecossistemas florestais.</p> <p>Redução da perda e degradação florestal.</p> <p>Manutenção da provisão de serviços ambientais e produtos derivados de florestas.</p>
3.1. Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas	<p>Procedimentos aprimorados para o manejo sustentável de florestas.</p> <p>Aumento da renda através de atividades de MSP.</p>	<p>Conservação da biodiversidade.</p> <p>Conservação e uso sustentável da biodiversidade em paisagens produtivas.</p> <p>Redução na perda e degradação florestal.</p> <p>Manutenção da provisão de serviços ambientais e produtos derivados de florestas.</p>
3.2. Valor de conservação de áreas privadas integradas em	Atores interessados na conservação da biodiversidade.	Conservação da biodiversidade.

políticas públicas e ferramentas de gestão	Partes interessadas e tomadores de decisão treinados no uso das novas bases de dados espaciais que indicam o valor de conservação das áreas privadas.	Redução na perda e degradação florestal. Manutenção do alcance de serviços ambientais e produtos derivados de florestas.
--	---	---

112. Considerando os resultados esperados, o projeto está alinhado com o Quadro de Resultados do Fundo de Investimento do GEF (6ª Reposição)¹¹ sobre Biodiversidade - BD (Objetivo 4, Programa 9, Resultados 9.1 e 9.2); Degradação da Terra - DT (Objetivo 2, Programa 3, Resultados 2.1 e 2.2, Objetivo 3, Programa 4, Resultados 3.1 e 3.2); e Manejo Florestal Sustentável - GFS (Objetivo 1, Programa 2, Resultados 1 e 2, Objetivo 2, Programa 5, Resultado 3, referente à subseção 3.3, Figura 7 e ao apêndice 15).

¹¹https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/GEF6_Results_Framework_for_GEFTF_and_LDCF.SCCF_0.pdf

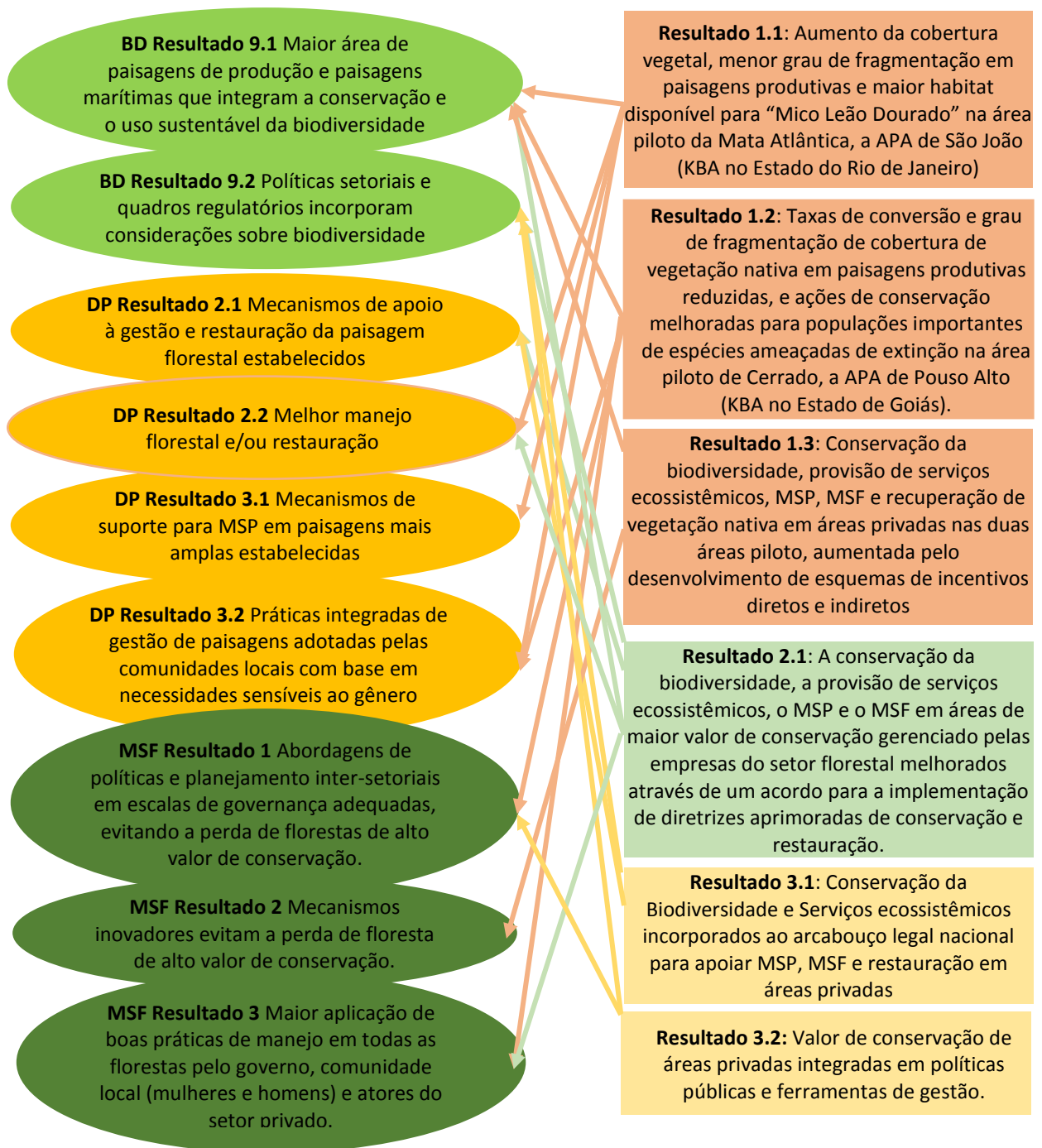


Figura 7. Relação entre o Quadro de Resultados do Fundo de Investimento do GEF - GEFTF e os resultados esperados do projeto.

3.2. Meta e objetivo do projeto

113. A meta do projeto está relacionada ao objetivo de conservação do projeto e representa o status desejado do alvo de conservação a longo prazo - é a declaração formal dos impactos finais que esperamos alcançar. **A meta é: melhorar a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos, aumentar a conectividade e a cobertura de vegetação nativa, reduzir a degradação ambiental em áreas privadas, melhorar a conservação das espécies ameaçadas e mitigar as mudanças climáticas.**
114. O objetivo do projeto é considerado aqui como uma declaração formal (em resumo) dos resultados e mudanças desejados que são necessários para atingir a meta do projeto. O objetivo do projeto resume as mudanças desejadas nos fatores (ameaças e oportunidades diretas e indiretas) que gostaríamos de alcançar a curto e médio prazo. **O objetivo é: ampliar o manejo sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil.**
115. A Teoria da Mudança para o projeto é apresentada na Figura 8.

TEORIA DA MUDANÇA

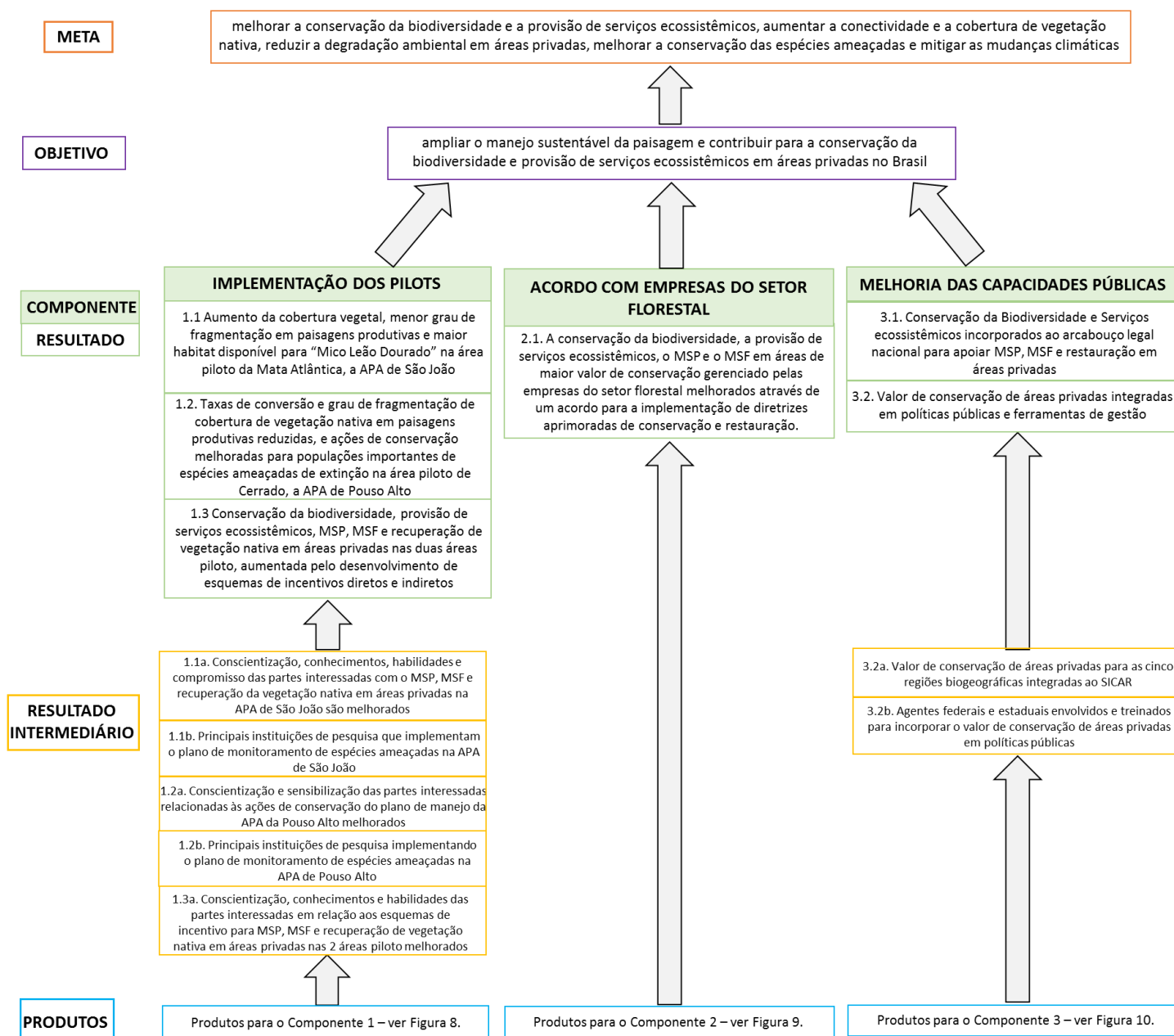


Figura 8. A Teoria da Mudança para o Projeto. É apresentado o quadro lógico do projeto, mostrando como os produtos (caixas azuis claras) levam a resultados intermediários (caixas amarelas) e resultados (caixas verdes) e, finalmente, ao objetivo do projeto (roxo) e as metas esperadas (caixa laranja).

3.3. Componentes do projeto e resultados esperados

116. O projeto possui três componentes. O componente 1 está relacionado à implementação de áreas piloto (nos *hotspots* de biodiversidade da Mata Atlântica e do Cerrado) com o objetivo de criar condições para incorporar o valor de conservação das áreas privadas em paisagens produtivas. A área piloto da Mata

Atlântica será na APA de São João (Estado do Rio de Janeiro). As atividades a serem desenvolvidas nesta área visam, principalmente, permitir a conservação ou recuperação da floresta através do planejamento e manejo integrado de paisagens em propriedades rurais que ainda não estão em conformidade com a LPVN e através da melhoria de esquemas de incentivo na região. Os principais passos serão o planejamento de paisagem; formação de proprietários rurais e agentes de extensão sobre o manejo integrado da paisagem e recuperação florestal; o estabelecimento de Unidades Demonstrativas; e facilitação para acessar linhas de crédito e incentivos à recuperação florestal. A área piloto do Cerrado será na APA de Pouso Alto (Estado de Goiás). As atividades a serem desenvolvidas nesta área visam apoiar a implementação de ações-chave do plano de manejo da APA. Os principais passos serão o planejamento da paisagem; promoção de um programa de educação ambiental; apoio à criação de RPPNs em áreas prioritárias; e desenvolvimento de pacotes de incentivos para ações que promovam a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável da paisagem.

117. O componente 2 está relacionado a um acordo assinado com as empresas do setor florestal para desenvolver e implementar atividades de conservação e restauração dentro de suas áreas. As atividades a serem desenvolvidas nessas áreas visam implementar melhores práticas de conservação e restauração em áreas gerenciadas pelas empresas do setor florestal. As principais etapas serão a identificação de áreas com alto valor de conservação e, nessas áreas, a implementação de protocolos aprimorados para monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF. Além disso, o projeto identificará áreas prioritárias para restauração baseado nas metas de conservação da biodiversidade e focos em ações de restauração a partir das empresas do setor florestal para cumprir a LPVN dentro dessas áreas prioritárias.

118. O componente 3 está relacionado ao contexto de conservação em escala nacional. As atividades a serem desenvolvidas levarão ao esclarecimento da regulamentação federal sobre o manejo sustentável da vegetação nativa em RLs através do desenvolvimento de uma proposta melhorada de regulamentação; e o desenvolvimento e incorporação de informações sobre o valor de conservação de áreas privadas em ferramentas governamentais para auxiliar a tomada de decisões e políticas públicas. As principais etapas serão a identificação dos principais obstáculos e soluções para a obtenção de licença para o manejo sustentável da vegetação nativa em RLs, o que permitirá o desenvolvimento de uma proposta nova e viável para regular essa prática; o desenvolvimento de bases de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas para cinco regiões biogeográficas; a incorporação de tais bancos de dados no SiCAR; e o engajamento e treinamento de agentes públicos para incorporar o valor da conservação nas políticas públicas.

Componente 1 - Implementação de piloto

119. O componente 1 resulta em três principais resultados, cada um alcançado através de um conjunto de atividades (as atividades propostas, no entanto, podem contribuir para alcançar mais de um resultado, Fig. 9). Os Resultados (*outcomes*) são:

Resultado 1.1: aumento da cobertura vegetal, menor grau de fragmentação em paisagens produtivas e maior habitat disponível para “Mico Leão Dourado” na área piloto da Mata Atlântica, na APA de São João (KBA no Estado do Rio de Janeiro)

Resultado 1.2: Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas, e ações de conservação melhoradas para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção na área piloto de Cerrado, na APA de Pouso Alto (KBA no Estado de Goiás).

Resultado 1.3: Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto, aumentadas pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos

120. Os **pressupostos** feitos para alcançar esses resultados são: i) A LPVN permanece sem mudanças que possam afetar negativamente o projeto; ii) mudanças no governo não impactam significativamente o desenvolvimento do projeto; iii) a situação financeira local, regional e nacional não afeta significativamente o desenvolvimento do projeto; iv) limites geográficos da APA não são alterados; v) a baixa estrutura socioambiental dos municípios não interfere no desenvolvimento das atividades do projeto; vi) conflitos entre comunidades e autoridades públicas da APA de Pouso Alto não interferem significativamente nas atividades do projeto; e vii) os bancos mantêm as linhas de crédito para a restauração (Figura 9).

COMPONENTE 1 – Implementação dos pilotos

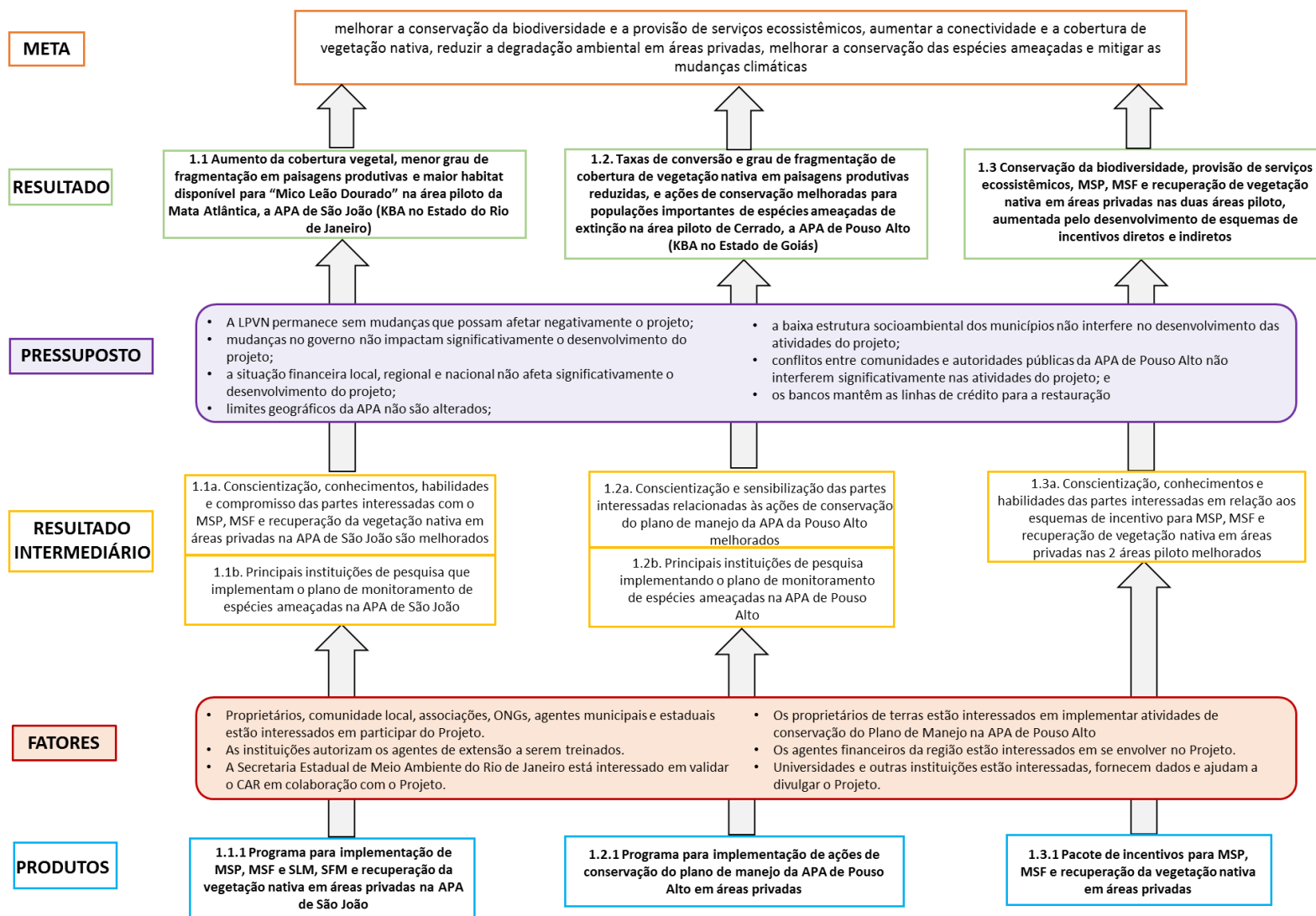


Figura 9. A Teoria da Mudança para o Componente 1. É apresentado o quadro lógico do projeto, mostrando como os produtos (caixas azuis claras) levam a resultados intermediários (caixas amarelas) e resultados (caixas verdes) e, finalmente, a meta esperada do projeto (caixa de laranja), considerando os fatores (caixas vermelhas) e os pressupostos (caixas roxas).

Resultado 1.1: aumento da cobertura vegetal, menor grau de fragmentação em paisagens produtivas e maior disponibilidade de habitat para 'O Mico Leão Dourado' na área piloto da Mata Atlântica, a APA de São João (KBA no Estado do Rio de Janeiro)

122. A abordagem que orientará o componente 1 para se obter o Resultado 1.1 é baseada no Planaveg. Ou seja, através da criação de condições adequadas para que os proprietários implementem a recuperação florestal e cumpram com a LPVN. Ameaças indiretas como a insuficiente assistência técnica e extensão rural focada em práticas favoráveis ao meio ambiente, e o precário conhecimento dos proprietários de terras sobre boas técnicas serão abordadas. É esperado que os proprietários de terra e os agentes de extensão reconheçam que é importante e possível conciliar a agricultura com a conservação da floresta (evitando desmatamento, degradação e fragmentação) ou recuperação (aumento da cobertura florestal e redução da degradação e fragmentação). Isso resultará no aumento da cobertura vegetal, redução do grau de fragmentação nas paisagens de produção e maior disponibilidade de habitat para o "Mico Leão Dourado" na área piloto da Mata Atlântica, a APA de São João (Resultado 1.1).

122. Os fatores necessários para alcançar o Resultado 1.1 são: i) os proprietários e as comunidades locais estão interessadas em participar do Projeto; ii) associações e ONGs estão interessadas em participar do Projeto; iii) as instituições responsáveis autorizam os agentes de extensão a participarem dos treinamentos; iv) agentes municipais e estaduais estão interessados e desejam contribuir com o Projeto; v) O Secretário Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro está interessado em validar o CAR em colaboração com o Projeto (Figura 9).

123. O Resultado será alcançado através de um produto (*output*), **o programa de implementação de MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas na APA de São João (Produto 1.1.1)**. Esta produto tem seis subprodutos, explicados em mais detalhes abaixo.

124. O primeiro passo para alcançar esse resultado é o desenvolvimento de um programa de **engajamento e conscientização para os proprietários de terras em relação aos aspectos técnicos e financeiros das melhores práticas para MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa com foco principal na conformidade com a LPVN (subprodutos 1.1.1.1 e 1.3.1.1)**. Os programas de engajamento e conscientização são etapas importantes, pois este projeto se baseia em uma abordagem participativa permanente, ou seja, várias partes interessadas que atuam ou estão envolvidas na área de alcance e ação do projeto serão incluídas nas discussões e no processo de tomada de decisão. Compreender as necessidades dos proprietários rurais pode simultaneamente aumentar a participação e a interação entre as partes interessadas locais, auxiliar a proposta de apoio e incentivos adequados e eliminar barreiras para adotar medidas sustentáveis (Moon & Cocklin 2011). Possíveis abordagens participativas que serão desenvolvidas incluem oficinas, reuniões, grupos focais, redes e jogos econômicos. Essas abordagens também são vitais para conscientizar os proprietários, entender suas motivações para conservar (ou não) a biodiversidade / serviços ecossistêmicos, e levantar seu conhecimento sobre valor de conservação, bem como para ouvir e propor estratégias para adotar práticas mais sustentáveis em propriedades privadas. O processo participativo garante uma melhor interação do projeto com uma variedade de partes interessadas, fortalece grupos e seus interesses comuns, melhora a coordenação institucional e interinstitucional e

auxilia a replicabilidade do objetivo do projeto no futuro. Além disso, a participação de partes interessadas de várias instituições com experiência local garante soluções efetivas que podem ser testadas nas áreas piloto e seu conhecimento pode ser levado a níveis mais amplos. Na fase preparatória, o projeto realizou três workshops e várias reuniões com as partes interessadas, que envolveu essa abordagem participativa: as partes interessadas de diferentes instituições ajudaram a construir o projeto atual coletivamente. Ao longo da execução do projeto, cada Subproduto será compartilhado e avaliado com tais atores e com outras partes envolvidas.

125. A primeira atividade desse componente será escolher um "ponto focal" para esta área piloto (1)¹². A segunda atividade, que apoiará a implementação de ambos os pilotos, é promover oficinas com especialistas nacionais e internacionais para coletar experiências sobre conservação da biodiversidade em áreas privadas e manejo integrado da propriedade e da paisagem (2). Além disso, as principais partes interessadas estarão envolvidas no projeto e incentivarão os proprietários de terra a participar da primeira reunião oficial para divulgação de informações do projeto (3 e 4). Após o evento que inicia o projeto, serão desenvolvidos questionários (5) que serão aplicados (6) para capturar percepções, motivações e opiniões dos proprietários rurais sobre: i) implementação de práticas de manejo integrado da propriedade e de paisagem (Resultado 1.1), ii) recuperação florestal (Resultado 1.1), iii) participação em programas de incentivos econômicos (Resultado 1.3) e iv) manejo sustentável da vegetação nativa (Resultado 3.1, referente ao Componente 3). A partir da avaliação da informação, a equipe do projeto não só compreenderá os principais obstáculos para os proprietários de terra para garantir o manejo integrado da propriedade, recuperação florestal e conformidade com a LPVN, mas também receberão sugestões sobre as ações e práticas mais viáveis - abordagem *bottom-up*. Uma vez identificadas as práticas e os incentivos que abordam as questões levantadas nos questionários, o projeto realizará grupos focais para validar essas informações com proprietários rurais (7), organizar um workshop e promover redes (8) para disseminar esta informação e a importância de melhores práticas em suas propriedades. O desenvolvimento do Sub-Produto 1.1.1.1 contribuirá para a realização **do Resultado Intermediário 1.1a "Melhoria na sensibilização, conhecimento, habilidades e compromisso das partes interessadas para a MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas na APA de São João (KBA no Estado do Rio de Janeiro) "**.

126. Após esta primeira etapa, serão selecionados proprietários que estejam interessados em desenvolver as **Unidades Demonstrativas (DU) com melhores práticas para MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em suas propriedades na APA de São João (9) (subprodutos 1.1.1.2)**. Serão contratados dois agentes de extensão para auxiliar as atividades de implementação (10). Para cada propriedade escolhida, serão coletados dados biofísicos, sociais e econômicos (11), fornecendo informações para a definição de atividades a serem desenvolvidas na UD (12). As UDs serão implementadas (13) e gerenciadas por uma organização subcontratada que deverá operar na região e ter uma vasta experiência em técnicas integradas de manejo de propriedades e recuperação florestal (14). Técnicas como rotação de paisagens, sistemas mistos e sistemas agroflorestais serão implementados nas UDs, combinados com a recuperação da

¹² The numbers between parentheses “()” are related to activities that will be developed during the project and are described in Appendix

vegetação nativa. A vegetação natural nesta região são florestas, portanto, os métodos de recuperação florestal, como a regeneração assistida e o plantio de sementes ou árvores (incluindo plantio com fins econômicos) serão usados (não necessariamente na mesma UD). A regeneração assistida é um método de recuperação de baixo custo que tende a ser vital para amplificar a recuperação florestal; precisa ser demonstrada aos proprietários rurais, mas não pode ser implementada em todas as áreas. Em áreas onde o potencial de regeneração natural é menor (identificado através da priorização espacial, descrito abaixo), a alternativa é desenvolver a restauração ativa. No entanto, o plantio de árvores geralmente tem altos custos, o que é uma barreira para o uso desse método por pequenos e médios proprietários. O manejo de UDs terá uma abordagem adaptativa para que eventuais mudanças possam ser incorporadas no processo. As UDs serão monitorados quanto aos aspectos econômicos, sociais e ambientais (14), e **as lições aprendidas serão registradas (36) (SubProduto1.1.1.6).**

- 127.** Concomitantemente, o projeto irá organizar um programa de **treinamento na região para agentes de extensão, focado na implementação de MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa (Sub-Produto1.1.1.3).** O curso será dividido em três módulos com assuntos relacionados a: i) manejo integrado da propriedade e de paisagem; ii) métodos de recuperação florestal; e iii) diretrizes para acesso a linhas de crédito e investimentos para recuperação florestal (ver Resultado 1.3). Os programas de treinamento para os módulos um e dois terão aulas teóricas e práticas (em UDs), enquanto que o do módulo 3 terá apenas aulas teóricas. Para garantir que os agentes de extensão possam participar do curso, o projeto envolverá empresas de extensão públicas e privadas para facilitar sua inclusão (15). Assim que os módulos e materiais do programa forem desenvolvidos (como as aulas de vídeo) (16 e 17), estes serão lançados (18) e aplicados (19).
- 128.** Para favorecer o cumprimento da LPVN, o projeto providenciará **um conjunto de compromissos legalmente vinculantes para a recuperação da vegetação nativa, na forma dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) a ser assinado pelos proprietários, considerando o habitat disponível para o Mico Leão Dourado (Sub-Produto1.1.1.4).** O débito ambiental (déficit RL e APP) na APA de São João é de 5.000 ha e o projeto propõe compromissos legalmente vinculantes assinados relacionados a 4.000 ha. Membros do Serviço Florestal Brasileiro, agência federal que administra o SiCAR, treinarão dois técnicos da agência ambiental estadual que validarão ainda o CAR na APA de São João (20; 21; 22; 23). O CAR validado será reunido em uma base de dados SIG. O banco de dados do CAR, além de informações sobre dados ambientais e socioeconômicos coletados para as propriedades da APA de São João (24), será utilizado para o desenvolvimento de um mapa de priorização espacial focado no aumento da disponibilidade de habitat (que inclui a quantidade da cobertura de vegetação nativa dentro de uma paisagem e habilidade de dispersão de espécies) para o Mico Leão Dourado através da recuperação florestal dos déficits de APP e RL sob a forma de corredores florestais (mapa da maior disponibilidade de habitat para Mico Leão Dourado; 25). Este mapa irá auxiliar na (26): i) seleção de propriedades prioritárias para a implementação de UDs, recuperação florestal (para conformidade com a LPVN) e facilitação para acessar linhas de crédito bancário ou investimentos para recuperação florestal (ver Resultado 1.3); ii) identificação do potencial de regeneração natural na região. Além disso, este mapa será validado pelas partes interessadas principais em um workshop (27). Um CAR não validado não impede o proprietário de se juntar ao PRA, mas impede sua execução (a recuperação real da floresta - ou compensação, no caso da RL). Assim, após a validação do CAR, o projeto envolverá e ajudará os proprietários de terras a se

comprometerem com a recuperação da vegetação nativa (PRA; 28), o que também contribuirá para a realização do Resultado 1.3. Este é um instrumento fundamental para garantir a recuperação da floresta em relação ao cumprimento da LPVN ao longo dos próximos 20 anos. O desenvolvimento do PRA levará em consideração o mapa de maior disponibilidade de habitat para o Mico Leão Dourado.

129. O desenvolvimento dos subprodutos 1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.1.1.3 e 1.1.1.4 contribuirá para que o projeto chegue ao **Resultado Intermediário 1.1b "Principais instituições de pesquisa que implementam o plano de monitoramento para espécies ameaçadas de extinção"**.

130. Complementando as atividades mencionadas acima, o projeto desenvolverá **um plano de monitoramento de espécies ameaçadas para a APA de São João, juntamente com instituições-chave de pesquisa (sub-produtos 1.1.1.5)**. Essas instituições estarão envolvidas no projeto (29) e os dados existentes sobre espécies ameaçadas serão compilados (30). Um grupo de trabalho será conduzido com o objetivo de desenvolver o plano de monitoramento (31), e o plano será implementado (32). Esses dados serão analisados e sistematizados (33) para melhor refletir o estado atual das espécies ameaçadas de extinção, bem como para ajudar a desenvolver futuras estratégias para a persistência dessas espécies (34). A equipe da "Estratégia Nacional para a Conservação de espécies Ameaçadas - Projeto PROSPECIES (Projeto GEF ID9271) pode ser um dos parceiros nesta atividade (consulte a seção 2.7). Outra instituição relevante é a Universidade de São Paulo, em particular o grupo do Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação (LEPAC) e o "Projeto Interface" associado, que foca na avaliação dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade em ecossistemas fragmentados.

131. Finalmente, para completar o programa de implementação de MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas na APA de São João, **será desenvolvido um programa de disseminação de lições aprendidas e replicação de atividades implementadas (sub-produtos 1.1. 1.6)**. Uma estratégia de comunicação será projetada para a divulgação das lições aprendidas (35 e 36) e materiais (banners, folhetos, cartazes e vídeos) serão produzidos (37) para o público em geral e serão organizados eventos de disseminação (38). A criação de uma rede de proprietários rurais permitirá a disseminação e aplicação de MSP e MSF, particularmente pelos proprietários que implementaram os UDs (39). Vários estudos (por exemplo, Selinker et al. 2015, Ecker 2016) sugerem a adoção de redes e programas de conservação como um ponto crucial para o sucesso dos projetos. Estes proprietários serão convidados a ser tutores durante as visitas (aulas práticas) em suas propriedades. Essas visitas de campo terão temas específicos e permitirão trocas de experiências entre proprietários locais, agentes de extensão, pesquisadores, representantes governamentais, etc. Os proprietários de terras envolvidos com práticas sustentáveis atuarão como agentes de replicabilidade, assegurando a sustentabilidade e a replicação a longo prazo do projeto. Além disso, a replicabilidade também será assegurada por agentes de extensão treinados (ver Sub-Produto 1.1.1.3). Tais agentes não apenas supervisionarão as atividades de recuperação florestal realizadas nas UDs, mas também ajudarão as partes interessadas na região a realizar a recuperação da vegetação nativa e a cumprir com a LPVN (40). Assim, o projeto envolverá maior número de proprietários de terras além daqueles que participaram na UDs.

Resultado 1.2: Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas, e ações de conservação melhoradas para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção na área piloto de Cerrado, a APA de Pouso Alto (KBA no Estado de Goiás)

- 132.** Os seguintes **pontos** foram considerados para alcançar o Resultado 1.2 (Figura 9): i) os proprietários de terras e as comunidades locais estão interessadas em participar do projeto; ii) associações e ONGs estão interessadas em participar do projeto; iii) As universidades e outras instituições estão interessadas em fornecer dados e ajudar a divulgar o projeto; iv) agentes municipais e estaduais estão interessadas e contribuem para o projeto; e v) os proprietários de terras estão interessados em implementar atividades de conservação do plano de manejo da APA da Pouso Alto.
- 133.** As atividades propostas para a APA de Pouso Alto **incluem o programa de implementação de ações de conservação do plano de manejo da APA de Pouso Alto em áreas privadas (Produto 1.2.1)**. Embora recentemente publicado, o plano de manejo da APA levou mais de uma década de negociações para se tornar uma realidade. O Projeto abordará as estratégias mais relevantes para a conservação da biodiversidade em áreas privadas na região. Para cumprir este objetivo, será necessário minimizar algumas ameaças indiretas, como o precário conhecimento dos proprietários de terras sobre técnicas favoráveis ao meio ambiente, baixa consciência ambiental, cadeia limitada de agrosilvicultura e produtos não madeireiros, baixos incentivos econômicos para a conservação da biodiversidade e provisão dos serviços ecossistêmicos em áreas privadas e um conhecimento precário sobre o valor da conservação em áreas privadas.
- 134.** O primeiro passo é desenvolver um programa **de engajamento e conscientização para as partes interessadas principais, especialmente as comunidades locais, sobre a implementação do plano de manejo da APA da Pouso Alto (Sub-Produto1.2.1.1)**. Um ponto focal local será contratado e as partes interessadas locais serão identificadas e envolvidas (41 e 42), o que facilitará o acesso e o envolvimento com as comunidades locais. Será realizado um workshop de iniciação para apresentar o projeto (43) e identificar as percepções e motivações das partes interessadas locais em relação à conservação ambiental e atividades sustentáveis. Este primeiro workshop será seguido por outros eventos (44), durante os quais as partes interessadas e a comunidade local debaterão e se conscientizarão sobre a importância da implementação do plano de manejo da APA. Como resultado desses encontros, as ações-chave do plano de manejo que devem ser implementadas serão identificadas e avaliadas (45). Alternativas para as principais ações em cada tema (por exemplo, educação ambiental, extrativismo sustentável e criação de RPPNs) serão validadas por comunidades e associações locais (46). Espera-se que este primeiro passo do projeto levará ao **Resultado Intermediário 1.2a, que é a melhoria da conscientização e capacidade das partes interessadas relacionadas às ações de conservação do plano de manejo da APA da Pouso Alto**.
- 135.** Um programa de **educação ambiental com base nas ações de conservação do plano de manejo da APA da Pouso Alto** será co-desenvolvido e implementado com a comunidade local em todos os 872.000 ha da APA (**Sub-Produto1.2.1.2**). Seus módulos incluirão uma preparação participativa de um plano de trabalho (47; 48; 49) para as ações principais selecionadas para serem implementadas no plano de manejo;

workshops para conscientização sobre os serviços ecossistêmicos prioritários e as espécies ameaçadas de extinção na APA; proposição de ações socioeducativas para conscientizar sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico; recomendação de atividades sustentáveis para o extrativismo; divulgação de informações sobre a criação e implementação de RPPNs; treinamento sobre o uso sustentável dos recursos naturais; e workshops e entrevistas para levantar iniciativas de incentivos à conservação da biodiversidade. A ideia é que o programa (50 e 51) atinja uma série de partes interessadas. Através deste programa, o projeto pretende aumentar a conscientização entre proprietários de terras e outras partes interessadas sobre a importância da APA e sobre a implementação de seu plano de manejo para manter o valor de conservação.

136. Ao mesmo tempo, o projeto promoverá uma **rede integrada de associações comunitárias para o extrativismo sustentável (Sub-Produto1.2.1.3)** que auxiliarão na comunicação e disseminação de técnicas, materiais e experiências de proprietários rurais e outras partes interessadas em conservação da Biodiversidade. As associações extrativistas da APA e os professores das escolas municipais serão encorajados a participar da Rede para promover e disseminar o uso sustentável dos recursos. Esta ação será conectada ao Programa de Educação Ambiental, pois promoverá conscientização, engajamento e treinamento sobre manejo sustentável da vegetação nativa. Após o envolvimento da associação comunitária e outras partes interessadas (52), a rede será criada (53). Os proprietários de terra interessados em desenvolver atividades de extrativismo sustentável serão identificados (54) e participarão de workshops e de um fórum de dois dias para melhorar as práticas sustentáveis de extrativismo focadas principalmente em espécies ameaçadas de extinção (55 e 56). Finalmente, as viagens de campo para ensinar práticas sustentáveis serão realizadas na região.

137. A criação de RPPNs foi indicada como uma ação prioritária no workshop realizado durante a fase preparatória do projeto. Esta ação também é considerada como importante para ser implementada pelo Plano de Manejo da APA da Pouso Alto. Assim, o presente projeto visa impulsionar **a criação de RPPNs estratégicas em áreas prioritárias para ações de conservação na região através do arranjo de um conjunto de estudos e documentos (Sub-Produto1.2.1.4)**. Para tanto, o projeto coletará dados ambientais e socioeconômicos na APA de Pouso Alto (57), que serão analisados (58) para produzir um mapa de áreas prioritárias para ações de conservação na APA de Pouso Alto (59). Este mapa concentra-se na identificação de áreas com alto valor de conservação (Sub-Produto3.2.1.1), alto potencial de perda futura de vegetação nativa na região e aspectos socioeconômicos significativos (a serem selecionados). O mapa de priorização espacial não só promoverá a criação de RPPNs, como também ajudará a identificar áreas que exigem outros tipos de ações de conservação na APA de Pouso Alto. Esse mapa de priorização espacial será validado pelas principais partes interessadas e proprietários de terra da APA em uma oficina (60). Considerando as áreas prioritárias para ações de conservação, os proprietários interessados em criar RPPNs serão identificados e comprometidos (61). Esses donos de terras serão auxiliados pela equipe do projeto na preparação dos documentos necessários para a criação da RPPN (62), como o georeferenciamento dos limites da propriedade (63), avaliação de dados biofísicos, econômicos e sociais (64), desenvolvimento de um plano de manejo para cada RPPN (65), e completando outros procedimentos legais (66).

138. O projeto também desenvolverá um plano de **monitoramento de espécies ameaçadas para a APA de Pouso Alto (Sub-Produto 1.2.1.5) com instituições-chave de pesquisa**. Essas instituições participarão no projeto (67) e os dados existentes sobre espécies ameaçadas serão compilados (68). Será realizado um workshop com o objetivo de desenvolver o plano de monitoramento (69), que posteriormente será implementado (70). Esses dados serão analisados e sistematizados (71) para aumentar o conhecimento sobre o status atual das espécies em extinção, bem como para desenvolver estratégias futuras para sua persistência (72). Este resultado levará ao **Resultado Intermediário 1.2b "Principais instituições de pesquisa que implementam o plano de monitoramento para espécies ameaçadas de extinção"**.

139. Para garantir a sustentabilidade das atividades e os resultados do projeto, a equipe do projeto trabalhará em conjunto com os proprietários para o desenvolvimento de um programa de **disseminação de lições aprendidas na APA Pouso Alto (Sub-Produto 1.2.1.6)**. O programa contará com: i) o plano de uma estratégia de comunicação para a divulgação das lições aprendidas (73; 74); ii) o desenvolvimento de materiais de divulgação (por exemplo, banners, folhetos, cartazes, vídeos) (75); iii) organização de eventos para disseminação de lições aprendidas (76); e iv) a criação de uma rede de proprietários para capacitação e divulgação de educação ambiental, extrativismo sustentável e criação de RPPNs (77).

140. A combinação de cada uma dessas atividades completará o programa para a implementação de ações de conservação do plano de manejo da APA de Pouso Alto em áreas privadas (Produto 1.2.1), desde que: i) a mudança de governo não impacte significativamente o desenvolvimento do projeto; ii) a situação financeira local, regional e nacional não afete significativamente o desenvolvimento do projeto; iii) conflitos entre comunidades e autoridades públicas da APA de Pouso Alto não interfiram significativamente nas atividades do projeto; iv) limites geográficos da APA não sejam alterados; e v) baixa estrutura socioambiental dos municípios não interfira no desenvolvimento das atividades do Projeto (Figura 9).

Resultado 1.3: Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto, reforçada pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos.

Os **fatores** considerados para atingir os Resultados 1.1 e 1.2 são os considerados para alcançar o Resultado 1.3, e i) Os agentes financeiros da região estão interessados em participar do projeto.

141. Todas as ações acima mencionadas a serem desenvolvidas nas duas áreas-piloto deste projeto (APAs de São João e Pouso Alto) visando a implementação de MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa e conservação de áreas privadas serão complementadas por atividades resultantes do desenvolvimento de um **pacote de incentivos para MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto (Produto 1.3.1)**.

142. O projeto funcionará tanto na APA de São João como em Pouso Alto através de diferentes abordagens. Na APA de São João, o projeto trabalhará com os proprietários para facilitar o acesso às linhas de crédito rural e aos investimentos voltados para o manejo sustentável da terra. Isso será resultado das percepções, motivação e sugestões reunidas durante as primeiras oficinas e questionários aplicados nas regiões (78) (Sub-Produto 1.1.1.1). Com base nessas informações e nos perfis do proprietário (79), **serão criados**

planos de negócios adaptados a diferentes métodos de recuperação da vegetação nativa (80) (Sub-Produto1.3.1.1) e implementados (81). As experiências dos métodos de recuperação da vegetação implementados nas UD's (Sub-Produto1.1.1.2) serão usadas para melhorar a capacitação e implementar os planos de negócios nas propriedades dos agricultores interessados (82). Através desse resultado, esperamos que a conscientização, conhecimento e **habilidades das partes interessadas em relação aos esquemas de incentivo para MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa sejam aumentados (Resultado intermediário 1.3)**.

143. Concomitantemente, para apoiar os agentes de extensão e os proprietários de terras no processo de acesso ao crédito, o projeto **desenvolverá diretrizes com o setor financeiro para aumentar o acesso ao crédito para a recuperação da vegetação nativa, MSP e MSF (Sub-Produto1.3.1.2)**. Para este fim, os bancos locais e outras instituições financeiras serão mapeados, envolvidos (83) e convidados para o primeiro workshop para discutir potenciais investimentos para a recuperação da vegetação nativa (84). Além disso, os obstáculos para o acesso ao crédito serão avaliados tanto pelas instituições financeiras como pelos proprietários (85 e 86; Sub-Produto1.1.1.1). As diretrizes serão desenvolvidas com os bancos com base nas soluções propostas, que serão ainda mais divulgadas (87). Além disso, um dos módulos do **programa de treinamento** descrito acima (Sub-Produto1.1.1.3) **será focado em aspectos financeiros e econômicos para a implementação de MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa (88; 89; 90; 91; Sub-Produto1.3.1.3)**.

144. Na APA de Pouso Alto, a melhoria dos incentivos será realizada através do desenvolvimento de um **Pacote de Incentivos Econômicos para a conservação, co-desenvolvido com as partes interessadas locais, com base no valor de conservação das áreas privadas (Sub-Produto1.3.1.4)**. Os principais atores serão identificados e engajados, e suas percepções, motivações (92) e sugestões sobre potenciais programas de incentivo serão levantadas durante as oficinas (93). O tipo de incentivo a ser melhorado ou implementado na região dependerá das sugestões das partes interessadas locais e da articulação com iniciativas que trabalhem com incentivos na região, o que será feito para aumentar a coordenação entre as instituições. O pacote econômico será divulgado aos proprietários de terra e outros atores-chave da região (94).

145. Outra maneira de incentivar a conservação em áreas privadas na APA de Pouso Alto é através do desenvolvimento de eco e agroturismo. O projeto atuará para a **criação de uma rede e uma plataforma on-line para promover eco e agroturismo focado nas ações de conservação em áreas privadas na APA de Pouso Alto (Sub-Produto1.3.1.5)**. A criação da rede permitirá aos proprietários de terra, que estão dispostos a desenvolver práticas de conservação sustentáveis em suas propriedades (como RPPN), a receber retornos financeiros através da implementação do turismo agroecológico. O primeiro passo é o envolvimento de partes interessadas locais e o interesse dessas no desenvolvimento da rede, em particular os proprietários de terra em áreas prioritárias para ações de conservação na APA (95 e 96, ver Resultado 1.2). Será realizado um workshop com tais atores para identificar possíveis ações de conservação a serem desenvolvidas, bem como para avaliar as necessidades de desenvolvimento do turismo na região (97). Grupos de pesquisa também colaborarão com a rede, desenvolvendo atividades de extensão e pesquisando

dentro dessas propriedades escolhidas (98). Essas propriedades serão conectadas através da rede em uma plataforma online para incentivar eco / agroturismo, que será divulgada (99 e 100).

146. Os resultados e as lições aprendidas com as atividades de incentivos econômicos implementados para alcançar o Resultado 1.3 serão difundidos através da criação de um programa de **disseminação em ambas as áreas piloto (APAs de São João e Pouso Alto, Subproduto 1.3.1.6)**. Para garantir a sustentabilidade dessas atividades, as lições aprendidas serão divulgadas através dos mesmos mecanismos descritos acima (sub-produtos 1.1.1.6. E 1.2.1.6): i) elaboração de uma estratégia de comunicação para a disseminação de lições aprendidas (101 e 102); ii) desenvolvimento de materiais de divulgação (por exemplo, banners, folhetos, cartazes, vídeos) (103); iii) organização de eventos para disseminação de lições aprendidas (104); e iv) criação de uma rede de proprietários para capacitação e disseminação de incentivos econômicos existentes em cada APA (105).

Componente 2 - Acordo com empresas do setor florestal

147. As empresas do setor florestal possuem ou arrendam uma área equivalente a cinco milhões de hectares de vegetação nativa. O principal objetivo deste componente é melhorar a conservação e restauração de biodiversidade e serviços ecossistêmicos nas empresas do setor florestal. Para isso, o projeto irá intervir para reduzir ameaças indiretas como o **conhecimento insuficiente sobre o valor da conservação em áreas privadas, a falta de planejamento integrado da paisagem, a baixa conformidade com a legislação ambiental em vigor, e o precário conhecimento dos proprietários de terras sobre técnicas favoráveis ao meio ambiente.**

148. O projeto pretende apoiar as indústrias florestais para ir além de reconhecer a importância da conservação da biodiversidade, ações atuais de monitoramento e recuperação florestal. A expectativa é que o setor aumente seu desempenho nesses componentes, sistematize essas informações em evidências que possam informar o governo brasileiro de suas contribuições no âmbito da CDB e divulgue soluções encontradas dentro e fora do setor. É de interesse do setor: i) que os protocolos de monitoramento da biodiversidade, MSP, MSF e restauração sejam melhorados e que os dados obtidos a partir deles sejam incorporados nos relatórios nacionais no âmbito da CDB; ii) que suas áreas de maior valor de conservação sejam identificadas e gerenciadas adequadamente com base nos protocolos aprimorados; e que iii) áreas prioritárias para a restauração da vegetação nativa sejam identificadas e consideradas pelas empresas. Portanto, o projeto, em parceria com as empresas do setor florestal, dará visibilidade a uma grande quantidade de dados sobre biodiversidade, não disponível hoje para as partes interessadas, além de aumentar a qualidade de conservação e restauração nessas áreas.

149. O Resultado esperado é (Fig. 10):

***Resultado 2.1:** A conservação da biodiversidade, a provisão de serviços ecossistêmicos, o MSP e o MSF em áreas de maior valor de conservação gerenciadas pelas empresas do setor florestal melhorados através de um acordo para a implementação de diretrizes aprimoradas de conservação e restauração.*

COMPONENTE 2 – Acordo com empresas do setor florestal

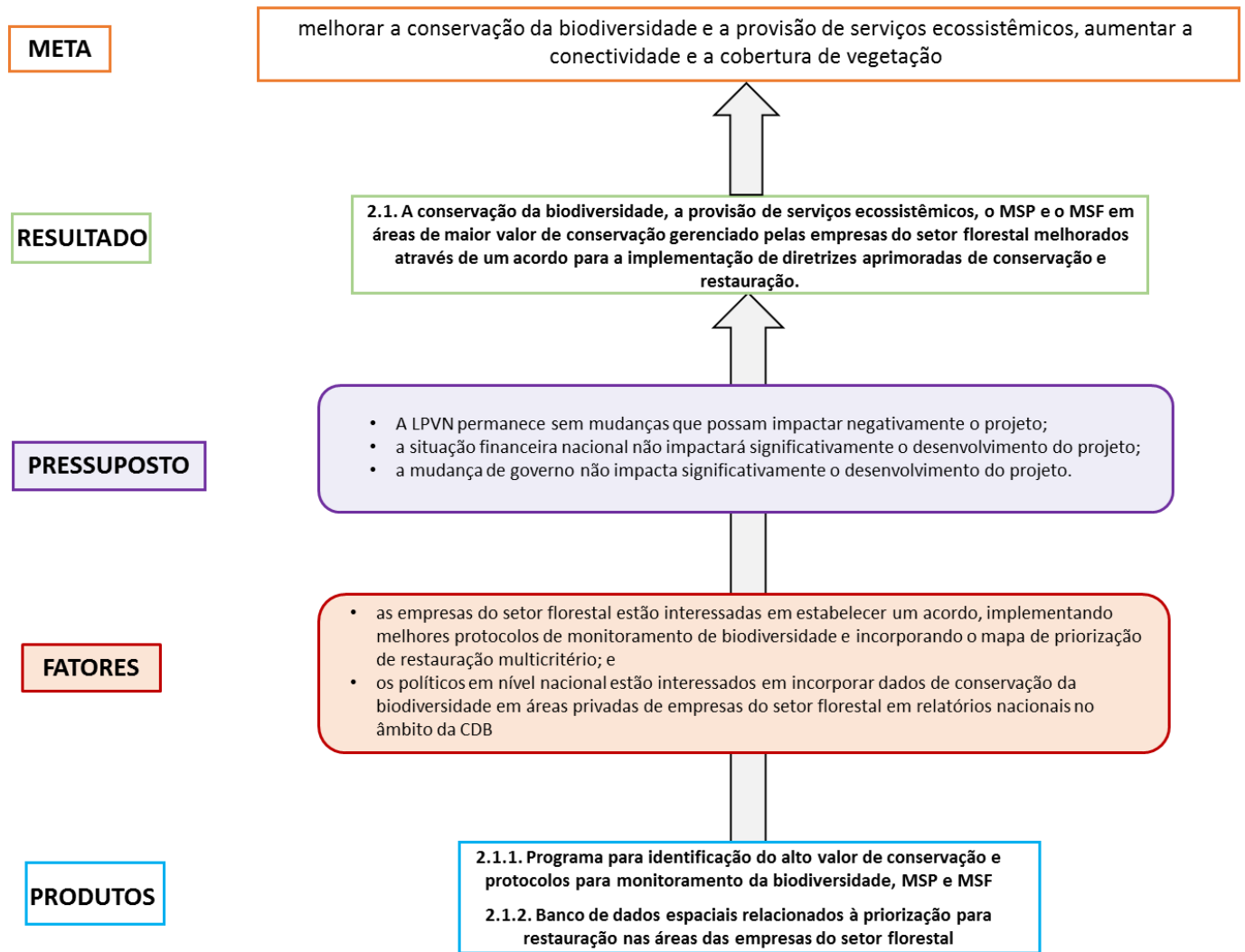


Figura 10. A Teoria da Mudança para o Componente 2. Apresenta o quadro lógico do projeto, mostrando como os produtos (caixas azuis claras) levam a resultados (caixas verdes) e, finalmente, aos impactos esperados do projeto (caixa laranja), considerando os fatores (caixas vermelhas) e premissas (caixas roxas).

150. As premissas aqui apresentadas são: i) A LPVN permanece sem mudanças que possam impactar negativamente o projeto, ii) a situação financeira nacional não impactará significativamente o desenvolvimento do projeto; e iii) a mudança de governo não impacta significativamente o desenvolvimento do projeto (Figura 10).

151. Os fatores considerados como responsáveis pelo resultado 2.1 são: i) as empresas do setor florestal estão interessadas em estabelecer um acordo, implementando melhores protocolos de monitoramento de biodiversidade e incorporando o mapa de priorização de restauração multicritério e ii) os políticos em nível nacional estão interessados em incorporar dados de conservação da biodiversidade em áreas privadas de empresas do setor florestal em relatórios nacionais no âmbito da CDB (Figura 10).
152. As empresas do setor florestal que são mais promissoras para estratégias de conservação serão primeiro identificadas e envolvidas no projeto (106). Uma vez identificadas e engajadas, **um acordo será desenvolvido estabelecendo uma parceria para melhorar e implementar protocolos para monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF** (107). As empresas florestais serão reunidas para discutir o acordo, que será definido e monitorado e avaliado em relação aos seus avanços, barreiras e lições aprendidas. O acordo pode ser assinado com empresas florestais específicas e selecionadas. Duas reuniões com empresas já ocorreram e os participantes demonstraram interesse em tal acordo. Eles já monitoram a biodiversidade em suas terras, mas esse monitoramento ainda possui lacunas e os dados ainda não são sistematizados ou informados ao governo para serem considerados no planejamento nacional de conservação e nos relatórios nacionais no âmbito da CDB (por exemplo, Metas Aichi). Nesse sentido, a primeira atividade a ser desenvolvida é a coleta e compilação de **dados existentes sobre biodiversidade** (108). Estes dados **serão analisados e sintetizados, incluindo as lições aprendidas** (108; 109; **Subproduto 2.1.1.1**). Além disso, essa informação será usada para identificar áreas com alto valor para conservação (**Subproduto 2.1.1.2**), utilizando a metodologia descrita no Componente 3 (Produto 3.2). Concomitantemente, serão avaliados os protocolos já implementados pelas empresas do setor florestal, e serão propostas melhorias (113). Um **protocolo melhorado para o monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF será então desenvolvido e validado** com o setor florestal e implementado (114, 115; **Sub-Produto 2.1.1.3**). Finalmente, **as instituições que estão disponíveis para incluir dados específicos sobre inventário e monitoramento da biodiversidade serão identificadas e os dados serão ajustados de acordo com as necessidades da instituição** (116; 117) (**Sub-Produto 2.1.1.4**).
153. Concomitantemente, o projeto fornecerá um mapa de priorização de **restauração multicritério das áreas privadas das empresas, considerando o contexto da paisagem** (que inclui a distribuição de espécies ameaçadas de extinção, **Subproduto 2.1.2.1**). Este mapa irá auxiliar na: i) identificação do potencial de regeneração natural nessas áreas, ii) indicação de propriedades prioritárias para a recuperação da vegetação nativa, iii) incorporação de seus resultados em programas de recuperação florestal de empresas e iv) implementação de manejo integrado da paisagem. O desenvolvimento de workshops com as empresas do setor florestal interessadas em discutir cenários e variáveis a serem incluídos no mapa de priorização multicritério será a primeira atividade a ser desenvolvida (117). Os dados ambientais e socioeconômicos serão coletados para fornecer informações de entrada no modelo (118). Depois que os dados são sintetizados e analisados (119), o banco de dados espacial será gerado (120) e validado com as empresas participantes (121). O uso desta base de dados espacial será divulgado através de um evento de capacitação para as empresas do setor florestal interessadas no assunto (122).
154. Será criado **um programa de disseminação e lições aprendidas com o acordo e ações de conservação desenvolvidas com as empresas do setor florestal** (123; 124). As informações sobre monitoramento e inventários da biodiversidade, estratégias de conservação, bem como sobre o mapa de priorização serão disseminadas através de banners, folhetos, cartazes, eventos, entre outros, possibilitando sua replicabilidade em outras áreas (125, 126; **Sub-Produto 2.1.2.2**). Nesta fase, o projeto terá completado o

Produto 2.1.2 - Banco de dados espaciais relacionados à priorização para restauração nas áreas das empresas do setor florestal.

Componente 3 - Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas

155. O Componente 3 é dividido em dois principais Resultados (*Outcomes*), ambos a serem desenvolvidos em escala nacional (Fig. 11). Os Resultados são:

Resultado 3.1. *Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas e*

Resultado 3.2. *Valor de conservação de áreas privadas integradas em políticas públicas e ferramentas de gestão.*

156. A obtenção dos Resultados 3.1 e 3.2 considera os seguintes **pressupostos**: i) a mudança de governo não afeta significativamente o desenvolvimento do projeto; ii) a situação financeira nacional não afeta significativamente o desenvolvimento do projeto, e iii) o LPVN permanece sem mudanças que possam impactar negativamente o projeto.

COMPONENTE 3 – Melhoria das capacidades públicas

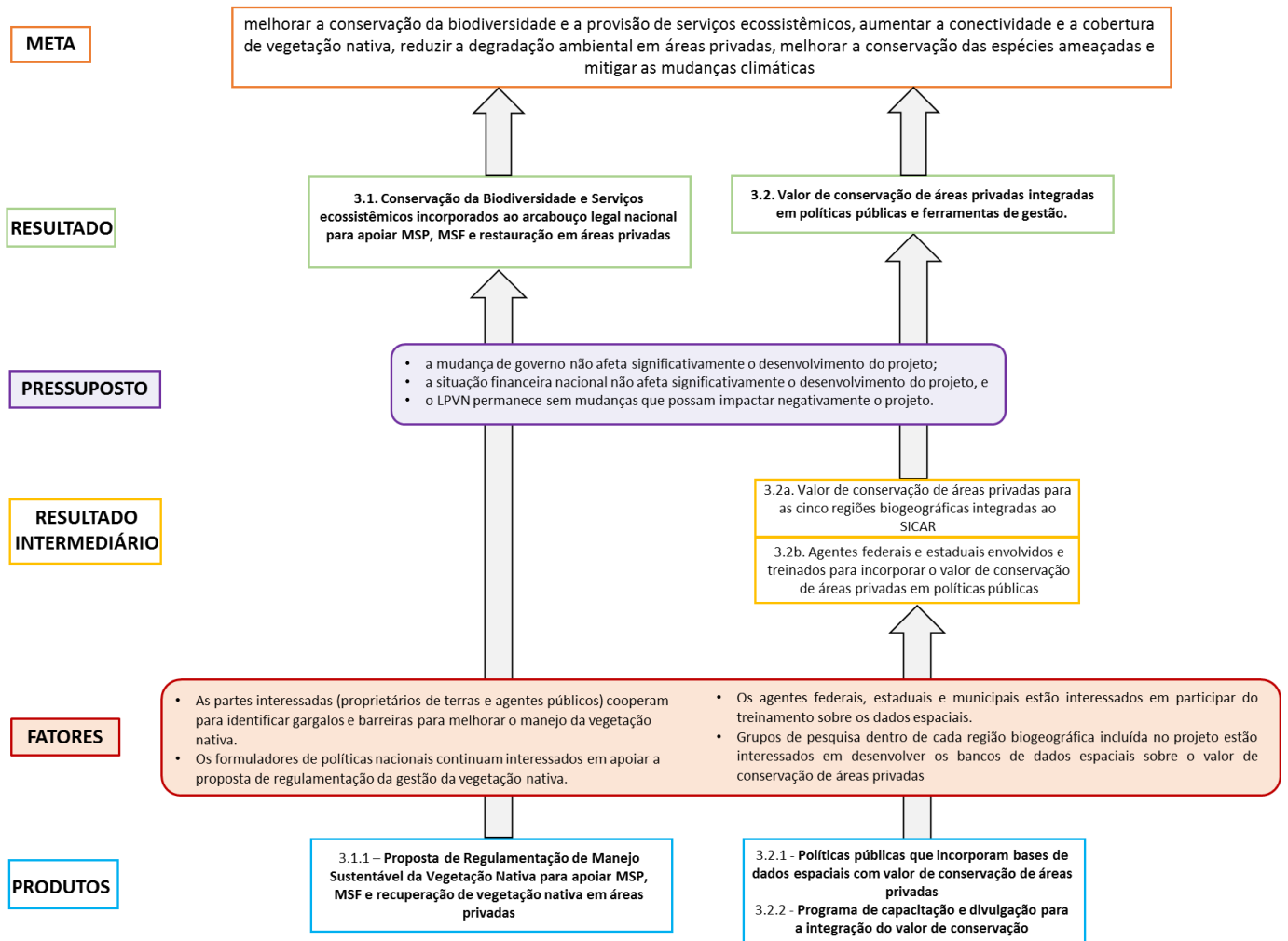


Figura 11. A Teoria da Mudança para o Componente 3. Apresenta o quadro lógico do projeto, mostrando como os produtos (caixas azuis claras) levam a resultados intermediários (caixas amarelas) e resultados (caixas verdes) e, finalmente, aos impactos esperados do projeto (caixa laranja), considerando os fatores (caixas vermelhas) e os pressupostos (caixas roxas).

Resultado 3.1: Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas

- 157.** O primeiro objetivo do componente 3 é esclarecer os procedimentos relacionados ao manejo sustentável da vegetação nativa em RLs, dada a ameaça indireta de **falta de regulação ambientalmente adequada para o manejo de vegetação nativa em áreas privadas** (ver Seção 2).
- 158.** Os **fatores** considerados aqui para alcançar o resultado 3.1 são: i) as partes interessadas (proprietários de terras e agentes públicos) cooperam para identificar obstáculos e barreiras para melhorar o manejo sustentável da vegetação nativa em RLs; e ii) os políticos nacionais estão interessados em apoiar a proposta de regulamentação de manejo sustentável da vegetação nativa.
- 159.** O primeiro passo para alcançar o Resultado 3.1 é avaliar os obstáculos **atuais quanto à aplicação de manejo de vegetação nativa sustentável em RLs considerando a conservação da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos**. As partes interessadas (agentes públicos, sociedade civil, proprietários rurais nas áreas piloto) serão contactadas e solicitadas a responder questionários desenvolvidos pela equipe do projeto (ver **Sub-Produto3.1.1.1**). Embora este resultado seja nacional, os obstáculos também serão acessados a partir dos questionários aplicados com as partes interessadas da área piloto do projeto da APA de São João, durante as oficinas sobre melhores práticas para MSP (Sub-Produto1.1.1.1), conduzidas na região. Esta será também uma maneira de ampliar as lições aprendidas de uma área piloto para um nível nacional de intervenção. Os questionários também incluirão aspectos legais e econômicos (com foco em custos de transação, por exemplo) dos regulamentos e uma avaliação adicional das dificuldades relacionadas à aplicação desses regulamentos. Uma vez que os obstáculos são levantados (128), o próximo estágio é buscar soluções através de um processo participativo (129 e 130). Este processo envolverá consulta (através de um workshop) de partes interessadas, como advogados, licenciadores e representantes de produtores. Em seguida, com base em um estudo aprofundado da legislação vigente e dos obstáculos avaliados, serão propostas soluções.
- 160.** O próximo passo imediato é fornecer uma proposta de **Regulamentação de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa que incorpore o valor de conservação** (131; **Sub-Produto3.1.1.2**). A proposta será validada com agentes federais e estaduais e ainda defendida pelos Ministérios (Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA e agências do Estado (132). O *advocacy* deve ser seguido por uma estratégia de disseminação que busca envolver as pessoas sobre o assunto (133). Uma vez que os subprodutos 3.1.1.1 e 3.1.1.2 sejam entregues, será alcançado o **Produto 3.1.1 - Proposta de Regulamentação de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa para apoiar MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas**.

Resultado 3.2: Valor de conservação de áreas privadas integradas em políticas públicas e ferramentas de gestão

- 161.** O segundo foco do Componente 3 visa lidar com **conhecimentos insuficientes sobre o valor de conservação em áreas privadas**, integrando o valor de conservação de áreas privadas em políticas e ferramentas públicas (Resultado 3.2). Para atingir esse objetivo, os tomadores de decisão e a sociedade civil precisam de dados de suporte e de ferramentas para a tomada de decisão relacionadas ao valor da biodiversidade da natureza em áreas privadas, que provavelmente serão muito heterogêneos, dado contextos socioecológicos particulares.
- 162.** Os **fatores** considerados para a realização deste resultado são: i) os grupos de pesquisa dentro de cada região biogeográfica incluída no projeto estão interessados em desenvolver os bancos de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas e ii) agentes federais, estaduais e municipais são interessados em participar do treinamento sobre os dados espaciais.
- 163.** No contexto do Resultado 3.2, **as bases de dados espaciais sobre o valor de conservação das áreas privadas serão produzidas para cinco regiões biogeográficas (Subproduto 3.2.1.1)**. Para gerar este banco de dados espacial, o primeiro passo será o mapeamento, articulação e envolvimento de instituições-chave e grupos de pesquisa dentro de cada região biogeográfica (134) para criar redes colaborativas (grupos de pesquisa que estudam biodiversidade em áreas privadas) em cada região biogeográfica (135). O projeto organizará uma oficina para cada região biogeográfica para reunir pesquisadores e formalizar as redes (total de cinco oficinas e cinco redes de síntese). Os dados coletados de cada grupo de pesquisa (dados ecológicos, sociais e econômicos) serão compilados em um banco de dados, e disponibilizados (136). Uma vez que o banco de dados esteja completo, os especialistas discutirão sobre uma segunda rodada de workshops sobre: i) dados que afetam o valor de conservação de áreas privadas (dados que devem ser considerados na modelagem) e ii) métodos de modelagem espacialmente explícitos. A análise resultará em um modelo preditivo de valor de conservação em área privada para cada região biogeográfica, que considerará os padrões apresentados pelos dados ambientais coletados no campo e os fatores socioeconômicos que mais influenciam o valor de conservação (137; 138; 139; 140; 140). Com este banco de dados espacial, será possível identificar quais áreas privadas contribuem mais para a conservação da biodiversidade. Os resultados serão validados pelos membros de cada rede de síntese (141). Uma vez validados, os bancos de dados espaciais que se referem ao valor de conservação de áreas privadas para cada região biogeográfica serão incluídos no SiCAR (gerenciado pelo Serviço Florestal Brasileiro) como um módulo específico (142), atingindo o **Resultado Intermediário 3.2a "Valor de Conservação de áreas privadas para cinco regiões biogeográficas integradas no SiCAR "**.
- 164.** No entanto, os agentes públicos precisam ser treinados sobre como acessar e manipular os bancos de dados produzidos. Para atingir esse objetivo, **diretrizes para capacitar agentes federais e estaduais para usar a base de dados espacial integrada no SiCAR serão estruturadas e divulgadas** (143; **Subproduto 3.2.1.2**).
- 165.** Então, o projeto irá identificar, engajar e treinar os principais interessados, melhor posicionados para incorporar as evidências produzidas nas políticas públicas. Além disso, os bancos de dados espaciais podem ser incorporados em outras políticas públicas, além do SiCAR, a fim de integrar o valor de conservação (por exemplo, estabelecimento de áreas prioritárias para a restauração da vegetação nativa,

no contexto da implementação do Planaveg). Neste contexto, o projeto desenvolverá um programa de **engajamento e treinamento para agentes federais e estaduais para incorporar o valor de conservação de áreas privadas em políticas públicas (Subproduto 3.2.2.1)**. Assim, os principais agentes federais e estaduais na posição de incorporar o banco de dados espacial serão identificados e treinados sobre como usar o banco de dados espacial (144; 145; 146). Posteriormente, será organizado um evento de compartilhamento de experiências sobre o uso da base de dados espacial (147), alcançando o **Resultado Intermediário 3.2b "Agentes federais e estaduais envolvidos e treinados para incorporar o valor de conservação de áreas privadas em políticas públicas"**. O objetivo é incorporar o valor de conservação de áreas privadas em pelo menos três políticas públicas até o final do projeto.

166. Finalmente, o projeto também desenvolverá **um programa internacional no qual serão divulgadas as experiências de manejo e melhoria do valor de conservação de áreas privadas (Subproduto 3.2.2.2)**. Desde o início do projeto, as colaborações internacionais serão realizadas para que possamos aprender com suas experiências, mas também divulgar as lições aprendidas com este projeto sobre como incorporar o valor de conservação de áreas privadas em sistemas governamentais (148 e 149). Uma estratégia de comunicação será projetada e desenvolverão materiais para divulgação (150 e 151).

3.4. Lógica de intervenção e principais pressupostos

167. O principal pilar para a conservação da biodiversidade no Brasil foi o estabelecimento de áreas protegidas governamentais, multipartidárias ou indígenas. Entretanto, aproximadamente 53% da cobertura vegetal restante encontra-se em áreas privadas, e esses remanescentes não foram reconhecidos como importantes para a conservação da biodiversidade. Portanto, o valor adicional do projeto para o Brasil é o reconhecimento das terras privadas como importantes para a conservação da biodiversidade e uso sustentável (em nível de paisagem).

168. A lógica de intervenção do projeto é baseada na abordagem dos principais pontos de intervenção do projeto, aqueles fatores, descritos no nosso modelo conceitual, com o maior potencial de alavancagem para alcançar o objetivo do projeto (ver a Subseção 3.1):

- (1) Pouco conhecimento sobre o valor de conservação em áreas privadas;
- (2) Assistência técnica insuficiente e falta de extensão rural focada em técnicas favoráveis ao meio ambiente;
- (3) Pouco conhecimento dos proprietários sobre técnicas favoráveis ao meio ambiente;
- (4) Consciência ambiental insuficiente;
- (5) Baixa demanda de produtos agrofloretais e não-madeireiros;
- (6) Cadeia limitada de produtos agrofloretais e não-madeireiros;
- (7) Falta de planejamento integrado da paisagem;
- (8) Incentivos econômicos insuficientes para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas;

- (9) Falta de regulação ambiental para a manejo de vegetação nativas em áreas privadas; e
- (10) Baixa conformidade com a legislação ambiental vigente.

169. Esses fatores serão abordados através das estratégias definidas em oficinas com diferentes atores-chave e tomadores de decisão, de modo que a cobertura da vegetação nativa em áreas privadas se torne um outro pilar para a conservação da biodiversidade no país (ver Subseção 3.1 e Figura 6). A partir dessas estratégias, derivarão as atividades e resultados que compõem os três componentes do projeto acima mencionados, para que o objetivo do projeto possa ser alcançado (ver seção 3.3).

170. Alcançar os resultados do projeto e garantir a sustentabilidade do projeto se tornará realidade devido à sua interdisciplinaridade e à abordagem participativa *bottom-up*. À medida que as questões ambientais brasileiras, especialmente em relação à conservação em áreas privadas, se relacionarem com um sistema socioeconômico multifacetado, o presente projeto será interdisciplinar.

171. Além disso, é essencial considerar os atores-chave de diferentes esferas para que o projeto seja efetivo e bem-sucedido. Este projeto tem essa necessidade já que atuará em campo em duas áreas piloto com diferentes realidades, mas com a demanda comum de conservação ou recuperação da vegetação nativa. A conservação fora das áreas públicas protegidas é pouco desenvolvida e divulgada no país, de modo que sua implementação requer um grande debate sobre como ela deve ser feita. A restauração em larga escala é um desafio, não apenas no nível nacional, mas também global. O Brasil tem como meta recuperar a vegetação nativa de mais de 12 milhões de hectares (ver a seção 2.4), e os exemplos regionais bem-sucedidos de recuperação da vegetação nativa são vitais para demonstrar a viabilidade desse alvo. A circulação de estudos bem-sucedidos que mostram como conciliar o aumento da produtividade agrícola com a conservação ou restauração da biodiversidade é vital. Assim, o projeto abrange uma variedade de abordagens para incorporar a conservação ou restauração da biodiversidade e a provisão de serviços de ecossistêmicos no manejo de propriedades rurais.

172. Os principais pressupostos - as condições externas necessárias para que os resultados do projeto conduzam a resultados esperados além do projeto, sobre os quais o este não tem controle - são: i) a LPVN permanece sem mudanças que possam impactar negativamente o Projeto; ii) a troca de funcionários do governo não impacta significativamente o desenvolvimento do Projeto; iii) a situação financeira local, regional e nacional não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto; iv) limites geográficos das APAs (áreas piloto) não são alterados; e v) baixa estrutura socioambiental dos municípios nas áreas piloto não interfere no desenvolvimento das atividades do Projeto.

3.5. Análise de risco e medidas de gerenciamento de riscos

173. Como o projeto depende da implementação de leis ambientais (por exemplo, LPVN) e interesse/participação de terceiros (por exemplo, agricultores), existem alguns riscos para alcançar os resultados do projeto. Estes riscos podem ser atenuados através de várias ações (tabela 4). Uma vez que

o projeto foi desenvolvido através de um processo participativo com diferentes atores-chave (*ver as subseções 2.5*), a maioria dos riscos são baixos (Tabela 4).

Risco	Avaliação (baixo, médio ou alto)	Mitigação
Os atores-chave das áreas piloto não se envolvem em atividades do projeto.	Baixo	Para evitar o não envolvimento, o projeto será conduzido em uma estratégia <i>bottom-up</i> para que os atores-chave estejam envolvidos nas tomadas de decisão. Durante a fase de preparação do Projeto, foram realizadas oficinas em ambas as áreas-piloto, e os contatos com as associações locais, governos estaduais e municipais foram feitos e mantidos. Além disso, os projetos previram eventos e atividades, como conscientização e treinamento entre os proprietários de terras para mitigar o risco de não envolvimento.
Não cumprimento dos proprietários com a LPVN	Médio	Embora a LPVN já esteja em vigor, os proprietários envolvidos no projeto (dentro da área piloto da Mata Atlântica) podem arriscar-se a não cumprir esta lei. Na área piloto, o objetivo principal é apoiar a recuperação florestal para que os proprietários de terras cumpram a LPVN. O processo de cumprimento da lei será acelerado uma vez que o projeto terá atividades para validação do CAR e iniciação do PRA. Uma vez que o CAR seja validado, os proprietários da APA de São João podem implementar PRA e começar a recuperar a vegetação nativa em suas terras. Por isso, o risco de não conformidade nesta região é minimizado. No entanto, em outras regiões do Brasil, esse risco é médio, porque será mitigado somente após a divulgação das lições aprendidas nesta área piloto.

Não validação do CAR nos próximos anos	Alto	Os governos estaduais são responsáveis pela validação do CAR. Embora o risco de não validação do CAR para todo o território seja alto, esse risco é reduzido na APA de São João, onde a validação é mais essencial para o desenvolvimento do projeto. Como mencionado acima, na APA de São João, o projeto apoiará a validação do CAR, então esse risco é mitigado nesta região. A APA de Pouso Alto (ver subseção 2.7) está promovendo CAR e, conseqüentemente, habilitando a validação posteriormente, de modo que o risco de não validação seja reduzido. Portanto, embora os riscos sejam elevados para o território nacional, nossas estratégias de mitigação os reduzem para as duas áreas piloto.
Estabelecimento ineficiente de PRAs pelos governos estaduais	Médio	À medida que a equipe do projeto está em contato direto com o Serviço Florestal Brasileiro, que é responsável por apoiar e monitorar tecnicamente as PRAs nos estados, o risco de implementação de PRA ineficiente é mitigado. Além disso, esse risco também é atenuado por algumas atividades do projeto, como a conscientização dos proprietários de terras e o treinamento de agentes de extensão, com foco na conformidade com a LPVN (que inclui implementação de PRA), apoiando validação de CAR e iniciação de PRA, desenvolvendo pacotes de incentivo para conservação de vegetação nativa e recuperação.
Mecanismos de incentivo à conservação e recuperação da vegetação nativa não são implementados	Baixo	Esse risco será atenuado pelo projeto através de várias ações. Alguns incentivos já foram estudados e discutidos com os atores-chave das áreas piloto ao longo da preparação do projeto. Além disso, serão realizadas consultas adicionais com esses atores-chave locais para determinar quais os incentivos são mais viáveis e aceitos. Finalmente, serão avaliadas as razões pelas quais alguns mecanismos de incentivo implementados na região tiveram ou não sucesso.

O acordo com as empresas do setor florestal não está assinado	Baixo	A FBDS já informou e consultou os principais representantes do setor florestal (por exemplo, presidente do Ibá) sobre esse acordo, e estes últimos manifestaram interesse em assinar. A FBDS continuará a interagir com esses representantes, a fim de minimizar o risco de o contrato não ser assinado.
Os órgãos de regulamentação não incorporam propostas de bases de dados espaciais e mudanças nos regulamentos	Médio	Durante a fase de desenvolvimento do projeto, a equipe estabeleceu várias reuniões com agências de regulação (por exemplo, Serviço Florestal Brasileiro) para envolvê-los no projeto. Além disso, o projeto planeja desenvolver uma estratégia de <i>advocacy</i> para minimizar o risco de tais órgãos não incorporarem propostas de projetos.
O grupo de pesquisa não disponibiliza bases de dados para a modelagem espacial quanto ao valor da biodiversidade	Baixo	A equipe do projeto tem articulado com pesquisadores para formar um grupo de síntese para a Mata Atlântica e o Cerrado. A formação de tais grupos deve incentivar os pesquisadores das outras regiões biogeográficas a formar seus respectivos grupos de pesquisa e mitigar o risco de que bancos de dados não estejam disponíveis para modelagem espacial em relação ao valor de conservação.
Algumas estratégias do plano de manejo da APA de Pouso Alto não são implementadas em todos os municípios da APA	Alto	A APA Pouso Alto tem uma grande variedade de proprietários rurais, de pequenos a grandes. As atividades a serem implementadas no projeto (e com base no plano de manejo) dificilmente serão completamente implementadas em todos os municípios da APA. Portanto, o projeto se concentrará no município de Alto Paraíso (o único município cuja área está completamente dentro da APA e onde o potencial turístico é melhor desenvolvido), mas certas estratégias podem ser focadas em outros municípios. Assim, pode haver um equilíbrio entre risco estratégico e eficácia. Além disso, durante o desenvolvimento e execução do projeto, as lições aprendidas com outros e deste projeto serão consideradas para assegurar a efetividade e replicabilidade em outros municípios.

Os proprietários rurais não melhoram a conservação da biodiversidade em suas propriedades	Médio	O projeto conduzirá atividades que aumentarão a conscientização dos proprietários (abordagem <i>bottom-up</i>) para que reconheçam o valor da biodiversidade e serviços ecossistêmicos e compreendam práticas que conciliem a conservação da biodiversidade com a produção agrícola. Além disso, os agentes de extensão serão treinados sobre como ajudar os proprietários a conseguir isso. Pacotes de incentivo para a conservação ou recuperação da vegetação nativa serão negociados com bancos para que eles estejam disponíveis para proprietários. Finalmente, as lições aprendidas e os exemplos nas áreas piloto fornecerão provas dos benefícios econômicos e ambientais da conservação, que devem minimizar o risco de os proprietários não melhorarem a conservação da biodiversidade nas outras regiões biogeográficas no Brasil.
Os proprietários rurais não dão acesso às suas propriedades	Baixo	Conforme mencionado acima, haverá várias atividades voltadas para a conscientização dos proprietários de terras, que serão executadas junto com organizações que estiveram em contato com esses proprietários nas áreas piloto por muitos anos, o que irá mitigar o risco deles não permitirem o acesso a suas propriedades.
Baixa replicação, sustentabilidade e ampliação do projeto	Baixo	Existe uma estratégia específica no projeto para divulgar sistematicamente as lições aprendidas para que elas possam ser repetidas e ampliadas em outros lugares. Além disso, uma vez que as estratégias principais, como a melhoria das regulamentações (por exemplo, manejo florestal sustentável), treinamento de atores-chave (por exemplo, proprietários de terras e agentes de extensão) e desenvolvimento de mecanismos de incentivo são implementados, tornam-se autossustentáveis.
Mudanças climáticas e eventos climáticos extremos afetam negativamente a	Alto	O projeto considera possíveis mudanças e variações climáticas em suas estratégias, a fim de torná-las mais resilientes, além de mitigar esses efeitos. Por exemplo, a seleção das espécies a serem utilizadas

implementação do projeto, SLM, SFM e recuperação da vegetação nativa e conservação da biodiversidade

nas iniciativas de restauração levará em consideração a vulnerabilidade de cada espécie às mudanças climáticas. Na APA de Pouso Alto, os programas de educação e treinamento ambiental prestarão especial atenção às medidas de adaptação ao clima, incluindo técnicas aprimoradas de gerenciamento de incêndio e gerenciamento de recursos hídricos. Além disso, a implementação do projeto nas práticas do solo (como as Unidades Demonstrativas) e todos os esforços de conscientização, treinamento e capacitação considerará práticas que contribuam para reduzir as emissões de GEE, além de aumentar a resiliência do clima através de uma agricultura inteligente e ecologicamente correta e adaptação baseada em resiliência. Finalmente, as regiões potencialmente específicas para atuar como refúgios climáticos no contexto das mudanças climáticas serão consideradas no desenvolvimento das bases de dados do valor de conservação das propriedades privadas.

3.6. Coerência com as prioridades ou planos nacionais

174. O projeto é consistente com estratégias, planos e políticas nacionais voltadas para a conservação, uso sustentável e restauração da biodiversidade.

175. No âmbito do atual Quadro das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (UNDAF), o projeto está alinhado com o eixo "Manejo sustentável dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras" e mais especificamente com os seguintes Resultados esperados:

2.1 Modelos de governança participativa do manejo sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos.

2.2 Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para o manejo sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos e a luta contra as mudanças climáticas e seus efeitos adversos.

176. A ONU Meio Ambiente participará no desenvolvimento do próximo período do UNDAF e avaliará os resultados dos projetos e avançará em relação a esse processo durante a implementação do projeto.

177. Ao implementar o MSP, o MSF e a recuperação da vegetação nativa em áreas privadas na APA de São João (área KBA no Estado do Rio de Janeiro, Resultado 1.1), **o projeto se alinha ao Proveg, LPVN,**

Bonn Challenge, Iniciativa 20x20, NBSAP e NDC. Além disso, é consistente com o **Plano ABC** no contexto da recuperação de pastagens, da adoção de sistemas integrados agricultura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais, plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, reflorestamento e tratamento de resíduos. Finalmente, contribui para atingir o **Objetivo Nacional de Biodiversidade 7** ("até 2020, a incorporação de práticas de manejo sustentável é disseminada e promovida na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, atividades extrativistas e manejo de floresta e fauna, garantindo a conservação da biodiversidade"), a **Meta 8** ("até 2020, a poluição, incluindo o excesso de nutrientes, foi levada a níveis que não prejudicam a função e a biodiversidade do ecossistema"), **Meta 14** ("até 2020, os ecossistemas que prestam serviços essenciais, incluindo serviços relacionados à água, e contribuem para a saúde, os meios de subsistência e o bem-estar, são restaurados e salvaguardados, levando em consideração as necessidades das mulheres, dos povos e comunidades tradicionais, dos povos indígenas e das comunidades locais, e dos pobres e vulneráveis") e da **Meta 15** ("até 2020, a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para os estoques de carbono são aprimorados através de ações de conservação e restauração, incluindo restauração de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando os biomas, regiões hidrográficas e ecorregiões mais degradados, contribuindo assim para mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para combater a desertificação").

178. As atividades focadas na implementação de ações de conservação do plano de manejo da APA de Pouso Alto em áreas privadas (Resultado 1.2), como educação ambiental, criação de RPPNs e parcerias com universidades e instituições para monitorar espécies ameaçadas, estão em linha com a Política Nacional de Meio Ambiente, dado seus princípios (proteção de áreas sob risco de degradação, educação ambiental), objetivos (circulação de informações ambientais e aumento de conscientização sobre a necessidade de preservar a qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico) e instrumentos (áreas protegidas, sistema de informação sobre o meio ambiente e instrumentos econômicos); o **Programa Pro-Espécies; o SiBBr;** e o EPANB. Além disso, todas as atividades estão alinhadas e complementam o Plano de Ação para Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios no Cerrado (PPCerrado), já que esta iniciativa visa reduzir o desmatamento nesta região biogeográfica e as consequentes emissões de GEE por monitoramento, planejamento paisagístico e desenvolvimento de manejo sustentável. As atividades do projeto também contribuem para atingir o **Objetivo Nacional de Biodiversidade 1** ("até o ano 2020, pelo menos, os brasileiros estarão conscientes dos valores da biodiversidade e as medidas que podem tomar para conservá-lo e usá-lo de forma sustentável"), **Meta 11** ("até 2020, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos outros biomas terrestres e 10% das áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de particular importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, serão conservadas através de áreas protegidas previstas na Lei SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, RLs e reservas indígenas com vegetação nativa, garantindo e respeitando a demarcação, regularização e gerenciamento efetivo e equitativo, de modo a garantir a interconexão, integração e representação ecológica em paisagens mais amplas e paisagens marinhas"), **Meta 12** ("até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será significativamente reduzido, tendendo para zero, e seu status de conservação, particularmente dos mais em declínio, será melhorado"), e o **Meta 19** ("até 2020, a base científica e as tecnologias necessárias para aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências, e as consequências de sua perda, serão melhoradas e compartilhadas e o uso sustentável da biodiversidade, bem como a geração de tecnologia e inovação baseadas na biodiversidade

serão apoiados, devidamente transferidos e aplicados; até 2017, a compilação completa dos registros existentes sobre fauna, flora e microbiota aquáticas e terrestres será finalizada e disponibilizada através de bases de dados de acesso aberto e permanente, com especificidades salvaguardadas, com o objetivo de identificar lacunas de conhecimento relacionadas a regiões biogeográficas e grupos taxonômicos".

179. O desenvolvimento e a melhoria dos esquemas de incentivos para MSP, MSF, e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas (Resultado 1.3) é consistente com EPANB, NDC, **Bonn Challenge, LPVN, Política Nacional de Meio Ambiente (instrumentos econômicos) e Proveg** por promover conformidade das propriedades rurais com a legislação ambiental, visar a priorização espacial de áreas com potencial de conservação ou recuperação e na identificação de um pacote de incentivos econômicos para a conservação de tais áreas. Além disso, complementa e está alinhado com o ENREDD +, pois contribuirá com incentivos à redução do desmatamento, manejo sustentável melhorado e recuperação florestal. Esses esquemas de incentivo apoiam o **Objetivo Nacional de Biodiversidade 3** ("até o ano de 2020, no mais tardar, os incentivos prejudiciais à biodiversidade, incluindo os chamados subsídios perversos, serão eliminados ou reformados para minimizar os impactos negativos, incentivos positivos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade será desenvolvido e aplicado, consistente e em harmonia com a CDB, levando em consideração as condições socioeconômicas nacionais e regionais").

180. A incorporação de inventário de biodiversidade e dados de monitoramento em áreas privadas das empresas do setor florestal em relatórios nacionais no âmbito da CBD (Resultado 2.1) está alinhada com o SiBBr, com os **Objetivos Nacionais de Biodiversidade 7 e 19** e os objetivos (circulação de dados ambientais) e instrumentos (sistema nacional de informação ambiental) da **Política Nacional de Meio Ambiente**.

181. A ampla divulgação e a defesa da proposta da Regulamentação do Manejo Sustentável da Vegetação Nativa para apoiar a recuperação da vegetação natural, MSF e vegetação nativa em áreas privadas para os principais interessados (Resultado 3.1) aumentam o manejo sustentável das Reservas Legais e outras florestas, de domínio público ou privado, previsto na **LPVN**, contribuindo para o **Objetivo Nacional de Biodiversidade 7**.

182. A consideração do valor da biodiversidade nas ferramentas governamentais de gestão relacionadas à aplicação da LPVN e outras políticas (Resultado 3.2) aumentam o cumprimento dessa lei ao aprimorar a implementação do SiCAR e PRAs. Também contribui para a consecução do Objetivo Nacional de Biodiversidade 2 ("até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, os valores da geo-diversidade e os valores de sócio diversidade foram integrados nas estratégias nacionais de desenvolvimento local, de redução da pobreza e redução da desigualdade, e estão sendo incorporados na contabilidade nacional, conforme apropriado, e nos procedimentos de planejamento e sistemas de relatórios").

3.7. Razão do custo incremental

183. O apoio financeiro incremental do GEF é necessário para garantir que os esforços em escala piloto e em níveis nacionais se concentrem na realização do potencial de conservação da biodiversidade de terras privadas no Brasil. Os esforços atuais, embora substanciais, não têm esse objetivo como um foco, e o

suporte incremental que será canalizado através **deste projeto que ajudará a superar as principais barreiras e ajudará a desbloquear o potencial substancial das terras privadas (que hospedam 53% dos remanescentes de vegetação nativa no Brasil) para conservar a biodiversidade** (ver *Apêndice 3*).

- 184.** A situação atual nas regiões piloto ajuda a compreender o raciocínio dos custos incrementais do projeto. Na APA de São João, espera-se um esforço muito limitado em termos de conformidade com a LPVN através de esforços de restauração. Mesmo esses esforços limitados provavelmente não serão desenvolvidos com inteligência espacial, e dessa forma não serão desenvolvidos garantindo um manejo sustentável da propriedade e da paisagem. Ao criar as condições de habilitação para uma restauração econômica e desenvolver planos de MSP (incluindo planos de restauração detalhados) que sejam juridicamente vinculativos, o projeto alcançará substancial adição em relação à linha de base. Na APA de Pouso Alto, a implementação do plano de manejo é dificultada por barreiras chave, incluindo um baixo nível de aceitação de proprietários. Ao usar as melhores práticas e garantir o envolvimento dos atores-chave para realizar atividades de conservação da biodiversidade em áreas privadas dentro desta APA, o projeto contribuirá para a melhoria, aceitação e implementação efetiva do plano de manejo da APA. Em conjunto, esses esforços em escala de pilotos, através das lições aprendidas, aumentarão o desempenho incremental em nível nacional.
- 185.** O setor florestal possui 5 milhões de hectares de áreas cobertas por vegetação nativa (além de 7 milhões de hectares de áreas de produção, principalmente de eucaliptos exóticos). Essas áreas não são manejadas ativamente, e tampouco são ativamente conservadas. As empresas fazem algum monitoramento da biodiversidade em algumas regiões, mas há uma falta de coordenação entre as empresas florestais que comprometem a sistematização de dados de biodiversidade em suas terras e a integração de tais dados com políticas públicas e metas nacionais. Crucialmente, não há inteligência espacial para seus esforços de conservação ou restauração. O papel do projeto na síntese de seus dados de monitoramento atuais, o co-desenvolvimento de protocolos aprimorados e diretrizes de manejo e, em particular, na identificação de suas áreas de maior valor de conservação, melhorará a segmentação dos esforços e resultados de conservação resultantes. Também permitirá ao governo nacional incorporar essas áreas em relatórios nacionais no âmbito da CBD. Esta contribuição incremental também servirá como um modelo para a integração de esforços de conservação de outros setores para aqueles de instituições públicas.
- 186.** Os esforços nacionais para o desenvolvimento de um sistema para implementar regulamentos de uso privado da terra já atingiram centenas de milhões de USD (ver *Apêndice 12*). Além disso, os esforços de restauração são estimados em dezenas de bilhões de USD (Instituto Escolhas, 2016). Mas esses esforços não têm foco específico na conservação da biodiversidade. Alguns dos regulamentos de conservação *top-down* estão dificultando o manejo sustentável da vegetação nativa na prática (ver seção 2.3.2), de modo que o potencial de conservação das terras privadas não é abordado apropriadamente. Os esforços incrementados fornecidos por este projeto (por exemplo, promover o conhecimento sobre as técnicas de MSF e os regulamentos de refinação relacionados ao MSF em RLs), decorrentes das lições e experiência dos pilotos, mudarão essa linha de base para uma situação em que a conservação da biodiversidade seja adequadamente integrada à governança do uso de terras privadas. Como as terras privadas cobrem 53% da vegetação natural restante no Brasil, o impacto incremental dessa transição será substancial.

3.8. Sustentabilidade

- 187.** Uma vez que o projeto é construído de forma **a combinar atividades com abordagens *bottom up* e *top down*** focadas na capacitação, ele promove a sustentabilidade. As atividades do projeto se concentram em melhorar as capacidades para planejar e implementar políticas de conservação e manejo sustentável integrado em áreas privadas que compõem 88 milhões de hectares no Brasil nas cinco regiões biogeográficas analisadas. O projeto integrará a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos nos quadros regulatórios nacionais para apoiar o manejo sustentável de tais áreas. Essas atividades serão realizadas com o envolvimento de instituições públicas com competência legal sobre o assunto.
- 188.** A sustentabilidade do projeto é assegurada pela contribuição dos parceiros de co-financiamento (Serviço Florestal Brasileiro, Instituto Internacional de Sustentabilidade, Estado de Goiás, Ministério do Meio Ambiente). Essas instituições estão empenhadas em compartilhar seus recursos financeiros e humanos em esforços concertados com o objetivo comum de manter atividades de fortalecimento da conservação da biodiversidade em áreas privadas. No que diz respeito à sustentabilidade financeira do projeto, também provavelmente irá desencadear recursos complementares para ajudar a consolidar resultados e definir atividades futuras. Através de alianças com os principais atores-chave e uma grande variedade de outras instituições relevantes, incluindo as principais universidades e instituições de pesquisa no Brasil, ONGs, organizações de extensão e setor privado, o projeto garante a continuação além de sua duração.
- 189.** Após a conclusão do projeto, o sucesso do mesmo requer acompanhamento, assegurado, por exemplo, por meio de um acordo implícito com as empresas do setor florestal. O acordo setorial com as empresas do setor florestal para o manejo sustentável da paisagem em áreas privadas é, por si só, uma expressão de vontade de mudança do setor com ramificações e benefícios a longo prazo. Este acordo será iniciado durante o projeto e continuará para além da duração do projeto. O protocolo de monitoramento será adotado pelo setor e será usado para melhorar a avaliação da biodiversidade e priorizar a restauração em nível nacional.
- 190.** A melhoria do sistema nacional de áreas protegidas é assegurada além do projeto. O objetivo geral do projeto é ampliar o manejo sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil. Para este fim, os parceiros envolvidos no projeto, principalmente autoridades nacionais como o MMA, têm o mandato de incluir os resultados do projeto em políticas públicas para manter o objetivo do projeto além da sua duração. Além disso, outros parceiros do projeto, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) contribuirão, promovendo a implementação do aspecto ambiental do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas. Além disso, a UICN, que atua para espalhar esforços de conservação em todo o mundo, promoverá a disseminação internacional dos resultados dos projetos e sua visibilidade.

- 191.** Como o Brasil faz parte das principais avaliações internacionais de biodiversidade realizadas pela CBD e pela Plataforma Intergovernamental de Ciência e Política sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas, este projeto contribuirá diretamente para a melhoria de guias, avaliações, monitoramento e mobilização de recursos para a conservação da biodiversidade. As bases de dados espaciais, a análise de priorização e os protocolos desenvolvidos no projeto ajudarão a aumentar a conservação da biodiversidade. A priorização a longo prazo ajudará a definir os custos das estratégias identificadas para incorporar considerações sobre a biodiversidade nas políticas públicas relativas ao uso privado da terra. As lições aprendidas serão divulgadas tanto em nível nacional como internacional.
- 192.** A sustentabilidade do projeto também será possível devido à sua abordagem *bottom-up* participativa e interdisciplinar. A conservação em áreas privadas no Brasil pode ser considerada um sistema socioeconômico complexo que requer um envolvimento cuidadoso de uma série de atores-chave para construir uma rede funcional a longo prazo. A restauração em larga escala é um desafio, não só em nível nacional, mas também na escala global. O Brasil tem como objetivo recuperar a vegetação nativa de mais de 12 milhões de hectares, e exemplos regionais bem-sucedidos são vitais para demonstrar a viabilidade da expansão da recuperação da vegetação nativa. A circulação de estudos de caso bem sucedidos também é crucial para mostrar como reconciliar a recuperação da vegetação nativa com o aumento da produtividade agrícola. O projeto abrange uma série de abordagens para integrar a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas. As UDs fornecerão casos de sucesso que são primordiais para uma visão participativa *bottom-up* da sustentabilidade. As lições aprendidas com as UDs serão sistematizadas e amplamente divulgadas através de plataformas online, bem como outros meios dependendo do público-alvo. As lições sistemáticas aprendidas com o piloto também apoiarão as políticas nacionais, de modo que o projeto se torne holístico.
- 193.** Finalmente, este projeto fornece os passos para atividades de médio a longo prazo que apoiam um sistema nacional completo de conservação em áreas privadas que podem servir de modelo para sistemas internacionais de conservação.

3.9. Replicação

- 194.** O projeto foi projetado desde o início para desenvolver ferramentas, regulamentações e incentivos para incorporar o valor de conservação em terras privadas no Brasil, o que corresponde a 53% da vegetação natural restante do Brasil. O potencial de replicação dos pilotos e o acordo com o setor florestal são, portanto, substanciais e podem ser medidos em dezenas de milhões de hectares. Este potencial de replicação é catalisado pelo desenvolvimento e integração dessas ferramentas, regulamentações e incentivos à escala nacional, que promoverão as condições sistêmicas necessárias para as atividades dos pilotos de conservação em áreas privadas a serem replicadas.
- 195.** O projeto é desenvolvido em escala nacional e tem uma abordagem *bottom-up*. A replicação do projeto será baseada na sistematização dos resultados do projeto, na disseminação das lições aprendidas sobre a implementação de UDs, bem como na facilitação do acesso ao crédito e incentivos à conservação da vegetação nativa e implementação de protocolos de monitoramento com as empresas do setor florestal.

Isso proporcionará potencial de ampliar o intercâmbio de "know-how" com outros países com uma biodiversidade rica em áreas privadas. A integração de áreas privadas no sistema nacional de conservação, tal como realizado pelo projeto, servirá de modelo para outros países.

- 196.** No nível nacional, este projeto contribuirá para a replicação de boas práticas agrícolas, modelos de restauração aprimorados e modelos de priorização para restauração em áreas-chave para a biodiversidade enquanto libera terra com o melhor potencial agrícola para agricultura. A implementação será coordenada conjuntamente pelas Associações de Agricultores, ONGs e autoridades locais. Esperamos "efeito de bola de neve" na área de implementação de UDs, como observado anteriormente com projetos semelhantes (por exemplo, Latawiec et al., 2017). À medida que as UDs estão em *hotspot* de biodiversidade, a probabilidade de se replicar em áreas de biodiversidade chave e provisão de serviços ecossistêmicos é alta.
- 197.** O acordo setorial, as diretrizes para o manejo sustentável da vegetação nativa em RLs, o modelo de prioridade espacial para a restauração da vegetação nativa, a base de dados espacial com valor de conservação e os pacotes de incentivos desenvolvidos servirão para basear um sistema nacional que gerenciará os 88 milhões de hectares de APPs e RLs nas cinco regiões biogeográficas que se concentram neste projeto. Esse sistema também pode fornecer insumos para o manejo de áreas privadas na Amazônia. A implementação será promovida pelo setor privado, ONGs e Associações de Agricultores nas cinco regiões respectivas.
- 198.** O projeto visa a mudança sistêmica em muitos níveis, o que se traduz em alto potencial de replicação. Através de uma melhor regulamentação, diretrizes de manejo, novos esquemas de incentivo, aplicação dos pilotos e acordos setoriais, o projeto servirá de base para uma mudança de paradigma na contabilização da biodiversidade e serviços ecossistêmicos em terras privadas (88 milhões de hectares em 5 biomas, além da Amazônia) e um novo sistema nacional que criará e promoverá o "terceiro pilar da conservação".
- 199.** Como os resultados do projeto serão amplamente divulgados, eles estarão disponíveis para replicação. As lições aprendidas com a implementação das UDs, avaliações de monitoramento, processo de acordo setorial e modelagem de prioridades serão vitais para os atores-chave em outros lugares que participem de processos similares e almejam desenvolver seu terceiro pilar de conservação da biodiversidade.
- 200.** Como o projeto é construído de forma holística, em que a abordagem participativa das UDs está vinculada a iniciativas políticas de escala nacional em geral, onde quadros regulatórios e planejamento estratégico desempenham seu papel fundamental e de longo prazo, o projeto pode servir como modelo não só para projetos de alcance semelhante, mas também para outros projetos do GEF em outras partes do mundo. Com base nos novos sistemas de integração para conservação da biodiversidade aqui propostos, existe uma possibilidade de replicação em outras regiões do mundo para aumentar a conservação da biodiversidade globalmente.

3.10. A conscientização pública, a comunicação e a estratégia de integração

- 201.** Uma das estratégias deste projeto é aumentar a consciência da sociedade sobre a importância do valor de conservação das áreas privadas. Portanto, todas as estratégias do projeto foram pensadas e desenvolvidas com foco nos diferentes atores-chave identificados na subseção *Mapeamento e análise de atores-chave*, como proprietários de terras, agentes de extensão, tomadores de decisão a nível federal, estadual e municipal, sociedade civil, líderes comunitários, instituições de pesquisa. Uma vez que o envolvimento desses atores-chave interessados é primordial para alcançar os resultados do projeto, será encorajado através de práticas educativas socioambientais colaborativas - um processo de aprendizagem social para benefícios mútuos - onde os princípios orientadores terão envolvimento ativo, consulta e acesso irrestrito à participação.
- 202.** A implementação das estratégias começará com a criação de redes com projetos similares ao GEF, bem como com outras instituições e projetos em todo o mundo que abordem o mesmo tópico. Isso vai durar a primeira metade do projeto, quando serão realizados workshops e reuniões para compartilhamento de experiências.
- 203.** Espera-se que as atividades de conscientização atinjam as necessidades específicas de cada público-alvo e incentivem práticas associativas. Neste contexto, os atores-chave foram previamente identificados nas oficinas e reuniões que ocorreram durante a preparação do projeto. Esses eventos também permitiram a coleta das principais expectativas dos principais interessados que basearam alguns resultados do projeto e a abordagem que deveria ser adotada para cada um deles. As estratégias de conscientização serão implementadas através de workshops, reuniões, entrevistas e grupos focais com principais interessados e grupos específicos, com foco na mudança de comportamento em relação ao reconhecimento da contribuição de áreas privadas para conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos.
- 204.** O segundo passo para garantir a efetividade das atividades propostas no projeto é a mobilização (*mainstreaming*) dos principais interessados, de modo que participem ativamente do planejamento para alcançar os objetivos de cada Componente (detalhadamente na subseção *Componentes do Projeto e resultados esperados*), por exemplo:
- (1) Componente 1** - implementação de UD's, capacitação de agentes extensionistas e proprietários de terras, implementação do Programa de Educação Ambiental e criação de redes de conservação. *Estratégias de abordagem e comunicação:* diversos itens de mídia (brochuras, publicações, artigos científicos) serão disponibilizados para conscientizar e orientar os agentes ambientais, os proprietários rurais e a comunidade em geral sobre as ações em curso e os resultados alcançados nas áreas piloto (Mata Atlântica e Cerrado). O curso de treinamento de agentes de extensão será dividido em módulos com livros didáticos para aulas teóricas e visitas constantes as UD's para aulas práticas. Para ampliar o treinamento, o projeto produzirá manuais e leituras de vídeo que ajudarão técnicos treinados a divulgar conhecimentos aprendidos a outros técnicos da região. O Programa de Educação Ambiental usará dinâmicas integradas e um planejamento participativo para que os atores-chave reconheçam o valor da biodiversidade local e dos serviços ecossistêmicos.

(2) Componente 2 - estabelecimento do acordo com as empresas do setor florestal, melhoria de um protocolo de monitoramento da biodiversidade, identificação de áreas prioritárias para restauração e sistematização de dados de biodiversidade. *Estratégias de abordagem e comunicação*: haverá workshops e reuniões envolvendo empresas florestais e órgãos ambientais governamentais para melhorar e padronizar protocolos de monitoramento da biodiversidade alinhando as expectativas sobre os recursos dos dados monitorados e a capacidade de monitoramento das empresas.

(3) Componente 3 - criação de regulação para melhorar o manejo da vegetação nativa em RLs, desenvolvimento de bases de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas a serem adicionadas no SiCAR, treinamento de agentes federais e estaduais para usar as bases de dados espaciais e replicação das ações do projeto em outras regiões biogeográficas. *Estratégias de aproximação e comunicação*: os meios de comunicação, como brochuras e publicações, focados na comunidade, agentes ambientais e proprietários rurais, serão produzidos para divulgar ações e resultados alcançados no projeto. A replicação em larga escala de ações-piloto (Componente 1) acontecerá através da visita de agentes públicos estaduais e proprietários de terras para áreas piloto. As lições aprendidas nos pilotos, divulgadas através de publicações e folhetos, ajudarão os estados e municípios em cada região biogeográfica a melhorar planos e programas em andamento ao reconciliar a conservação da biodiversidade e a agricultura. Publicações específicas (artigos científicos) também serão produzidas sobre esse tópico.

205. Ao longo do projeto, haverá eventos com vários atores-chave principais para manter o alinhamento das ações com os resultados e as expectativas dos interessados. No final do projeto, todos os resultados alcançados serão apresentados em um evento de encerramento em que os principais atores-chave envolvidos nas diferentes etapas e frentes do projeto serão convidados a participar e contribuir com suas impressões e avaliações.

206. O material de comunicação e divulgação será produzido de acordo com a necessidade de cada público-alvo considerando questões de gênero, bem como qualquer abordagem com os principais interessados neste projeto.

207. Buscando validar o projeto e aumentar a replicabilidade das ações, o projeto também terá um escritório de imprensa, que estará em contato constante com outros profissionais de mídia de massa. Este escritório terá um papel-chave na divulgação dos resultados para a comunidade e reforçando a importância de valorizar a conservação da biodiversidade em áreas privadas. Esta iniciativa complementa o esforço do MMA para assegurar a transparência dos programas em desenvolvimento sobre o assunto e contribui para a conformidade do país com os compromissos da CDB e da UNFCCC.

3.11. Salvaguardas ambientais e sociais

208. De acordo com a Política do GEF sobre Salvaguardas Ambientais e Sociais, as medidas de salvaguarda serão construídas dentro do desenho do projeto nacional e na sua implementação. No âmbito deste projeto, Avaliações Estratégicas Ambientais e Socioeconômicas (AEAS) que utilizam Normas Estratégicas de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica (NESASE), incluindo diretrizes e modelos, ajudarão a

racionalizar e concentrar a incorporação de preocupações ambientais e sociais na tomada de decisões, tornando a EIA de projeto um processo mais efetivo. Avaliações ambientais estratégicas atualmente não são obrigatórias no Brasil.

209. Para os propósitos do Projeto de Áreas Privadas, um Exercício de Escopo das AEAS será realizado no início do projeto para assegurar que seja dada especial atenção às preocupações ambientais e sociais em relação às intervenções do projeto, e também criar uma plataforma integrando o conceito de Avaliação Ambiental Estratégica em projetos que são realizados no Brasil.

210. O escopo das EAES considerará as implicações do Projeto para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas e na criação de meios de subsistência sustentáveis. Também assegurará que as intervenções identificadas nos componentes do Projeto considerem os comentários e recomendações dos atores-chave e como esses comentários e recomendações serão incorporados na entrega do Projeto. O Exercício de Escopo também avaliará oportunidades para consolidar e implementar outras iniciativas ambientais e sociais empreendidas por atores-chave locais, ONGs e outras parcerias.

211. O mais importante no escopo do AEA é a determinação da extensão em que o Projeto irá mudar as perspectivas de conservação da biodiversidade e seu uso sustentável no Brasil. As principais questões gerais, a serem feitas durante o exercício de escopo, incluirão:

- Quais são os objetivos do Projeto e como eles se relacionam com a proteção do meio ambiente e integridade social?
- Quão importantes são os serviços de biodiversidade e ecossistemas para pessoas nas áreas piloto e seus meios de subsistência?
- Quais são os impactos prováveis do Projeto em pessoas que precisam e usam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos?
- O Projeto prevê intervenções que são "amigáveis à biodiversidade" e socialmente benéficas?
- O Projeto prevê intervenções que melhorem os benefícios positivos para conservação e uso sustentável?
- A utilização ou os valores atuais ou tradicionais da biodiversidade serão sustentados / sustentáveis após a implementação do Projeto?
- O Projeto oferece oportunidades para áreas protegidas e proteção de espécies?
- O Projeto oferece oportunidades para a consulta dos atores-chave?

212. O escopo do AEA assegurará que o Projeto seja consistente com políticas e ações prioritárias para uma boa administração ambiental e social. Isso inclui vários acordos ambientais multilaterais com os quais o Brasil é parte, bem como quaisquer políticas nacionais de biodiversidade ou proteção ambiental; várias outras políticas e planos de manejo de recursos no Brasil etc.

213. As AEAS serão realizadas através de um processo de ampla consulta, levando em consideração a consulta já extensa em todas as áreas-piloto e entre os atores-chave envolvidos durante o planejamento do projeto e o estágio PPG.

214. O Projeto busca promover o princípio "Sem perda líquida" através de intervenções que busquem manter ou melhorar as salvaguardas ambientais e sociais no Brasil.

215. Desafios a serem superados na condução do exercício de escopo:

- Disponibilidade de dados de base sobre os vários recursos e ecossistemas da biodiversidade e status socioeconômico que serão impactados pelo Projeto;
- O grande volume de planos, políticas e programas que terão influência no Projeto dificultará a ilusão categórica dos efeitos de planos, políticas e programas específicos.

216. No entanto, para as atividades promovidas em áreas piloto, serão desenvolvidos indicadores socioeconômicos para medir o impacto da melhoria no manejo das florestas.

217. O envolvimento dos atores-chave ao longo dos componentes do projeto promoverá os grupos de mulheres e o cooperativismo, além de reconhecer e fortalecer as lideranças femininas e formar equipes de projetos liderados por elas. Além disso, o projeto garantirá que as mulheres tenham voz sobre a delimitação dos planos de trabalho do projeto, como o programa de educação ambiental com base nas ações de conservação do Plano de Manejo da APA da Pousa Alto (Componente 1, Resultado 1.2).

218. Os esforços de restauração também oferecem oportunidades de gênero ao envolver mulheres em atividades de campo relacionadas aos pilotos. Melhorar as capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas também oferece consideração de gênero envolvendo mulheres que trabalham em agências públicas. O projeto gerará dados de gênero e incorporará as dimensões de gênero na elaboração do Componente 1 (Implementação Piloto) e do Componente 3 (Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas) e no desenvolvimento de quadros de resultados, orçamentos, planos de implementação e planos de trabalho. O processo de PPG, no entanto, determinou que as considerações de gênero não são apenas uma questão feminina, mas sim garantem vantagens para comunidades inteiras e beneficiam os gêneros e grupos vulneráveis.

SEÇÃO 4: QUADRO INSTITUCIONAL E ARRANJOS PARA EXECUÇÃO

219. As estruturas internas e externas são apresentadas no Apêndice 10. Os proponentes escolheram a ONU Meio Ambiente como Agência Implementadora para este projeto. O Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) foi nomeado como uma das Agências Executoras por conta da ampla experiência e reconhecimento na comunidade científica no desenvolvimento de políticas relacionadas à conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e práticas de manejo sustentável, e porque ajudou na tomada de decisões de organizações governamentais e não governamentais sobre o uso sustentável de paisagens.

- 220.** O MMA - através da Secretaria de Biodiversidade, Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO), a outra Agência Executora, será responsável pela execução, coordenação, monitoramento e avaliação dos objetivos do projeto. Portanto, constituirá a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), que será composta por um Supervisor de Projeto e equipe, estabelecida no município de Brasília. A UPC supervisionará a Unidade de Gestão do Projeto (UGP).
- 221.** Como Agência Executora, o IIS será responsável pela execução de todas as atividades do projeto, sob supervisão do MMA, e fornecerá suporte administrativo, financeiro e logístico ao projeto (detalhes no Apêndice 10). Além disso, preparará as reuniões com diferentes parceiros e com o Comitê de Direção do Projeto - CDP (detalhado abaixo), bem como executará os planos regulares do projeto, relatórios de avaliação e acompanhamento, etc.
- 222.** A Unidade de Gestão do Projeto (UGP) será composta pelo Diretor Sênior do Projeto (DSP), por três Diretores Sêniores para Componentes (DSC), o Gerente do Projeto (GP), o Gerente de Comunicação (GC), a equipe de apoio profissional e pessoal administrativo, logístico e financeiro. Sob a supervisão do Supervisor do Projeto (SP), o DSP será responsável pelos aspectos técnico e administrativo do Projeto e gerenciará o planejamento operacional e a execução com o IIS. Além disso, o DSP fornecerá orientação técnica para os diferentes componentes do projeto e fornecerá diretrizes para a seleção de pessoal executivo, bem como todas as consultas necessárias para atingir os objetivos do Projeto.
- 223.** Na fase de preparação do projeto, diversas instituições governamentais e não governamentais foram consultadas sobre percepções e experiências das principais partes interessadas sobre conservação da biodiversidade em áreas privadas, tanto nas áreas piloto quanto nos níveis estadual e federal.
- 224.** Na fase de execução, será criado um Comitê Diretor do Projeto (CDP), cujo presidente será do MMA. Haverá assentos para dois representantes do MMA, um representante do IIS, um representante da ONU Meio Ambiente e dois representantes da sociedade civil - um da APA de São João um da APA de Pouso Alto. O CDP pode convidar representantes de algumas instituições relevantes (Seção 5) para participar de reuniões. O CDP se reunirá pelo menos uma vez por ano. Os principais papéis do CDP são: assegurar que objetivos e metas do Projeto sejam alcançados, monitorar atividades, fornecer orientação estratégica, supervisionar o cumprimento do plano de trabalho anual, apoiar a coordenação interinstitucional e assegurar a participação ativa das partes interessadas e cumprimento dos compromissos assumidos ao longo do projeto. Também é responsável pela revisão dos relatórios de avaliação e pelo acompanhamento e monitoramento do projeto no médio prazo e no final do processo.
- 225.** Como Agência Implementadora, a UNEP será responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação do projeto, incluindo a supervisão de avaliações intermediárias e finais, bem como a revisão e aprovação de relatórios periódicos (financeiros e técnicos). Também fornecerá orientação sobre os Benefícios Ambientais Globais (BAG), análise e suporte técnico em áreas relevantes e outras ações de ligação e coordenação necessárias para a implementação correta do Projeto.

- 226.** A UGP será estabelecida na sede do IIS (município do Rio de Janeiro), bem como a maioria da equipe do projeto. O Gerente de Tarefas (UNEP) para este projeto será baseado no Escritório Regional no Panamá e permanecerá em comunicação constante com o DSP e o GP durante a fase de execução.
- 227.** Será contratado um coordenador técnico (Diretor Sênior do Componente - DSC) para lidar com a implementação de cada um dos Componentes do Projeto. Eles serão responsáveis pela coordenação, execução e acompanhamento de cada atividade de cada Componente, coordenação das respectivas equipes, além de consultores externos, oferecer assistência técnica, supervisionar a consecução de metas de cada Componente e manter contato com o DSP e o GP. Cada Componente terá uma Equipe de Apoio, sob a supervisão da DSC, que deverá executar as atividades relevantes para cada Resultado e Componente. As necessidades de consultoria serão identificadas durante a implementação do projeto.
- 228.** O Auxiliar Administrativo do Projeto (AAP) e o Auxiliar Logístico Piloto (ALP) fornecerão suporte ao DSP, aos DSCs e ao GP em todas as questões administrativas e logísticas associadas à execução do projeto. O AAP será responsável pela organização de reuniões internas e outras atividades, serviços de contratação, gerenciamento da agenda do DSP, coordenação das atividades da UGP, convocação de reuniões e confirmações, recebimento e distribuição de correspondências e remessas, etc. O ALP será responsável pela organização de atividades relacionadas aos pilotos, como workshops / eventos, implementação de UDs, treinamento, etc.
- 229.** Os Pontos Focais Locais (PFL) serão contratados para liderar a implementação de pilotos nas APA de São João (Mata Atlântica) e Pouso Alto (Cerrado). Os PFL planejarão ações com o Diretor Sênior do Componente 1 e com o GP e supervisionarão a implementação de planos de trabalho no campo. Cada PFL precisará estabelecer uma comunicação direta com agentes municipais da região piloto, bem como com outras partes interessadas locais relevantes.
- 230.** O Gerente de Comunicação (GC) apoiará os DSCs e o DSP em relação às atividades de comunicação e estratégia de disseminação.
- 231.** Os parceiros do projeto (consultar a Seção 5) contribuirão para a execução de diferentes atividades e de iniciativas de contrapartida nos três componentes. Além disso, eles fornecerão informações, suporte técnico e institucional e assistência aos pilotos. O envolvimento de cada parceiro será formalizado através de acordos que durarão os cinco anos de execução do Projeto.
- 232.** Os Termos de Referência dos principais parceiros do projeto são apresentados no Apêndice 11.

SEÇÃO 5: PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

- 233.** Conforme descrito na seção 2 (Mapeamento e análise das partes interessadas), durante todo o desenvolvimento do PRODOC, houve uma série de reuniões técnicas envolvendo um amplo grupo de partes interessadas relacionadas à conservação da biodiversidade, manejo florestal sustentável e

degradação ambiental em áreas privadas. Cada componente deste projeto foi discutido com as partes interessadas nas esferas federal, estadual e municipal, além de outras da sociedade civil e do setor agrícola. No desenvolvimento do pré-projeto, foram realizadas duas oficinas nas áreas piloto, uma reunião com membros do governo federal em Brasília, e outra reunião com o Setor Florestal em São Paulo.

234. As oficinas nas áreas piloto duraram dois dias cada. Várias iniciativas locais e regionais foram apresentadas em cada região piloto, e as principais ameaças, suas causas e barreiras para a conservação da biodiversidade foram levantadas. Finalmente, foram discutidas possíveis estratégias para reduzir tais ameaças de acordo com o contexto de cada local. Além disso, reuniões com agências públicas e com a Indústria Brasileira de Árvores (setor florestal) ajudaram a melhorar a comunicação entre instituições e alinhar as intervenções com regulamentações e iniciativas em curso. Este processo contribuiu para a apropriação do projeto pelas partes interessadas locais, aumentando a eficiência do seu impacto e reduzindo seus riscos, além de garantir sua sustentabilidade no longo prazo. Nas reuniões mencionadas acima foram identificados os possíveis parceiros potenciais e colaboradores do projeto. Posteriormente, foram realizadas novas reuniões para consolidar parcerias / colaborações. Com base nesse processo, os papéis das partes interessadas envolvidas no projeto foram avaliados conforme descrito na Subseção 2.5 (Tabela 2). Isso foi usado para o desenho final do projeto e para determinar como as partes interessadas participarão de aspectos relevantes durante a fase de implementação. Finalmente, este processo de consulta também permitiu a colaboração com outras iniciativas em curso no MMA e outras instituições parceiras importantes, bem como a coordenação com outros projetos conforme descrito na seção 2.7 deste documento (incluindo o alinhamento dos investimentos e as cartas de compromisso de co-financiamento resultantes). Ao longo do projeto, essas partes interessadas serão informadas sobre o desenvolvimento das estratégias do projeto. Reuniões, workshops e publicações são algumas das atividades que permitirão aos gerentes dos projetos se coordenarem com as iniciativas em andamento, garantindo o intercâmbio de informações e a complementaridade e, portanto, maior resultado.

SEÇÃO 6: PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

235. O projeto seguirá processos e procedimentos padrão de monitoramento, relatórios e avaliação da UNEP. Os requisitos dos relatórios substantivos e financeiros estão resumidos no Apêndice 8. Os requisitos e modelos de relatórios são parte integrante do instrumento jurídico da UNEP a ser assinado pela Agência Executora e pela UNEP.

236. O plano de M&A do projeto é consistente com a política de Monitoramento e Avaliação do GEF. O Quadro de Resultados do Projeto apresentado no Apêndice 4 inclui indicadores SMART para cada resultado esperado. Esses indicadores, juntamente com os principais produtos e *benchmarks* incluídos no Apêndice 6, serão as principais ferramentas para avaliar o progresso da implementação do projeto, e se os resultados esperados do mesmo estão sendo alcançados. Os meios de verificação desses elementos estão resumidos no Quadro de Resultados do Projeto, Apêndice 4.

- 237.** Um primeiro rascunho do Plano de M&A do projeto é apresentado no Apêndice 7. Os custos mencionados nesta ferramenta estão totalmente integrados no orçamento do projeto, apresentado no Apêndice 1.
- 238.** Um workshop inicial será realizado no momento de implementação do projeto para garantir que todos os atores compreendam suas funções e responsabilidades em relação ao monitoramento e avaliação de projetos. A coordenação e supervisão do projeto será de responsabilidade da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) e a execução do dia a dia do projeto será de responsabilidade da Unidade de Gestão do Projeto (UGP). É responsabilidade do Gerente do Projeto (GP) informar à UNEP sobre qualquer atraso ou dificuldades enfrentadas durante a implementação do projeto para que o apoio apropriado ou medidas corretivas possam ser adotadas em tempo hábil.
- 239.** O Comitê Diretor do Projeto (CDP) emitirá relatórios todos os anos sobre o progresso do projeto e formulará recomendações sobre a necessidade de revisar quaisquer aspectos do Quadro de Resultados do Projeto ou do plano de M&A. A supervisão para garantir que o projeto atenda as políticas e procedimentos da UNEP e GEF é de responsabilidade do Gerente de Tarefas UNEP-GEF. O Gerente de Tarefas também analisará a qualidade das primeiras versões dos produtos do projeto, fornecerá feedback aos parceiros do projeto e estabelecerá procedimentos de revisão pelos pares para assegurar a qualidade adequada dos resultados do projeto em estreita colaboração com o GP.
- 240.** O Gerente de Tarefas desenvolverá um plano de supervisão inicial que será comunicado aos parceiros do projeto durante o workshop inicial para comentários. A ênfase da supervisão do Gerente de Tarefas será no monitoramento de resultados, mas sem negligenciar a gestão financeira do projeto e o monitoramento da implementação. O progresso em relação à entrega dos benefícios ambientais globais do projeto acordado será avaliado pelo CDP. Os riscos e os pressupostos do projeto serão monitorados regularmente pelos parceiros do projeto e pela UNEP. A avaliação e classificação de risco é parte integrante da Revisão de Implementação do Projeto (RIP). A qualidade do monitoramento e avaliação do projeto também será revisada e classificada como parte da RIP. Os principais parâmetros financeiros serão monitorados trimestralmente para garantir a eficiência do uso dos recursos financeiros.
- 241.** A UNEP será responsável pela gestão da revisão/avaliação de médio prazo e da avaliação final. O Diretor Sênior do Projeto, o Gerente do Projeto e os parceiros participarão ativamente do processo. O projeto será revisado ou avaliado no médio do prazo. O objetivo da Revisão de Meio Termo (RMT) ou Avaliação de Meio Termo (AMT) é fornecer uma avaliação independente do desempenho do projeto a médio prazo, analisar se o projeto está no caminho adequado, quais problemas e desafios o projeto está encontrando, e quais ações corretivas são necessárias para que o projeto possa alcançar os resultados pretendidos na conclusão do projeto da maneira mais eficiente e sustentável.
- 242.** O CDP participará no RMT ou AMT e desenvolverá uma resposta de gerenciamento às recomendações de avaliação, juntamente com um plano de implementação. É responsabilidade do Gerente de Tarefas da UNEP monitorar se as recomendações acordadas estão sendo implementadas. Uma RMT é gerenciada

pelo Gerente de Tarefas da UNEP. Uma AMT é gerenciada pelo Gerente de Avaliação (GA) da UNEP. O GA determinará se uma RMT é necessária ou uma AMT é suficiente.

243. Uma avaliação terminal independente (AT) será iniciada não antes de seis meses antes da conclusão operacional das atividades do projeto e, caso uma fase de seguimento do projeto estiver prevista, deverá ser completada antes da conclusão do projeto e apresentação da proposta subsequente. O GA será responsável pelo AT e mantém contato com o Gerente de Tarefas da UNEP ao longo do processo. A AT fornecerá uma avaliação independente do desempenho do projeto (em termos de relevância, eficácia e eficiência) e determinará a probabilidade de impacto e sustentabilidade. Terá dois propósitos principais:

- (i) fornecer evidências de resultados para atender aos requisitos de prestação de contas, e
- (ii) promover o aprendizado, feedback e compartilhamento de conhecimento através de resultados e lições aprendidas entre a UNEP e parceiros de execução.

244. Enquanto uma AT deve analisar o uso dos fundos do projeto em relação ao orçamento, seria o papel de uma auditoria financeira avaliar a probidade (isto é, correção, integridade, etc.) das despesas e transações.

245. O relatório AT será enviado às partes interessadas do projeto para comentários. Os comentários formais sobre o relatório serão compartilhados pelo GA de forma aberta e transparente. O desempenho do projeto será avaliado de acordo com critérios de avaliação padrão usando uma escala de classificação de seis pontos. A determinação final das classificações do projeto será feita pelo GA quando o relatório for finalizado. O relatório de avaliação será divulgado publicamente e será seguido por um processo de conformidade com recomendações. Os custos das revisões e avaliações serão incluídos no orçamento do projeto.

SEÇÃO 7: FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO DO PROJETO

7.1 Orçamento Geral do Projeto

246. O orçamento geral do Projeto é apresentado na Tabela 5 e em detalhes nos Apêndices 1 e 2 (orçamento por componente do Projeto, por ano, e por categoria de orçamento da UNEP e co-financiamento por origem e por categoria de orçamento da UNEP). O custo adicional necessário para cumprir o objetivo do Projeto e os benefícios globais correspondentes são USD 42.846.342, dos quais USD 8.953.425 (20,8%) constituem o montante solicitado ao GEF. O co-financiamento é de USD 33.892.917, equivalente a 79,2% do valor total exigido.

Tabela 5. Resumo do orçamento do GEF por resultado.

Resumo do plano de financiamento para o projeto (USD)			
	Preparação do Projeto (PPG)	Financiamento do Projeto	Total
GEF	USD 182.648	USD 8.953.425	USD 9.136.073

Co-financiamento	-	USD 33.892.917	USD 33.892.917
Total	USD 182.648	USD 42.846.342	USD 43.028.990

Sumário do Projeto (USD)					
Componentes	Financiamento GEF		Co-financiamento		Total
	\$ (a)	%	\$ (b)	%	c=a+b
1. Implementação dos Pilotos	4.669.845	52%	22.522.810	66%	26.906.304
2. Acordo com as empresas do setor florestal	1.239.696	14%	4.599.577	14%	5.762.880
3. Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas	2.617.531	29%	6.689.606	20%	9.669.881
Custo de gerenciamento do projeto	426.353	5%	80.924	0	507.277
Custo total do projeto	8.953.425	100%	33.892.917	100%	42.846.342

7.2 Co-financiamento do projeto

247. O co-financiamento por rubrica orçamentaria é apresentado nos Apêndices 1 e 2. O co-financiamento pelo resultado esperado é apresentado nas tabelas a seguir:

Tabela 6a. Co-financiamento por Componente e Resultado do Projeto.

RESULTADOS	Co-financiamento				
	MMA-SFB	MMA-SBio	SECIMA/GO	IIS	Total (US \$)
COMPONENTE 1					
Resultado 1.1	3.702.632	306.574	0	301.078	4.310.284
Resultado 1.2	1.792.168	304.324	13.214.289	0	15.310.781
Resultado 1.3	1.747.574	305.075	687.150	161.946	2.901.745
TOTAL COMPONENTE 1	7.242.374	915.973	13.901.439	463.024	22.522.810
COMPONENTE 2					
Resultado 2.1	4.016.370	305.074	0	278.133	4.599.577
TOTAL COMPONENTE 2	4.016.370	305.074	0	278.133	4.599.577
COMPONENTE 3					
Resultado 3.1	2.885.505	307.855	0	204.914	3.398.274
Resultado 3.2	2.755.751	307.855	0	227.726	3.291.332
TOTAL COMPONENTE 3	5.641.256	615.711	0	432.640	6.689.606
PMC	0	0	0	80.924	80.924
TOTAL	16.900.000	1.836.758	13.901.439	1.254.720	33.892.917

Tabela 6b. Co-financiamento por anodo projeto

Co-financiamento	Dolár					Total
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	
Serviço Florestal Brasileiro/MMA	3.380.000	3.380.000	3.380.000	3.380.000	3.380.000	16.900.000
SECIMA/Goiás	2.991.077	2.963.162	2.605.225	2.605.225	2.736.750	13.901.439
IIS	534.435	440.520	271.802	4.131	4.131	1.254.720
Secretaria de Biodiversidade/MMA	367.351,60	367.351,60	367.351,60	367.351,60	367.351,60	1.836.758
						33.892.917

a. **Custo-efetividade do Projeto**

248. O cálculo de custo-efetividade do projeto baseia-se em três argumentos principais: i) iniciativas de nível piloto, ii) o acordo com as empresas do setor florestal e iii) as iniciativas de nível macro / nacional e seu impacto sistêmico.

249. Na escala dos pilotos, o projeto usará métodos participativos para garantir que as atividades e os objetivos do projeto estejam alinhados com as realidades locais e para maximizar a participação das várias partes interessadas. Implementados desta forma participativa, os pilotos serão uma maneira econômica de aprender, adaptar e testar as ferramentas e os regulamentos de nível superior antes de sua replicação em nível macro. Além disso, por assegurar o apoio de várias partes interessadas, também permitirá ao projeto influenciar iniciativas complementares, incluindo, mas não se limitando àqueles listados como co-financiamento pelo estado de Goiás. Finalmente, as atividades desenvolvidas pelo projeto contribuirão para a integração das questões relacionadas à biodiversidade em paisagens de produção mais amplas em mais de 1 milhão de hectares nas áreas piloto, uma relação muito custo-efetiva em uma base por hectare.

250. O acordo com as empresas florestais é particularmente rentável, já que as empresas-chave neste setor controlam 5 milhões de hectares de vegetação nativa em áreas privadas. Através de melhores protocolos de monitoramento e manejo de biodiversidade e restauração, o projeto vai inserir adequadamente essas áreas em várias iniciativas de conservação da biodiversidade e metas nacionais e internacionais de conservação. A estimativa conservadora de que esses protocolos serão aplicados em 20% da área do setor já adiciona 1 milhão de hectares de áreas sob manejo melhorado da biodiversidade. Finalmente, ao trabalhar em estreita colaboração com as empresas do setor florestal, o projeto espera demonstrar a outros setores privados com importante responsabilidade sobre o uso da terra que a integração da biodiversidade em suas operações não é apenas possível, mas é econômica/rentável.

251. As atividades visando os resultados em nível nacional visam ampliar o potencial de conservação da biodiversidade de um investimento de linha de base que já atingiu centenas de milhões de dólares (o desenvolvimento do sistema SiCAR, consultar o Apêndice 12) e deverá mobilizar dezenas de bilhões de dólares (Instituto Escolhas, 2016). Esses investimentos transformarão o setor de uso da terra do Brasil e as políticas que agora não possuem foco em biodiversidade. Ao produzir conhecimento, ferramentas práticas e regulamentos aprimorados, o projeto aumentará a incorporação da conservação da biodiversidade em terras privadas, que até o momento cobrem mais de 88 milhões de hectares de propriedades incluídas no sistema SiCAR. O fato de que este conhecimento, ferramentas e regulamentos serão informados pela experiência e as lições das iniciativas piloto facilitarão ainda mais que esses regulamentos de nível superior estejam alinhados com as realidades locais.

SECTION 8: REFERÊNCIAS

- Alacorn G.G., Beltrame A.V. & Karam K.F. 2010. Conflitos de interesse entre pequenos Produtores rurais e a conservação de áreas de preservação permanente na Mata Atlântica. *Floresta*. 40: 295-310.
- Altieri MA. et al. 2015. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. *Agronomy for Sustainable Development*. 35: 869-890.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2015a. Mapeamento do Uso e Cobertura do Cerrado: Projeto TerraClass Cerrado. Brasília.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. 2015b. Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2016a. Download de dados geográficos. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acessado em 17 Nov. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2016b. Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros (PMDDBS). Brasília. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&catid=14&id=166>.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2016c. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2016-2020.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2016d. Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento - Documento base: contexto e análises. Versão preliminar aprovada pelo GPTI em Dez/2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm%20e%20PPCerrado%20-%20Encarte%20Principal%20-%20GPTI%20_%20p%20site.pdf>. Acessado em 22 Nov. 2016.
- BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. 2017. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/estoque-das-florestas?print=1&tmpl=component>>.
- Brito B. 2009. O estado da Amazônia: muitas pós- operação curupira no Mato Grosso. No. 12. Belém, Brazil: Imazon.
- Buckley R.C. & Pegas F.V. 2015. Four hurdles for conservation on private land: the case of the golden lion tamarin in Brazil's Atlantic Forest. *Frontiers in Ecology and Evolution*. doi.org/10.3389/fevo.2015.00088.
- Cardoso L. V. 2011. Financiamento agroambiental no Brasil: subsídio para desenvolvimento de políticas de crédito de apoio à regularização ambiental de propriedades rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- CBD 2010. <https://www.cbd.int/sp/targets/>
- Chiavani J. & Lopes C.L. 2015. Brazil's new forest code part II: paths and challenges to compliance. INPUT- Iniciativa para o Uso da Terra e CPI-Climate Policy Initiative.
- Chomitz K.M., Fonseca G.A.B., Alger K., Stoms D.M., Honzák M., Landau E.C., Thomas T.S., Thomas W.W. & Davis F. 2006. Viable Reserve Networks Arise from Individual Landholder Responses to Conservation Incentives. *Ecology and Society*. 11: 40.
- CNCFlora 2017. Centro Nacional de Conservação da Flora. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/>

- CONABIO. Comissão Nacional de Biodiversidade. Resolução nº 06, de 2013. Dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Conabio/Documentos/Resolucao_06_03set2013.pdf. Acessado em 17 Jan. 2017.
- Crouzeilles R., Vale M., Cerqueira R. & Grelle C.E.V. 2013a. Increasing strict protection through protected areas on Brazilian private Lands. *Environmental Conservation* 40: 209-210.
- Crouzeilles R., Lorini M.L. & Grelle C.E.V. 2013b. The importance of using sustainable use protected areas for functional connectivity. *Biological Conservation* 159: 450-457.
- Crouzeilles R., Prevedello J.A., Figueiredo M.S.L., Lorini M.L., Grelle C.E.V. 2014. The effects of the number, size and isolation of patches along a gradient of native vegetation cover: how can we increment habitat availability? *Landscape Ecology* 29: 479-489.
- Ecker S. 2016. Social dimensions of biodiversity conservation programs. In: *Learning from Agri-environmental schemes in Australia: investing in biodiversity and other ecosystem services on farms*. Ansell D, Gibson F, Salt D.(Eds.) ANU Press.
- Fahrig L. 2003. Effects of habitat fragmentation on biodiversity. *Annual Review in Ecology and Evolution Systems* 34: 487-515.
- GOIÁS 2016. Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. Plano de Manejo da APA de Pouso Alto. Encarte 4: Zoneamento Ambiental e Sistema de Informação Geográfica. Centro Tecnológico de Engenharia. – Goiânia, GO: CTE.
- Guimaraes J.& Almeida O. 2007 *Análise de custos de produção da pecuária e da soja na região nordeste do Mato Grosso*. Belém, Pará: CNPq/ IPAM.
- Hansen et al. 2013. High-resolution global maps of 21st-Century forest cover change. *Science*. 342: 850-853.
- IBÁ 2016. Relatório da Indústria Brasileira de Árvores. <http://www.iba.org>
- IBGE 2010. Estatísticas de gênero. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10411>.
- IBGE 2015. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.
- ICMBio 2017a. Fauna Brasileira. Instituto Chico Mendes – Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira>
- ICMBio 2017b. Lista de espécies ameaçadas. Instituto Chico Mendes – Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/2741-lista-de-especies-ameacadas-saiba-mais.html>
- INSTITUTO ESCOLHAS. 2016. Quanto o Brasil precisa investir para recuperar 12 milhões de hectares de floresta? Disponível em: <http://escolhas.org/wp-content/uploads/2016/09/quanto-o-brasil-precisa.pdf>. Access on July 19th 2017.

- Júnior P. & Ahrens S. 2010. Aspectos socioeconômicos, ambientais e legais da eucaliptocultura. Embrapa Florestas. Sistemas de Produção.
- Kamal S., Grodzińska-Jurczak M. & Brown G. 2015. Conservation on private land: a review of global strategies with a proposed classification system. *Journal of Environmental Planning and Management* 4: 576-597.
- Lapola D.M., et al. 2014. Pervasive transition of the Brazilian land-use system. *Nature climate change* 4: 27-35.
- Langpap C. 2006. Conservation of endangered species: Can incentives work for private landowners? *Ecological Economics*. 57: 558-572.
- Lara D.X., Fiedler N.C., Medeiros M.B. 2007. Uso do fogo em propriedades rurais do cerrado em Cavalcante, GO. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 17, n. 1, p. 9-15.
- Latawiec A.E., Strassburg B.B.N., Silva D., Alves- Pinto H.N., Feltran-Barbieri R., Castro A., Iribarrem A., Rangel M., Kalif K., Gardner T. & Beduschi F. 2017. Improving land management in Brazil: the producers' perspective. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 249: 276-286.
- Laurance W.F. 2009. Conserving the hottest of the hotspots. *Biological Conservation* 142: 113.
- Lima A., Moutinho P., Stella O., Alencar A., Stickler C., Azevedo A. & Nepstad D. 2011. Reforma do Código Florestal: qual o caminho para o consenso? Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.
- May P. H., Bernasconi P., Wunder S., Lubowski R. 2015. Environmental reserve quotas in Brazil's new forest legislation: An ex ante appraisal. Occasional Paper 131. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- Mittermeier R. A., Robles G. P., Hoffmann M., Pilgrim J., Brooks T., Mittermeier C. G., Lamoreux J., da Fonseca G. A. B. 2004. Hotspots revisited: Earth's biologically richest and most endangered ecoregions. CEMEX, Mexico City, Mexico.
- Moon K. & Cocklin C. 2011. Participation in biodiversity conservation: Motivations and barriers of Australian landholders. *Journal of Rural Studies*. 27: 331-342.
- Myers N., et al 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403: 853-858.
- Newton P., Alves-Pinto H.N. & Pinto L.F.G.P. 2015. Certification, forest conservation, and cattle: theories and evidence of change in Brazil. *Conservation Letters*. 8: 206-213.
- Observatório ABC. Análise dos Recursos do Programa ABC: finalidades de investimentos: Safra 2013/14: Sumário Executivo. Relatório 3, Ano 2. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://mediadrawer.gvces.com.br/abc/original/em-baixa_em-simples.pdf>. Acessado em 04 Abr. 2017.
- Observatório ABC. Análise dos Recursos do Programa ABC: instituições financeiras privadas: Safra 2015/16: Relatório Completo. Relatório 1, Ano 3. Agosto de 2016. Disponível em: <http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Sumario_ABC_Primeiro_Final-ComFotos.pdf>. Acessado em 04 Abr. 2017.
- Observatório ABC. Desafios e restrições dos produtores rurais na adoção de tecnologias de baixo carbono ABC: estudo de caso em Alta Floresta, em Mato Grosso. Sumário Executivo. Abril de 2017. Disponível em: <

http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Sumario_ABC_AltaFloresta_-1.pdf>. Acessado em 20 Jun. 2017.

- OECD/FAO (2015), OECD-FAO Agricultural Outlook 2015, OECD Publishing, Paris. DOI: http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en
- Oliveira L.C., Hankerson S.J., Dietz J.M., Raboy B.E. 2010. Key tree species for the golden-headed lion tamarin and implications for shade-cocoa management in southern Bahia, Brazil. *Animal Conservation*. 13: 60-70.
- Rajão R., Azevedo A. & Stabile M.C.C.S. 2012. Institutional subversion and deforestation: learning lessons from the system for the environmental licensing of rural properties in Mato Grosso. *Public Adm. Dev.* 32: 199-334.
- Redford K.E. 1992. The empty forest. *BioScience*. 42: 412-422.
- Ribeiro M.C., Metzger J.P., Martensen A.C., Ponzoni F.J. & Hirota M.M. 2009. Brazilian Atlantic Forest: how much is left and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *BioScience*. 142: 1141-1153.
- Sauquet A., Marchand S., Féres J. G. 2014. Protected areas, local governments, and strategic interactions: The case of the ICMS-Ecológico in the Brazilian state of Paraná. *Ecological Economics* 107, 249–258.
- Scarano F.R. & Ceotto P. 2016. A importância da biodiversidade brasileira e os desafios para a conservação, para a ciência e para o setor privado. Pp. 483-495 Em: *Floresta Atlântica de Tabuleiro: diversidade de endemismos na Reserva Natural Vale* (S.G. Rolim, L.F.T. Menezes; A.C. Srbek-Araujo, eds.). Editora Rona, Belo Horizonte.
- Selinske M.J., Coetzee J., Purnell K., Knight A.T. 2015. Understanding the Motivations, Satisfaction, and Retention of Landowners in Private Land Conservation Programs. *Conservation Letters*. 8.
- Soares-Filho B.S., Rajão R., Macedo M., Carneiro A., Costa W., Coe M., Rodrigues, H. & Alencar A. 2014. Cracking Brazil's forest code. *Science* 344: 363-364.
- Soares-Filho et al. 2016. Brazil's Market for Trading Forest Certificates. *PLoS ONE* 11 (4): e0152311. doi:10.1371/journal.pone.0152311. 2016.
- Sparovek G., Barretto A., Klug I., Papp L. & Lino J. 2011. A revisão do código florestal. *Novos Estudos – CEBRAP*. 89: 111-135.
- Strassburg B.B.N., Brooks T., Feltran-Barbieri R., Iribarrem A., Crouzeilles R., Loyola R., Latawiec A., Oliveira F., Scaramuzza C.A.M. Scarano F.R. Soares-Filho B. & Balmford A. 2017. Moment of truth for the *Cerrado* hotspot. *Nature Ecology and Evolution*.
- Stickler C.M., Nepstad D.C., Azevedo A.A. & McGrath D.G. 2013. Defending public interests in private lands: compliance, costs and potential environmental consequences of the Brazilian Forest Code in Mato Grosso. *Phil Trans R Soc B* 368.
- Wright S. J., Hernández A. & Condit R. 2007. The bushmeat harvest alters seedling banks by favoring lianas, large seeds, and seeds dispersed by bats, birds, and wind. *Biotropica*. 39: 363-371.
- Vieira D.L.M., Holl K.D. & Peneireiro F.M. 2009. Agro-successional restoration as a strategy to facilitate tropical forest recovery. *Restoration Ecology*. 17: 451- 459.

Zomer R.J. et al. 2016. Global Tree Cover and Biomass Carbon on Agricultural Land: The contribution of agroforestry to global and national carbon budgets. Scientific reports. 6.

Apêndices

Apêndice 1 e 2: Orçamento por Componente do Projeto & Contrapartida por fonte de recurso e Contrapartida por Componente

Em anexo.

Apêndice 3: Análise de custo incremental

	<i>LINHA DE BASE</i>	ALTERNATIVO	INCREMENTAL
	(A)	(B)	(B) - (A)
RESULTADO	COMPONENTE 1: IMPLEMENTAÇÃO PILOTOS		
<p>1.1. Aumento da cobertura vegetal, redução do grau de fragmentação das paisagens produtivas e aumento da disponibilidade de habitat para o Mico-Leão Dourado na APA de São João (KBA - no Estado do Rio de Janeiro), área piloto da Mata Atlântica.</p>	<p>Os proprietários gerenciam suas propriedades sem considerar o valor de conservação e o contexto da paisagem. Não é detectado aumento da conservação da biodiversidade e na provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas. As iniciativas de recuperação florestal em curso têm altos custos e proporcionam um pequeno aumento da cobertura florestal e da população de Mico-Leão Dourado.</p>	<p>Os proprietários de terras implementarão o manejo integrado de propriedades e da paisagem, e os agentes de extensão divulgarão essa prática. As técnicas de recuperação florestal de baixo custo serão testadas (através de UDs), e os agentes de extensão serão treinados em tais técnicas. Áreas sob regeneração natural e áreas que tem o potencial de melhorar a conectividade para espécies ameaçadas serão identificadas. Os proprietários vão considerar estas áreas ao assinar acordos de restauração legalmente vinculantes.</p>	<p>As propriedades serão manejadas de forma integrada, considerando a escala da paisagem. O manejo integrado de propriedades e da paisagem será disseminado, facilitando e garantindo o aumento da conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF pelos proprietários de terras em áreas privadas. A recuperação florestal em áreas que favorecem a disponibilidade de habitat para a população de Mico-Leão Dourado e outras espécies ameaçadas será ampliada e a fragmentação em paisagens produtivas será reduzida.</p>

<p>1.2. Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas, e ações de conservação melhoradas para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção na área piloto de Cerrado, a APA de Pouso Alto (KBA no Estado de Goiás).</p>	<p>O plano de manejo da APA foi parcialmente e lentamente implementado. Os residentes da APA têm pouca informação sobre o plano de manejo. Os proprietários de terra resistem à implementação das atividades previstas no plano de manejo.</p>	<p>Mais residentes da APA estarão conscientes da importância do refinamento e implementação do plano de manejo. A relação entre os proprietários de terra, comunidade e governo local relacionada à implementação do plano de manejo será reforçada. A criação de RPPNs (uma das atividades exigidas no plano de manejo) será apoiada.</p>	<p>A implementação do plano de manejo da APA será melhorada reduzindo as taxas de conversão da cobertura vegetal atual e o grau de fragmentação, e melhorando as ações de conservação para as principais populações de espécies ameaçadas de extinção em paisagens produtivas.</p>
<p>1.3. Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto, aumentada pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos</p>	<p>Incentivos diretos e indiretos à biodiversidade são desenvolvidos lentamente e em pequena escala. Eles não consideram o valor das áreas privadas para a conservação da biodiversidade. As iniciativas atuais focadas na conservação da biodiversidade não são tão eficientes.</p>	<p>Os proprietários de terra nas áreas piloto e os bancos serão consultados sobre como impulsionar o desempenho dos esquemas de incentivo destinados à conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, e MSF em áreas privadas. Os esquemas de incentivo para restauração e atividades sustentáveis, em particular o ecoturismo, serão melhorados. Os agentes de extensão serão treinados para acesso ao crédito.</p>	<p>Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP e MSF em áreas privadas serão reforçados pela melhoria dos esquemas de incentivo direto e indireto.</p>
<p>COMPONENTE 2: ACORDO COM EMPRESAS DO SETOR FORESTAL</p>			
<p>A conservação da biodiversidade, a provisão de serviços ecossistêmicos, o MSP e o MSF em áreas de maior valor de conservação gerenciado pelas empresas do setor florestal melhorados através de um acordo para a implementação de diretrizes</p>	<p>As empresas florestais monitoram a biodiversidade em suas terras através de protocolos ineficientes e mal padronizados. Esses dados não são incorporados nos relatórios nacionais sobre os compromissos da CBD. As áreas privadas não são priorizadas com base em valores de conservação.</p>	<p>Serão identificadas áreas com alto valor para conservação e protocolos para monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF serão desenvolvidos e implementados nessas áreas. Os dados sobre biodiversidade das terras das empresas florestais serão incorporados nos relatórios nacionais no âmbito dos compromissos da CBD.</p>	<p>A conservação da biodiversidade em áreas de alto valor para conservação nas terras das empresas florestais será incrementada através da sua identificação e implementação de melhores práticas de conservação e de manejo sustentável; O papel dessas áreas para a conservação da biodiversidade será reconhecido, incorporado em políticas públicas e relatórios nacionais sobre os compromissos do CBD. Serão produzidos protocolos padronizados para o</p>

aprimoradas de conservação e restauração.			monitoramento da biodiversidade.
	Áreas para recuperação florestal não são priorizadas com base em critérios de conservação.	A priorização espacial para restauração visando a conservação da biodiversidade será desenvolvida e disseminada para empresas florestais.	Os esforços de restauração das empresas florestais irão considerar a priorização com base em resultados de conservação custo-efetivos
COMPONENTE 3: MELHORIA DAS CAPACIDADES PÚBLICAS PARA PLANEJAR E IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO EM ÁREAS PRIVADAS			
3.1. Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas	A regulamentação federal sobre o manejo sustentável da vegetação nativa em RLs não é clara e os regulamentos estaduais sobre esse assunto são demasiado permissivos ou muito complexos.	Gargalos de regulamentações sobre o manejo da vegetação nativa em RLs serão identificados e soluções serão propostas através de uma nova proposta de regulamentação.	O manejo da vegetação nativa sustentável (incluindo o MSF) em áreas privadas será apoiada por uma nova proposta de legislação que inclua a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos.
3.2. Valor de conservação de áreas privadas integradas em políticas públicas e ferramentas de gestão	Os mecanismos de planejamento e incentivo que apoiam a tomada de decisões sobre a conservação da biodiversidade não consideram o papel das áreas privadas para a conservação da biodiversidade. A informação sobre o valor de conservação das áreas privadas permanece limitada, bem como a sua utilização em políticas públicas que apoiam a	Será gerada uma base de dados espacial sobre o valor de conservação de áreas privadas para cada um dos 5 biomas, inserida ao SiCAR e disseminada para as partes interessadas, para que estas apliquem o banco de dados em políticas públicas.	O valor de conservação de áreas privadas é incorporado ao SiCAR e integrado em outras políticas, um dos principais instrumentos para a regulamentação da vegetação nativa em áreas privadas, e é incorporado ao planejamento e implementação de políticas de conservação.

	conservação da biodiversidade.		
	CUSTO DA LINHA DE BASE TOTAL: \$ 246.816.232.53	CUSTO ALTERNATIVO TOTAL: \$ 225.946.342	GEF: \$ 8.953.425 Co-financiamento: \$ 33.892.917 TOTAL: \$ 42.846.342

Apêndice 4: Quadro de Resultados

Objetivos, Resultados e Produtos	Indicadores	Condições da linha de base	Meta de médio prazo	Meta de final de projeto	Meios de verificação	Premissas
Meta: Aumentar a conectividade ecológica e a cobertura da vegetação nativa e reduzir sua degradação para impulsionar a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil						
Objetivo do Projeto: ampliar o manejo sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil						
Componente 1. 1. Implementação de Pilotos						
1.1. Aumento da cobertura vegetal, redução do grau de fragmentação das paisagens produtivas e aumento da disponibilidade de habitat para o Mico-Leão Dourado na APA São João (KBA no Estado do Rio de Janeiro), área piloto da Mata Atlântica.	<p>a) Área sob restauração de acordo com planos de recuperação florestal juridicamente vinculativo (PRA)</p> <p>b) Disponibilidade de habitat para a população de Mico-Leão Dourado, espécie chave ameaçada de extinção</p> <p>c) Avaliação da população de Mico-Leão Dourado</p>	<p>a) Nenhum plano de recuperação florestal juridicamente vinculativo implementado ainda</p> <p>b) Índice de Disponibilidade de Habitat: 0.042</p> <p>c) Trabalhar com informações de linha de base com parceiros locais para iniciar o projeto</p>	<p>a) N/A</p> <p>b) N/A</p> <p>c) Dados populacionais confirmados com parceiros locais</p>	<p>a) 4,000 hectares em restauração, de acordo com planos de recuperação florestal juridicamente vinculativos (PRA)</p> <p>b) 81% de aumento da disponibilidade de habitat para a população da espécie de Mico-Leão Dourado ameaçada de extinção</p> <p>c) Avaliação mostra população estável ou não declinou a partir da linha de base</p>	<p>a) Assinatura de termo de compromisso de PRA por proprietário individual</p> <p>b) Relatório contendo valores de disponibilidade de habitat</p> <p>c) Relatório contendo dados populacionais e modelagem de população futura em relação ao indicador</p>	<p>a) LPVN permanece sem mudanças que poderiam impactar negativamente o Projeto</p> <p>b) A situação financeira local e regional não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p> <p>c) A colaboração com parceiros-chave continua nos termos atuais</p>

<p>1.2. Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas, e ações de conservação melhoradas para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção na área piloto de Cerrado, a APA de Pouso Alto (KBA no Estado de Goiás).</p>	<p>a) Número de partes interessadas (por exemplo, proprietários de terras, associações comunitárias), mulheres e homens, treinados em relação à implementação de ações de conservação em áreas privadas</p> <p>b) Área sob plano de manejo aperfeiçoado e implementado que apoia MSP</p> <p>c) Número de espécies ameaçadas de extinção com monitoramento melhorado</p> <p>d) Monitoramento de espécies ameaçadas incorporados aos planos de ação nacionais de espécies ameaçadas de extinção</p> <p>e) Seleção de espécies indicadoras que reflitam o estado de conservação</p>	<p>a) NA</p> <p>b) O plano de manejo da APA do Pouso Alto ainda não foi implementado e tem pouca receptividade por atores locais</p> <p>c) Zero. Monitoramento aprimorado ainda não desenvolvido</p> <p>d) Zero. Monitoramento aprimorado ainda não desenvolvido</p> <p>e) Zero. Monitoramento aprimorado ainda não desenvolvido</p>	<p>a) Pelo menos 200 atores</p> <p>b) N/A</p> <p>c) Nenhum</p> <p>d) Nenhum</p> <p>e) Espécies-chave indicadoras selecionadas</p>	<p>a) Pelo menos 600 atores (300 mulheres + 300 homens)</p> <p>b) 872,000 hectares sob plano de manejo aperfeiçoado e implementado da APA do Pouso Alto [Área total da APA]</p> <p>c) Pelo menos 10</p> <p>d) Pelo menos 1</p> <p>e) Avaliação mostra população estável ou não declinou a partir da linha de base</p>	<p>a) Relatório, fotos e lista de presença sobre a implementação das atividades do plano de manejo</p> <p>b) Relatórios de implementação das atividades do plano de manejo; Relatório de consultas públicas</p> <p>c) Resultados de monitoramento</p> <p>d) Documento do Plano de Ação</p> <p>e) Resultados de monitoramento</p>	<p>a) A baixa estrutura socioambiental dos municípios não interfere no desenvolvimento das atividades do Projeto</p> <p>b) Os limites geográficos da APA não são alterados</p> <p>c) A substituição de funcionários do governo não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p> <p>d) A substituição de funcionários do governo não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p> <p>e) A colaboração com parceiros-chave continua nos termos atuais</p>
--	--	--	---	---	--	---

<p>1.3. Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto, aumentada pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos</p>	<p>a) Número de partes interessadas (por exemplo, proprietários de terras, agentes de extensão, setor privado, associações comunitárias), mulheres e homens, treinados sobre esquemas de incentivo para MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas</p> <p>b) Número de esquemas de incentivo para MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas desenvolvidos / melhorados</p>	<p>a) Nenhum</p> <p>b) Nenhum</p>	<p>a) Pelo menos 200</p> <p>b) Nenhum</p>	<p>a) Pelo menos 800 atores (400 mulheres + 400 homens)</p> <p>b) Pelo menos três esquemas de incentivo</p>	<p>a) Relatório, fotos e lista de presença sobre os esquemas de incentivo</p> <p>b) Relatórios dos esquemas de incentivo desenvolvidos / melhorados</p>	<p>a) A situação financeira local e regional não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p> <p>b) LPVN permanece sem mudanças que poderiam impactar negativamente o Projeto</p>
PRODUTOS:						
Produto 1.1.1 Programa de implementação de MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas na APA de São João (área KBA no Estado do Rio de Janeiro)						
Produto 1.2.1 Programa de implementação de ações de conservação do plano de manejo da APA do Pouso Alto em áreas privadas						
Produto 1.3.1 Pacote de incentivos para MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas piloto						
Componente 2. Acordo com empresas do Setor Florestal						
<p>2.1. A conservação da biodiversidade, a provisão de serviços ecossistêmicos, o MSP e o MSF em áreas de maior valor de conservação gerenciados pelas empresas do setor florestal melhorados através de um acordo para a implementação de diretrizes aprimoradas de conservação e restauração</p>	<p>a) Área ocupada pelas empresas que assinaram o acordo para melhorar e implementar protocolos para monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF</p> <p>b) Área percentual de alto valor para conservação, onde o protocolo de</p>	<p>a) Nenhum (Atualmente não existem acordos com as empresas do setor florestal)</p> <p>b) Zero – áreas de alto valor para conservação administradas por empresas do setor florestal não são identificadas</p>	<p>a) 150.000 hectares</p> <p>b) Zero</p> <p>c) Zero</p>	<p>a) 500.000 hectares</p> <p>b) Pelo menos 40% das áreas de alto valor para conservação</p> <p>c) Pelo menos 40%</p>	<p>a) Relatórios, políticas e metas que contemplam dados sobre biodiversidade; Documento assinado</p> <p>b) Relatório de monitoramento, implementação de protocolos de MSP e MSF</p>	<p>a) A substituição de funcionários do governo não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p> <p>b) Situação financeira local, regional, e nacional não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p>

	<p>monitoramento da biodiversidade, MSP e MSF são implementados</p> <p>c) Porcentagem de áreas em restauração de empresas parceiras que consideram a priorização espacial desenvolvida pelo projeto</p>	<p>c) Nenhum (Priorização especial ainda não desenvolvida)</p>			<p>c) Relatórios de restauração</p>	
PRODUTOS:						
Produto 2.1.1. Programa para a identificação de áreas de alto valor para a conservação e protocolos para monitoramento da biodiversidade, MSP, MSF						
Produto 2.1.2. Base de dados espaciais relacionada à priorização para restauração em áreas de empresas do setor florestal						
Componente 3. Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas						
<p>3.1. Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas</p>	<p>a) Número de atores envolvidos (tanto mulheres quanto homens) para apontar os gargalos e soluções em relação ao manejo sustentável da vegetação nativa em RLs</p>	<p>a) Não há estudos que identifiquem os gargalos relacionados ao manejo da vegetação nativa em RLs, sua regulamentação e possíveis soluções.</p>	<p>a) Pelo menos 30</p>	<p>a) Pelo menos 50 (25 mulheres + 25 homens)</p>	<p>a) Relatório técnico</p>	<p>a) LPVN permanece sem alterações que possam impactar negativamente o Projeto</p>
<p>3.2. Valor de conservação de áreas privadas integradas em políticas públicas e ferramentas de gestão</p>	<p>a) Número de bases de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas para regiões biogeográficas integradas ao SiCAR</p> <p>b) Número de políticas públicas que incorporam</p>	<p>a) Nenhum</p> <p>b) Não há bases de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas</p> <p>c) Não há atores capacitados para aplicar tal base</p>	<p>a) 2</p> <p>b) Nenhum</p> <p>c) Pelo menos 25</p>	<p>a) 5 bases de dados espaciais desenvolvidas (5 regiões biogeográficas)</p> <p>b) Pelo menos 3 políticas públicas</p>	<p>a) Relatório com bases de dados espaciais detalhados e integração</p> <p>b) Documentos oficiais referentes à incorporação das bases de dados espaciais</p>	<p>a) A substituição de funcionários do governo não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p>

	<p>bases de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas</p> <p>c) Número de atores do setor público federal e estadual e do terceiro setor (mulheres e homens) capacitados e envolvidos para aplicar o valor de conservação do banco de dados de áreas privadas</p>			c) Pelo menos 75 (35 mulheres + 40 homens)	c) Relatórios de eventos de capacitação	<p>b) A substituição de funcionários do governo não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p> <p>c) A substituição de funcionários do governo não afeta significativamente o desenvolvimento do Projeto</p>
PRODUTOS:						
Produto 3.1.1 Proposta de Regulação do Manejo da Vegetação Nativa Sustentável para apoiar o MSP, MSF e recuperação da vegetação nativa em áreas privadas						
Produto 3.2.1 Políticas públicas que incorporam bases de dados espaciais com valor de conservação de áreas privadas						
Produto 3.2.2 Programa de capacitação e divulgação para a integração do valor de conservação						

Apêndice 5: Plano de Trabalho e Cronograma

Em anexo

Apêndice 6: Entregas e marcos de referência

Em anexo.

Apêndice 7: Plano de Custo de M&A

Atividade de M&A	Partes responsáveis	Orçamento aprox. do GEF (USD)	Orçamento de contrapartida	Prazo
Workshop inicial	Unidade de Gestão do Projeto (UGP) UNEP	11.000	1.500	Dentro de 2 meses após o início do projeto
Relatório inicial (custo de tradução)	PMU	1.000	500	1 mês após a reunião inicial do projeto
Medição de indicadores do projeto (indicadores de resultados, avanços e desempenho, ferramentas de rastreamento do GEF), incluindo coleta de dados de linha de base	Diretor Sênior do Projeto (DSP) Gerente do Projeto (GP) UGP/ Equipe do projeto Consultores	8.000	15.000	Indicadores de resultados: início, meio e final do projeto; Indicadores de progresso / desempenho: no prazo de 1 mês após o fim do período reportado, ou seja, em 31 de janeiro e 31 de julho (em relatórios de progresso) ou antes; Coleta de dados de linha de base: no 1º ano
Reuniões do Comitê Diretor do Projeto (CDP)	DSP GP UGP UNEP	21.625	7.000	No mínimo 1 vez por ano
Relatórios das reuniões do CDP	DSP e GP com auxílio dos parceiros	2.000	3.000	
Revisão da Implementação do Projeto (custo de tradução)	DSP GP UGP UNEP	3.000	2.000	Anualmente
Visitas de monitoramento no campo e áreas onde o projeto está ativo	DSP GP UGP UNEP	7.000	5.000	
Revisão / avaliação de meio-termo	Gerente de Tarefas da UNEP Escritório de Avaliação da UNEP UGP	48.437.5	8.000	No meio do projeto
Avaliação Terminal	Gerente de Tarefas da UNEP Escritório de Avaliação da UNEP UGP	48.437.5	10.000	No final do projeto
Auditorias financeiras	A contratar	30.000	2.000	Anualmente
Orçamento total do plano de M & A		180.500	54.000	

Apêndice 8: Sumário dos requisitos de relatórios e responsabilidades

Relatórios	Data de entrega	Modelo anexado ao contrato	Responsável
------------	-----------------	----------------------------	-------------

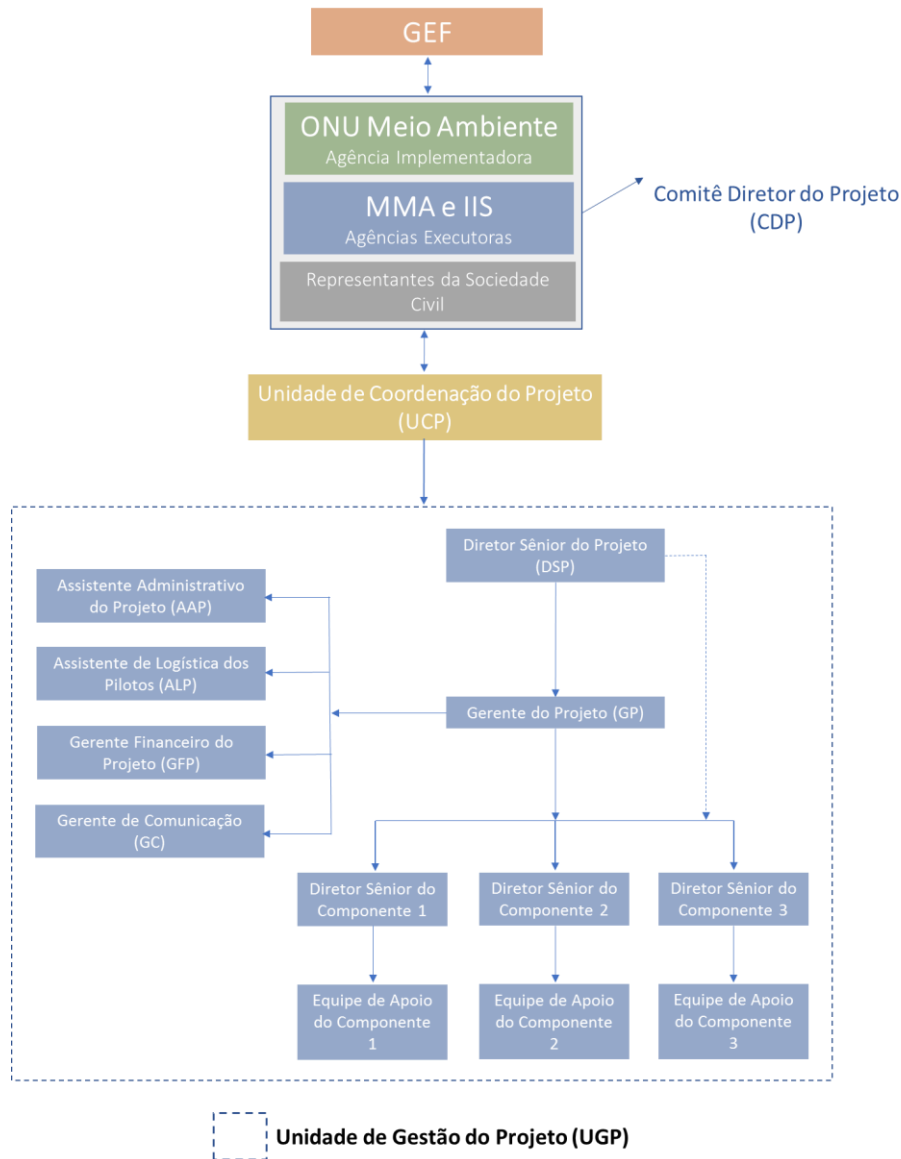
Plano de Aquisição e Contratação (bens e serviços)	2 semanas antes da reunião inicial do projeto	N/A	UGP
Relatório inicial	1 mês após a reunião inicial do projeto	N/A	UGP
Relatório de despesas acompanhado de notas explicativas	Trimestral em/ou antes de 30 de abril, 31 de julho, 31 de outubro, 31 de janeiro	Anexo 11	UGP
Solicitação de desembolso em dinheiro e detalhes dos desembolsos antecipados	Trimestral ou quando necessário	Anexo 7B ou no Anubis	UGP
Relatório de progresso	Semestral até 31 de janeiro	Anexo 8	UGP
Relatório de auditoria para despesas para o ano que termina em 31 de dezembro	Anual até 30 de junho	N/A	IIS
Inventário de equipamentos não duráveis	Anual em/ou antes de 31 de janeiro	Anexo 6 ou no Anubis	UGP
Relatório de contrapartida	Anual em/ou antes de 31 de julho	Anexo 12 ou no Anubis	UGP
Relatório de revisão de implementação de projeto (PIR)	Anual até 31 de agosto	Anexo 9	UGP, GT da UNEP
Minutas das reuniões do Comitê Diretor do Projeto	Anual (ou conforme necessário)	N/A	UGP
Relatório final	2 meses a partir da data de conclusão do projeto	Anexo 10	UGP
Inventário final de equipamentos não duráveis		Anexo 9	UGP
Carta de transferência de equipamento		Anexo 10	UGP
Declaração de despesas finais	3 meses a partir da data de conclusão do projeto	Anexo 11	UGP
Revisão de meio-termo ou avaliação de meio-termo	No meio do projeto	N/A	GT da UNEP
Relatório final de auditoria para despesas de projeto	6 meses a partir da data de conclusão do projeto	N/A	IIS
Relatório de avaliação final independente	6 meses a partir da data de conclusão do projeto	Apêndice 9 ao Anexo 1	UNEP

Apêndice 9: Modelo de TDR da Avaliação Final

No momento da Avaliação Final, o Modelo de TDR de Avaliação Final será obtido no Escritório de Avaliação da UNEP para garantir que a versão mais recente seja usada.

Apêndice 10: Fluxograma de decisão e organograma

Este projeto será operado sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que é uma das Agências de Execução (AE) do projeto. A UNEP é a Agência de Implementação (AI) e o Instituto Internacional de Sustentabilidade (IIS) atuará como AE, com orientação do Comitê Diretor do Projeto (CDP), conforme descrito na estrutura de governança do projeto abaixo.



Funções e responsabilidades de cada instituição:

MMA (Ministério do Meio Ambiente):

- Supervisionar a execução do projeto de acordo com o quadro de resultados do projeto e o orçamento, o plano de trabalho acordado e as tarefas de relatório, através de sua Unidade de Coordenação do Projeto (UCP);
- Apoiar a Unidade de Gestão do Projetos (UGP) na coordenação de atividades de projetos a nível nacional e local.
- Oferecer conhecimentos técnicos através do seu pessoal e redes.

- Garantir a qualidade técnica dos produtos, resultados e entregas, incluindo relatórios para a UNEP;
- Fornecer orientações para o UGP.
- Facilitar o acesso a locais de interesse ao projeto.
- Supervisionar a UGP na elaboração dos relatórios do Projeto (progresso, relatórios financeiros e de auditoria à UNEP).
- Presidir o Comitê Diretor do Projeto.

IIS (Instituto Internacional de Sustentabilidade):

A Unidade de Gestão do Projeto (UGP) estará localizada no IIS e será constituída por:

- O Diretor Sênior do Projeto (DSP)
- Os Diretores Sêniores de Componentes (DSCs)
- O Gerente do Projeto (GP)
- O Gerente de Comunicação (GC)
- O pessoal técnico de apoio
- O Assistente Administrativo do Projeto (AAP)
- O Assistente de Logística dos pilotos (ALP)
- O Gerente Financeiro do Projeto (GFP)

Os papéis da UGP incluem:

- Garantir a execução do Projeto, incluindo todos os aspectos técnicos.
- Garantir a governança do projeto.
- Oferecer tempo e experiência técnica para orientar e apoiar o projeto.
- Fornecer os relatórios do Projeto de acordo com o plano de supervisão.
- Compartilhar todos os alcances e produtos do projeto com todas as partes interessadas relevantes.
- Assegurar que os consultores e as organizações parceiras do projeto executem seus contratos dentro dos prazos acordados.
- Organizar as reuniões do Comitê Diretor e atuar como sua secretaria.
- Gerenciar e implementar a estrutura de M & A do Projeto para avaliar o desempenho do projeto.
- Gerenciando o fluxo de informações do campo para os colaboradores do Projeto e produzir relatórios periódicos de monitoramento.

O IIS também será responsável pela gestão dos recursos do projeto, conforme segue abaixo:

- Preparar e gerenciar TdRs, contratos e MoU com consultores e parceiros de projetos usando instrumentos jurídicos apropriados (o TdR e o processo de seleção serão realizados em consulta com a UCP e UGP - de acordo com o plano de trabalho e orçamento do projeto).
- Fazer todos os pagamentos relacionados ao projeto de acordo com o plano de trabalho do projeto e o orçamento aprovado.
- Fornecer dados para os relatórios de despesas do projeto de acordo com os modelos da UNEP e fornecer apoio ao Gerente do Projeto na elaboração de relatórios periódicos de despesas.
- Efetuar a aquisição de bens e serviços para o projeto e manter um inventário atualizado de acordo com os modelos da UNEP.
- Garantir que os consultores e as organizações parceiras do projeto executem seus contratos dentro dos prazos acordados (em colaboração com a UGP).
- Fornecer suporte para as atividades de M & A do Projeto.

UNEP

- Oferecer supervisão consistente e regular do Projeto para garantir o alcance dos objetivos do Projeto
- Estabelecer a comunicação entre o Projeto e o GEF.

- Assegurar que tanto os requisitos e as normas da política do Meio Ambiente do GEF quanto das Nações Unidas sejam aplicados e cumpridos (obrigações de relatório, técnicas, fiduciárias, M & A).
- Garantir o desembolso/sub-alocação oportuna de fundos para o IIS (AE), com base nos documentos legais acordados.
- Aprovar a revisão do orçamento, certificação da disponibilidade do fundo e transferência de fundos.
- Organização de avaliações e auditoria de meio-termo e final.
- Fornecer apoio técnico e avaliação da execução do Projeto.
- Fornecer orientações, se solicitadas, aos principais TDRs / MOUs e subcontratos emitidos pelo Projeto.
- Acompanhar o IIS nos processos de elaboração de relatórios de progresso, aquisição de equipamentos, finanças e auditoria.
- Certificação da conclusão operacional do projeto.

Comitê Diretor de Projeto (PSC)

- Sua missão é avaliar o cumprimento dos objetivos e resultados do projeto, orientando para a sua sustentabilidade.
- Em termos práticos, o IIS é responsável por garantir que o projeto atenda os objetivos anunciados no Quadro de Resultados do Projeto, ajudando a equilibrar prioridades e recursos conflitantes. As conclusões e recomendações produzidas pelo CDP serão levadas em consideração pela UNEP, UCP e UGP para melhorar as estratégias de implementação, os planos de trabalho anuais e a dotação orçamentária e, quando necessário, ajustar a estrutura de resultados do projeto. Este comitê se reunirá no mínimo uma vez ao ano, seja fisicamente ou virtualmente.
- A coordenação geral do CDP será da responsabilidade do IIS, MMA e Sociedade Civil. Durante a fase do PPG (preparação do projeto), as instituições relevantes da área do Projeto foram contatadas e mostraram interesse em contribuir e participar das atividades do Projeto (Seção 5). Algumas dessas instituições serão convidadas a participar do CDP.
- Na primeira reunião, o CDP definirá os detalhes específicos das regras de procedimento do Comitê.
- Isso se refletirá em um regulamento ou guia que estabeleça critérios e procedimentos relacionados ao funcionamento interno do comitê, incluindo a definição das regras segundo as quais a tomada de decisão do grupo e as ações a serem realizadas serão regidas. Isso pode incluir o seguinte:
 - Designação formal dos representantes principais e suplentes de cada Instituição.
 - Aprovação das funções e deveres que os membros do Comitê podem ter sobre o trabalho a ser feito.
 - O número de sessões a serem realizadas por ano, com o IIS como instituição responsável para assumir a liderança na convocação e estabelecimento do horário / datas de tais reuniões.
 - Considerar ativa qualquer sessão que tenha a presença de metade mais um dos membros ou suplentes.
 - A decisão será tomada mediante votação. Em caso de empate, o presidente terá o voto decisivo.
- As regras e procedimentos detalhados serão estabelecidos em coordenação com a UNEP e o MMA no início do projeto.

Estrutura interna

O Escritório de Projeto (EP) será sediado no Rio de Janeiro. A equipe do Projeto, que desempenhará suas funções nesse escritório, inclui o Diretor Sênior do Projeto; um Diretor Sênior para cada Componente; um Gerente do Projeto; um Gerente de Comunicação; uma equipe administrativa, logística e financeira e profissionais de apoio técnico para cada componente.

Apêndice 11: Termos de Referência

PESSOAL DO PROJETO

POSIÇÃO: GERENTE DO PROJETO (GP)

Objetivo: responsável pela coordenação de operações, de aquisições e gestão do projeto, sob coordenação do Diretor Sênior do Projeto, e coordenará diretamente as atividades do Assistente Administrativo do Projeto, do Assistente de Logística dos Pilotos e do Gerente Financeiro do Projeto.

Descrição das Funções:

- Assegurar o cumprimento, por parte dos parceiros e prestadores de serviços, das normas estabelecidas nos Acordos de Cooperação;
- Garantir o fluxo de comunicação direto entre Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), sediada em Brasília, e a Unidade de Gestão do Projeto (UGP, no Rio de Janeiro), estabelecendo uma ligação técnico-gerencial fundamental para a implementação do Projeto;
- Apoiar a preparação, implementação e monitoramento dos Planos Operativos do Projeto;
- Apoiar a implementação eficiente e coordenada das atividades nos três componentes do Projeto, promovendo a articulação dos resultados nos níveis local, nacional e internacional;
- Informar regularmente a todos os membros da equipe do projeto, comitês e instituições parceiras do progresso do Projeto e responder a demandas de informação;
- Preparar e implementar o Plano de Monitoramento & Avaliação;
- Coordenar a preparação e apresentação do progresso técnico e financeiro e os relatórios finais, junto ao Diretor Sênior do Projeto;
- Supervisionar o desenvolvimento, implementação e monitoramento das atividades do Projeto, sob a supervisão do Diretor Sênior do Projeto. O monitoramento deve integrar relatórios, análises e sínteses em uma plataforma abrangente que forneça informações atualizadas sobre o progresso técnico e financeiro do projeto;
- Apoiar a organização e a elaboração de relatórios e minutas das reuniões de Iniciação do Projeto, do Comitê Diretor do Projeto e da equipe técnica;
- Visitar os pilotos para avaliar e auxiliar na melhoria dos planos de trabalho locais;
- Auxiliar na elaboração de estratégias de implementação dos componentes, planos de trabalho anuais e orçamentos;
- Auxiliar na identificação, sistematização e disseminação das lições aprendidas do projeto;
- Coordenar as atividades de elaboração e apresentação de avanços técnicos e financeiros (relatórios de progresso e financeiro) e relatórios finais, junto ao Diretor Sênior do Projeto;
- Apoiar a equipe técnica do projeto e a equipe administrativo-financeira na implementação de atividades e no cumprimento dos prazos;
- Manter comunicação contínua com funcionários da UNEP e do GEF designados para assegurar relatórios e comentários adequados e oportunos.

Tipo de Contrato e Duração: O contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação full-time, a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um profissional com pelo menos 5 anos de experiência na gestão de atividades de projetos relacionadas à conservação da biodiversidade. Liderança e empatia, habilidades sólidas em comunicações e relações interpessoais, um alto nível de flexibilidade e capacidade de trabalho em equipe são requisitos. É necessário um bom nível das línguas inglês e português (escritas e faladas).

O profissional responderá administrativamente ao IIS (Agência Executora).

POSIÇÃO: GERENTE DE COMUNICAÇÃO (GC)

Objetivo: Este profissional apoiará os Diretores Sêniores dos Componentes em todas as atividades relacionadas às iniciativas de extensão, educação e comunicação do projeto, incluídas em qualquer um dos componentes do Projeto. Além disso, o GC responderá diretamente ao Diretor Sênior do Projeto e ao Gerente do Projeto e participará da Unidade de Gestão do Projeto (UGP).

Descrição das Funções:

- Apoiar a coordenação e articulação entre o IIS e as diferentes instituições assegurando o fluxo de informações do projeto;
- Assegurar a coerência com o planejamento do projeto e cumprimento de prazos;
- Contribuir para o alcance dos resultados do projeto, bem como para as estratégias de comunicação interna e externa, visando ao alinhamento destas com o escopo e os componentes do projeto;
- Produzir conteúdo a partir das iniciativas desenvolvidas nas regiões de atuação do projeto;
- Coordenar a produção de todos os materiais necessários para as atividades de extensão, educação e comunicação do Projeto;
- Trabalhar com as partes interessadas relevantes para implementar as campanhas definidas na estratégia de educação e conscientização;
- Coordenar as ações necessárias para configurar e manter o website do Projeto e qualquer mídia de comunicação social que seja estabelecida;
- Dar o suporte para realizar as ações de comunicação do projeto usando os canais a serem criados (website, mídias sociais, peças gráficas, publicações, apresentações, assessoria de imprensa, entre outros), para divulgar os resultados e especificidades do projeto;
- Elaborar as Especificações Técnicas (ET) e Termos de Referência (TdR) para aquisições e consultorias de suporte relacionadas às atividades de comunicação;
- Participação na UGP;
- Apoiar as atividades de rastreamento, avaliação e monitoramento do projeto;
- Apoiar a elaboração de relatórios de progresso ao Diretor Sênior do Projeto.

Tipo de Contrato e Duração: O contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação full-time, a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um profissional com pelo menos 5 anos de experiência nos campos de comunicação, educação e/ou conscientização, de preferência com treinamento especializado em áreas similares no nível de pós-graduação. Liderança e empatia, habilidades sólidas em comunicações e relações interpessoais, um alto nível de flexibilidade e capacidade de trabalho em equipe são requisitos. Também é necessário um bom nível de inglês e português (escrito e falado).

O profissional responderá administrativamente ao IIS (Agência Executora).

POSIÇÃO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DO PROJETO (AAP)

Objetivo: Este profissional apoiará o Diretor Sênior do Projeto, o Gerente do Projeto e os Diretores Sêniores dos Componentes em todas as áreas relacionadas à operação do Projeto, atendendo às necessidades da coordenação administrativa e demais atividades do Projeto. Além disso, o AAP participará da Unidade de Gestão do Projeto (UGP).

Descrição das Funções:

- Participar da Unidade de Gestão do Projeto;
- Apoio administrativo e operacional ao Diretor Sênior do Projeto, ao Gerente do Projeto e aos Diretores dos Componentes;

- Auxiliar atividades de rotina, organização de arquivos, gerenciamento de informações, revisão de documentos e manutenção de estoque de escritório e inventário de equipamentos;
- Preparação das agendas para as reuniões e manutenção de um cronograma atualizado para o Diretor Sênior do Projeto;
- Agendamento e coordenação de reuniões internas (como reuniões da UGP e CDP), compromissos e viagens para a equipe do projeto, manutenção de registros de atendimento e preparação e distribuição de minutas de reunião;
- Fazer orçamentos e solicitações de cotação;
- Contratação de serviços de catering, aluguel de salas de reunião, veículos ou outros serviços necessários para eventos internos (no IIS) durante a implementação do Projeto;
- Enviar convites e receber confirmações de atendimento para eventos/reuniões internas;
- Manter um registro detalhado das despesas do Projeto, solicitando adiantamentos de fundos do IIS, para pequenos gastos de caixa;
- Manter um registro de equipamentos, elaborar documentos de transferência de equipamentos e prestar suporte para relatórios de despesas anuais e finais;
- Elaborar ETs e TDRs sob orientação do Gerente do Projeto e dos Diretores dos Componentes, sempre que solicitado.

Tipo de Contrato e Duração: O contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação full-time, a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um técnico ou profissional com experiência no campo de administração. É necessário um bom nível de línguas inglesa e portuguesa (escritas e faladas).

O profissional responderá administrativamente ao IIS e será orientado em suas funções pelo Diretor Sênior do Projeto e pelo Gerente do Projeto.

POSIÇÃO: ASSISTENTE DE LOGÍSTICA DOS PILOTOS (ALP)

Objetivo: Este profissional apoiará o Gerente do Projeto e o Diretor do Componente 1, em todas as atividades de logística relacionadas à implementação dos pilotos na APA de Pouso Alto (Goiás) e na APA da Bacia do Rio São João (Rio de Janeiro).

Descrição das Funções:

- Apoiar a equipe do projeto na organização de atividades relacionadas aos pilotos (APA de São João e APA de Pouso Alto), como workshops/eventos, implementações de Unidades Demonstrativas, treinamento, etc;
- Coordenar a logística de eventos (workshops e reuniões) nas áreas piloto, manter os registros de participantes e compartilhar minutas e relatórios;
- Solicitar cotação para contratação e aquisição de serviços, equipamentos e materiais de consumo necessários para a implementação dos pilotos;
- Contratar serviços de catering, aluguel de salas de reunião, veículos ou outros serviços necessários para as ações de implementação dos pilotos;
- Apoiar a organização de workshops e outros eventos (sessões de treinamento, reuniões, etc.);
- Envio de convites e recebimento de confirmações dos participantes em eventos relacionados aos pilotos;
- Manter um registro detalhado das despesas relacionadas aos pilotos;
- Apoiar a elaboração de relatórios de despesas anuais e finais com informações dos pilotos.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, com dedicação full-time, a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um técnico ou profissional com experiência em áreas relacionadas à administração de projetos, com bom conhecimento sobre logística de campo.

O profissional responderá administrativamente ao IIS e será orientado nas suas funções pelo Gerente do Projeto.

POSIÇÃO: GERENTE FINANCEIRO DO PROJETO (GFP)

Objetivo: Este profissional será responsável pela gestão dos recursos do projeto e atividades relacionadas à contabilidade, gestão das contas do projeto, orçamento, aquisições e gerenciamento financeiro para garantir o pleno cumprimento das regras e regulamentos de processos financeiros, registros financeiros e relatórios de auditoria do Projeto. Trabalhará em conjunto com o Diretor Sênior do Projeto e o Gerente do Projeto.

Descrição das Funções:

- Gerenciar a aplicação dos recursos do Acordo de Doação entre o IIS e a UNEP;
- Assessorar o Gerente do Projeto no acompanhamento e monitoramento da programação financeira e orçamentária do projeto;
- Manter em registro as informações referentes às aquisições, compras e contratações relativas ao projeto;
- Realizar o acompanhamento financeiro do projeto;
- Organizar toda a documentação do projeto para realização de auditorias;
- Analisar e acompanhar contratos de serviços e consultorias;
- Elaborar relatórios financeiros para acompanhamento da área técnica;
- Elaborar pedidos de desembolso usando modelo de formulário da UNEP;
- Designar, manter e monitorar conta exclusiva para o projeto;
- Aplicar o recurso em uma conta de investimento, sem riscos para o desenvolvimento das atividades;
- Participar de reuniões e eventos que necessitem das informações operacionais;
- Programar pagamentos referentes às aquisições do projeto;
- Garantir que todos os processos operacionais atendam às políticas internas do IIS e da UNEP;
- Analisar contratos de serviços e consultorias.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação full-time, a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um profissional com mais de 5 anos de experiência com projetos financiados por instituições / fundos internacionais. É necessário um bom nível de línguas inglesa e portuguesa (escritas e faladas).

O profissional responderá administrativamente ao IIS e será orientado e supervisionado nas suas funções pelo Diretor Sênior do Projeto e pelo Gerente do Projeto.

POSIÇÃO: PONTO FOCAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PILOTO NA APA DE SÃO JOÃO

Objetivo: Este profissional dará suporte técnico à implementação das atividades no piloto da APA da Bacia do Rio São João. O Ponto Focal ficará baseado em um município da APA de São João e trabalhará sob a supervisão do Diretor Sênior do Componente 1 no IIS (na cidade do Rio de Janeiro).

Descrição das Funções:

- Elaborar o plano de trabalho das atividades do piloto junto com o Diretor Sênior do Componente 1;
- Executar as atividades do plano de trabalho;
- Apoiar a equipe do projeto na organização de atividades relacionadas à implementação do piloto APA de São João;

- Implementação das atividades em área piloto, como workshops / reuniões, Unidades Demonstrativas, treinamento, etc.
- Criar uma lista com informações das partes interessadas locais relevantes para o alcance dos objetivos do projeto e mantê-la atualizada;
- Manter contato direto e boas relações com as partes interessadas locais, fornecendo informações sobre as atualizações do projeto sempre que solicitado;
- Fornecer suporte ao Assistente de Logística dos Pilotos (ALP) na elaboração de pedidos de cotação de serviços, equipamentos e materiais de consumo necessários para as atividades no piloto, como a implementação das Unidades Demonstrativas;
- Apoiar o ALP na contratação de serviços de catering, aluguel de salas de reunião, veículos ou outros serviços necessários para a implementação do piloto;
- Apoiar o ALP em empréstimo para a organização de workshops ou outros eventos (sessões de treinamento, reuniões, etc.);
- Convidar e mobilizar as partes interessadas locais para garantir a participação nos eventos (workshop, reunião, treinamento) promovidos pelo projeto;
- Elaboração de relatórios mensais com as atividades realizadas no período, principalmente relatando registros detalhados do processo de implementação de UD's;
- Coletar e sistematizar informações e contribuições das partes interessadas locais sobre a implementação das atividades do projeto;
- Dar apoio ao IIS na elaboração do relatório anual e final, sobre as atividades do piloto.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 56 meses, dedicação full-time, a partir do mês quatro após o início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um técnico ou profissional com experiência em implementação de piloto e deve ter conhecimento social e ambiental da APA de São João e boa relação com a comunidade local.

O profissional responderá administrativamente ao IIS e será supervisionado pelo Diretor Sênior do Componente 1.

POSIÇÃO: PONTO FOCAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PILOTO NA APA DE POUSO ALTO

Objetivo: Este profissional dará suporte técnico à implementação das atividades no piloto da APA de Pouso Alto. O Ponto Focal ficará baseado em um município da APA de Pouso Alto e trabalhará sob a supervisão do Diretor Sênior do Componente 1 no IIS (na cidade do Rio de Janeiro).

Descrição das Funções:

- Elaborar o plano de trabalho das atividades do piloto junto com o Diretor Sênior do Componente 1;
- Executar as atividades do plano de trabalho;
- Apoiar a equipe do projeto na organização de atividades relacionadas à implementação do piloto APA de Pouso Alto;
- Implementação das atividades em área piloto, como workshops / reuniões, ações de educação ambiental, treinamento, etc.
- Criar uma lista com informações das partes interessadas locais relevantes para o alcance dos objetivos do projeto e mantê-la atualizada;
- Manter contato direto e boas relações com as partes interessadas locais, fornecendo informações sobre as atualizações do projeto sempre que solicitado;
- Fornecer suporte ao Assistente de Logística dos Pilotos (ALP) na elaboração de pedidos de cotação de serviços, equipamentos e materiais de consumo necessários para as atividades no piloto, como a implementação das Unidades Demonstrativas;

- Apoiar o ALP na contratação de serviços de catering, aluguel de salas de reunião, veículos ou outros serviços necessários para a implementação do piloto;
- Apoiar o ALP em empréstimo para a organização de workshops ou outros eventos (sessões de treinamento, reuniões, etc.);
- Convidar e mobilizar as partes interessadas locais para garantir a participação nos eventos (workshop, reunião, treinamento) promovidos pelo projeto;
- Elaboração de relatórios mensais com as atividades realizadas no período, principalmente relatando registros detalhados da implementação das ações de educação ambiental;
- Coletar e sistematizar informações e contribuições das partes interessadas locais sobre a implementação das atividades do projeto;
- Dar apoio ao IIS na elaboração do relatório anual e final, sobre as atividades do piloto.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 53 meses, dedicação full-time, a partir do mês sete após o início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um técnico ou profissional com experiência em implementação de programa de educação ambiental, deve ter conhecimento social e ambiental da APA de Pouso Alto e boa relação com a comunidade local.

O profissional responderá administrativamente ao IIS e será supervisionado pelo Diretor Sênior do Componente 1.

SUB CONTRATOS PARA APOIO AO PROJETO

SUB CONTRATO: DIRETOR SÊNIOR DO PROJETO (DSP)

Objetivo: O Diretor Sênior do Projeto (DSP) deve ser um membro da equipe do IIS e será responsável pela direção técnica, aspectos de gestão geral, coordenação e planejamento operacional do projeto. O DSP também presidirá a UGP e trabalhará com o MMA na implementação das atividades. Além disso, o DSP fornecerá assistência técnica para os diferentes componentes do Projeto e seus diretores e irá interagir com os parceiros estratégicos. Além disso, o DSP será responsável pela seleção da equipe de implementação e todas as consultorias necessárias para cumprir os objetivos do Projeto. Finalmente, o DSP será responsável pelo monitoramento do projeto. Todas essas tarefas serão realizadas com o apoio da UGP e de acordo com os critérios e diretrizes estabelecidos pelo CDP.

Descrição das Funções:

- Presidir a Unidade de Gestão do Projeto, estabelecer procedimentos internos de trabalho, planos de gestão anuais e mecanismos para coordenar as atividades entre os três componentes;
- Coordenar a preparação, implementação e monitoramento dos Planos Operativos do Projeto;
- Garantir uma implementação eficiente e coordenada das atividades nos três componentes do Projeto, promovendo a articulação dos resultados a nível local, nacional e internacional;
- Coordenar e facilitar a implementação efetiva de co-financiamento comprometido;
- Promover a articulação do Projeto com iniciativas locais, nacionais e regionais em curso, identificando oportunidades de sinergias e estabelecendo colaboração para a execução do projeto;
- Identificar as lições aprendidas, garantindo a aprendizagem através de ferramentas de monitoramento e adaptando as estratégias de acordo;
- Coordenar a preparação e implementação do Plano de Monitoramento & Avaliação;
- Interagir com o MMA e o Comitê Diretor do Projeto para assegurar relatórios e comentários oportunos sobre o andamento do projeto (relacionados aos seus aspectos técnicos e seus aspectos administrativos-financeiros);
- Coordenar a organização das reuniões do Projeto e do Comitê Diretor do Projeto;

- Aprovar e supervisionar os contratos de consultoria e ordens de serviço gerados durante a implementação do projeto;
- Manter comunicação e coordenação contínuas com os funcionários da UNEP e do GEF designados para assegurar relatórios e comentários adequados e oportunos;
- Manter comunicação e coordenação contínua com autoridades nacionais e locais e seus respectivos;
- Coordenar a preparação e apresentação do progresso técnico e financeiro e relatórios finais com assistência do Gerente do Projeto;
- Selecionar, nomear e supervisionar todos os membros da equipe do projeto;
- Representar institucionalmente, o projeto junto a organismos internacionais, governamentais e da sociedade civil;
- Responder a outros deveres que possam surgir da natureza do cargo e suas qualificações profissionais como Diretor Sênior do Projeto;
- Assegurar o cumprimento, por parte dos parceiros e prestadores de serviços, das normas estabelecidas nos Acordos de Cooperação.

Entregas:

- Liderança técnica das atividades de todos os componentes do projeto, incluindo orientação para os Resultados aprovados nos Componentes 1, 2 e 3 do projeto - em coordenação com consultores e outros participantes do projeto.
- Plano de trabalho detalhado e cronograma do projeto;
- Reuniões realizadas e minutas elaboradas;
- Planos de aquisição;
- Relatório do workshop inicial;
- Relatório de despesas trimestrais acompanhado de comprovantes de despesa;
- Solicitação trimestral de adiantamento de fundos e detalhes de desembolsos antecipados;
- Relatórios de progresso semestral;
- Relatórios anuais de auditoria para despesas;
- Inventários anuais de equipamentos;
- Relatórios anuais de contrapartida;
- Relatório anual de revisão da implementação do projeto (PIR);
- Minutas das reuniões do Comitê Diretor do Projeto;
- Relatório final;
- Inventário final dos equipamentos;
- Cartas de transferência de equipamentos;
- Declaração de despesas finais;
- Relatório final de auditoria para despesas do projeto;
- Produtos técnicos dos Componentes 1, 2 e 3.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação part-time (73% de tempo ao projeto), a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ter doutorado em campos relacionados ao projeto com vasta experiência em coordenação de pessoal e projetos em áreas similares. Experiência em gerenciamento de projetos de conservação da biodiversidade, degradação de terras e manejo sustentável da paisagem. Liderança e empatia, habilidades sólidas em comunicações e relações interpessoais, um alto nível de flexibilidade e capacidade de trabalho em equipe são requisitos. Também é necessário um bom nível de inglês e português (escrito e falado).

O profissional responderá administrativamente ao IIS e será supervisionado pelo Supervisor do Projeto, baseado no MMA.

SUB CONTRATO: IMPLEMENTAÇÃO DOS PILOTOS (DIRETOR SÊNIOR PARA O COMPONENTE 1)

Objetivo: este profissional coordenará o Componente 1 do projeto e toda a equipe de apoio envolvida. Além disso, o Diretor Sênior para o Componente 1 irá assegurar o cumprimento de todas as atividades relacionadas à implementação dos pilotos, incluindo: a) implementação de atividades de capacitação e treinamento para proprietários de terras e agentes de extensão locais para o desenvolvimento de MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa; b) permitir condições de acesso ao crédito e incentivos à recuperação da vegetação nativa; c) educação ambiental; d) subsídios para a criação de RPPNs; e) redes de conservação e; f) criação de um pacote de incentivo econômico para a conservação. Além disso, o DSC apoiará todas as atividades que exigem coordenação entre as partes interessadas relevantes para os produtos dos Componentes 2 e 3 e participará da UGP.

Descrição das funções:

- Atualizar periodicamente o Gerente do Projeto sobre o andamento e a execução das ações e das alterações que ocorram no seu desenvolvimento;
- Assegurar o cumprimento, por parte dos parceiros e prestadores de serviços, das normas estabelecidas nos Acordos de Cooperação;
- Analisar os dados de base obtidos em relação à área do Projeto;
- Elaborar propostas e Termos de Referência para consultoria de suporte ao projeto;
- Elaborar planos de trabalho anuais e revisões de orçamento para as atividades relacionadas ao Componente sob sua coordenação;
- Participação na Unidade de Gestão do Projetos;
- Apoio ao gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto;
- Apoio ao Diretor Sênior do Projeto e participação nas reuniões do Comitê Diretor do Projeto, quando solicitado;
- Gerenciar e executar atividades em comum com as equipes técnicas dos outros Componentes;
- Entregar relatórios de progresso ao Diretor Sênior do Projeto e registrar os resultados;
- Apoiar a revisão dos planos anuais e de desempenho;
- Apoiar o controle da gestão do projeto junto ao Gerente do Projeto;
- Representar o IIS em eventos promovidos por outras instituições no âmbito do projeto.
- Coordenar equipe técnica para o alcance dos objetivos do Componente 1 e para a implementação das atividades incluídas nos Resultados 1.1, 1.2 e 1.3 (implementação de pilotos nas APAs de São João e Pouso Alto);
- Coordenar as atividades anteriormente mencionadas, em parceria com os municípios, partes interessadas locais e outros parceiros do Projeto;
- Identificação e implementação de ações nos pilotos.

Entregas:

- Plano de trabalho detalhado e cronograma para o Componente 1;
- Relatórios e registros de atividades das oficinas realizadas com partes interessadas (proprietários de terras e agentes de extensão) em pilotos.
- Relatórios de progresso semestral sobre atividades do Componente 1.

Para o piloto APA de São João:

- Documento para sistematizar a criação e manejo integrado nas UD's;
- Documento para sistematizar métodos de restauração implementados nas UD's;
- Manual / vídeo-aulas sobre práticas de manejo integrado de propriedades e paisagens;
- Documento com assinatura de proprietários de terras interessados em implementar UD's em suas propriedades;
- Plano de negócio para os proprietários selecionados para apoiar o acesso ao crédito para recuperação florestal;
- Material e programa de capacitação de agentes de extensão;

- Relatório de atividades de capacitação de agentes de extensão sobre o manejo integrado de propriedades e sobre a importância dos métodos de recuperação florestal nas UD's;
- Relatórios trimestrais de melhores práticas e implementação de recuperação florestal em UD's (monitoramento e gerenciamento adaptativo).

Para o piloto APA de Pouso Alto:

- Plano de atividades e materiais das ações de educação ambiental no piloto;
- Relatórios trimestrais de implementação de atividades de educação ambiental em piloto;
- Rede de conservação criada com os principais interessados;
- Plano de manejo desenvolvido para apoiar a criação de RPPNs (ação prevista no Plano de Manejo da APA de Pouso Alto);
- Parcerias estabelecidas com universidades e instituições para monitorar espécies ameaçadas na área piloto.
- Priorização de banco de dados espacial para potenciais áreas de conservação no piloto;
- Relatório com esquema de incentivo para iniciativas de conservação propostas pelas partes interessadas;
- Criação de um esquema de incentivo para a conservação.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação part-time (73% de tempo ao projeto), a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um profissional que com experiência em: gestão de projetos ambientais no nível local; plano estratégico e implementação de pilotos para o desenvolvimento de paisagens integradas e práticas de manejo de propriedades. Também é desejável um bom nível de inglês e português (escrito e falado) e ter doutorado em áreas relacionadas ao projeto.

O profissional responderá administrativamente ao IIS e receberá orientação técnica para o desenvolvimento de suas funções do Diretor Sênior do Projeto.

SUB CONTRATO: ACORDO COM EMPRESAS DO SETOR FORESTAL (DIRETOR SÊNIOR PARA O COMPONENTE 2)

Objetivo: este profissional coordenará o Componente 2 do Projeto e sua equipe de apoio, assegurará o cumprimento de todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento e implementação do acordo com as empresas do setor florestal, incluindo: a) incorporação de dados sobre a biodiversidade coletados pelas empresas do setor, monitorando os objetivos internacionais e nacionais; b) desenvolver um sistema de informação que facilite a incorporação de dados de biodiversidade coletados em áreas privadas de empresas florestais selecionadas; c) desenvolver bases de dados espaciais sobre priorização de restauração multicritério para áreas privadas; e d) desenvolver e disseminar protocolos econômicos de recuperação da vegetação usando espécies nativas. Além disso, apoiará todas as atividades que requerem coordenação entre as partes interessadas relevantes para os produtos dos Componentes 1 e 3. Além disso, participará da Unidade de Gestão do Projetos (UGP).

Descrição das Funções:

- Atualizar periodicamente o Gerente do Projeto sobre o andamento e a execução das ações e das alterações que ocorram no seu desenvolvimento;
- Assegurar o cumprimento, por parte dos parceiros e prestadores de serviços, das normas estabelecidas nos Acordos de Cooperação;
- Analisar os dados de base obtidos em relação à área do Projeto;
- Elaborar propostas e Termos de Referência para consultoria de suporte ao projeto;
- Elaborar planos de trabalho anuais e revisões de orçamento para as atividades relacionadas ao Componente sob sua coordenação;
- Participação na Unidade de Gestão do Projetos;
- Apoio ao gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto;

- Apoio ao Diretor Sênior do Projeto e participação nas reuniões do Comitê Diretor do Projeto, quando solicitado;
- Gerenciar e executar atividades em comum com as equipes técnicas dos outros Componentes;
- Entregar relatórios de progresso ao Diretor Sênior do Projeto e registrar os resultados;
- Apoiar a revisão dos planos anuais e de desempenho;
- Apoiar o controle da gestão do projeto junto ao Gerente do Projeto;
- Representar o IIS em eventos promovidos por outras instituições no âmbito do projeto.
- Coordenar equipe técnica para o alcance dos objetivos do Componente 2 e para a implementação das atividades incluídas no Resultado 2.1;
- Coordenar as atividades anteriormente mencionadas, em parceria com empresas, principais partes interessadas e outros parceiros do Projeto.

Entregas:

- Plano de trabalho detalhado e cronograma para o Componente 2;
- Relatórios e registros de atividades das oficinas / reuniões realizadas com as partes interessadas (representantes das empresas);
- Relatórios de progresso semestral relativos às atividades do Componente 2;
- Acordo assinado com empresas do setor florestal;
- Relatório de síntese com dados de biodiversidade coletados nas áreas conservadas das empresas florestais;
- Protocolos de monitoramento da biodiversidade co-desenvolvidos com empresas florestais;
- Relatórios anuais sobre a implementação de protocolos de monitoramento da biodiversidade nas áreas da empresa florestal;
- Banco de dados espacial sobre priorização para recuperação florestal no contexto da paisagem e considerando as propriedades inseridas nas áreas das empresas florestais.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 60 meses, dedicação part-time (77% de tempo ao projeto), a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um profissional que com experiência em: manejo florestal, conservação da biodiversidade e ótima relação com empresas do setor privado (setor florestal) e ONGs. Também é desejável um bom nível de inglês e português (escrito e falado) e ter doutorado em áreas relacionadas ao projeto.

O profissional responderá administrativamente ao IIS e receberá orientação técnica para o desenvolvimento de suas funções do Diretor Sênior do Projeto.

SUB CONTRATO: MELHORIA DAS CAPACIDADES PÚBLICAS PARA PLANEJAR E APLICAR POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO EM ÁREAS PRIVADAS (DIRETOR SÊNIOR PARA O COMPONENTE 3)

Objetivo: este profissional coordenará o Componente 3 e sua equipe de apoio. Além disso, assegurará o cumprimento de todas as atividades relacionadas à regulamentação de manejo sustentável da vegetação nativa, incluindo: a) proposta de regulação da vegetação nativa melhorada; b) criação de uma base de dados espacial sobre o valor de conservação para as cinco regiões biogeográficas contempladas no projeto; e c) inserção desta informação no SiCAR. Além disso, apoiará todas as atividades que requerem coordenação entre as partes interessadas relevantes para os produtos dos Componentes 1 e 2. Coordenação da equipe para cumprir os objetivos do Componente 3 e para a implementação das atividades incluídas nos Resultados 3.1 e 3.2.

Descrição das funções:

- Atualizar periodicamente o Gerente do Projeto sobre o andamento e a execução das ações e das alterações que ocorram no seu desenvolvimento;

- Assegurar o cumprimento, por parte dos parceiros e prestadores de serviços, das normas estabelecidas nos Acordos de Cooperação;
- Analisar os dados de base obtidos em relação à área do Projeto;
- Elaborar propostas e Termos de Referência para consultoria de suporte ao projeto;
- Elaborar planos de trabalho anuais e revisões de orçamento para as atividades relacionadas ao Componente sob sua coordenação;
- Participação na Unidade de Gestão do Projetos;
- Apoio ao gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto;
- Apoio ao Diretor Sênior do Projeto e participação nas reuniões do Comitê Diretor do Projeto, quando solicitado;
- Gerenciar e executar atividades em comum com as equipes técnicas dos outros Componentes;
- Entregar relatórios de progresso ao Diretor Sênior do Projeto e registrar os resultados;
- Apoiar a revisão dos planos anuais e de desempenho;
- Apoiar o controle da gestão do projeto junto ao Gerente do Projeto;
- Representar o IIS em eventos promovidos por outras instituições no âmbito do projeto.
- Coordenar equipe técnica para o alcance dos objetivos do Componente 3 e para a implementação das atividades incluídas nos Resultados 3.1 e 3.2;
- Coordenar as atividades anteriormente mencionadas com o setor governamental, principais partes interessadas e outros parceiros do Projeto.

Entregas:

- Plano de trabalho detalhado e cronograma do Componente 3 (Resultados 3.1 e 3.2);
- Relatórios e registros de atividades das oficinas / reuniões realizadas com as partes interessadas;
- Relatórios de progresso semestral relativos às atividades da Componente 3 (Resultados 3.1 e 3.2);
- Relatório sobre os gargalos para a obtenção da autorização de manejo florestal;
- Relatório de possíveis soluções para obtenção de autorização de manejo florestal;
- Proposta de regulamentação para autorização de manejo florestal;
- Síntese / rede colaborativa criada sobre o valor da biodiversidade em áreas privadas;
- Banco de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas para cinco regiões biogeográficas;
- Diretrizes para incorporar a informação espacial sobre o valor de conservação de áreas privadas em políticas públicas;
- Documento comprobatório da inserção das cinco bases de dados espaciais no sistema SiCAR;
- Material e programa do curso de capacitação sobre o uso das bases de dados espaciais;
- Relatório e registro de atividade do curso de capacitação.

Duração do contrato: Este contrato, com remuneração por serviços prestados, se estenderá por 54 meses, dedicação part-time (70% de tempo ao projeto), a partir do início do Projeto.

Perfil: O candidato deve ser um profissional que com experiência em: desenvolvimento e implementação de políticas públicas (de preferência no nível do Ministério do Meio Ambiente ou de Agência Estadual de Meio Ambiente), experiência com ONGs e experiência na troca de informação científica e desenvolvimento de políticas. Também é desejável um bom nível de inglês e português (escrito e falado) e ter doutorado em áreas relacionadas ao projeto.

O profissional responderá administrativamente ao IIS e receberá orientação técnica para o desenvolvimento de suas funções do Diretor Sênior do Projeto.

Apêndice 12: Cartas de comprometimento de contrapartidas dos parceiros do projeto
Ver anexo.

Apêndice 13: Carta de recomendação do GEF National Focal Points
Ver anexo.

Apêndice 14: Plano de Aquisição

Ver anexo.

Apêndice 15: Tracking Tools

Apêndice 16: Metodologia científica para estimativa potencial de mitigação de emissões de GEE

Este apêndice apresenta a justificativa do potencial de mitigação de GEE do projeto proposto. Essas estimativas seguiram as Diretrizes do IPCC de 2006 para Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa.

- As estimativas incluem apenas a mitigação esperada nas duas áreas-piloto do projeto (APA Pouso Alto / KBA Cerrado e APA de São João APA / KBA Mata Atlântica);
- Espera-se uma maior mitigação devido ao acordo setorial com as empresas florestais e devido ao impacto mais amplo do sistema nacional de gestão, regulamentações e mecanismos de incentivo a serem desenvolvidos pelo projeto.

Tabela 1 - Emissões evitadas na área piloto de Pouso Alto - Cerrado

Vegetação Nativa atual fora das Áreas Protegidas (hectares)	738.858
Desmatamento projetado BAU 2016-2050 (hectares) *	533.951
Desmatamento projetado BAU (vegetação florestal) (hectares)	64.928
Desmatamento projetado BAU (vegetação Savana) (hectares)	469.024
Conteúdo de Carbono das florestas do Cerrado (tC/ha)	140,09
Conteúdo de Carbono das savanas do Cerrado (tC/ha)	32,52
Emissões de Desmatamento projetado BAU (Florestas)(tCO2Eq)	33.350.882
Emissões de Desmatamento projetado BAU (Savana)(tCO2Eq)	55.920.634
Emissões de desmatamento evitado devido ao projeto (cenário pessimista, redução de 50%) (tCO2Eq)	44.635.758
Emissões de desmatamento evitado devido ao projeto (cenário otimista)(75%)(tCO2Eq)	66.953.637
Emissões de desmatamento evitado devido ao projeto (Intermediário)(62.5%)(tCO2Eq)	55.794.698

* Com base em Soares-Filho et al. (2016) projeções para o desmatamento do Cerrado até 2050

Tabela 2 - Sequestro de GEE no Rio São João / Área Piloto da Mata Atlântica

Déficit do Código Florestal (hectares)	9500
Meta de restauração do Projeto	4000

Conteúdo de Carbono na Mata Atlântica(tC/ha)	127,2
Mitigação devido à restauração (CO2Eq)	1.399.200
Total: PIF Table F indicador núm 4 (toneladas de CO _{2e} mitigado)	46.034.958 i.e. 46 milhões